



# Orçamento Participativo Criança

*Exercendo a cidadania desde a infância*

Ângela Antunes (org.)  
Anderson Severiano Gomes  
Delma Lúcia de Mesquita  
Luiz Carlos de Oliveira

ORÇAMENTO  
PARTICIPATIVO CRIANÇA  
exercendo a cidadania desde a infância



FSPF-2003-EC-03-004

**Ângela Antunes (org.)  
Anderson Severiano Gomes  
Delma Lúcia de Mesquita  
Luiz Carlos de Oliveira**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Gomes, Anderson Severiano

Orçamento Participativo Criança : exercendo a cidadania desde a infância / Anderson Severiano Gomes, Delma Lúcia de Mesquita, Luiz Carlos de Oliveira ; Ângela Antunes (org.). – São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2004.

Patrocínio: Secretaria Municipal de Educação.  
Apoio: Cortez Editora

1. Cidadania 2. Educação social 3. Orçamentos municipais – São Paulo (SP) – Participação dos cidadãos I. Mesquita, Delma Lúcia de. II. Oliveira, Luiz Carlos de III. Antunes, Ângela. IV. Título.

04-8523

CDD-352.4981611

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Orçamento Participativo Criança : São Paulo : Cidade :  
Administração pública 352.4981611

**ORÇAMENTO  
PARTICIPATIVO CRIANÇA**  
**exercendo a cidadania desde a infância**



**INSTITUTO  
PAULO FREIRE**



## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA

Ângela Antunes (org.); Anderson Severiano Gomes; Delma Lúcia de Mesquita e  
Luiz Carlos de Oliveira

*Capa:* Carlos Thadeu C. de Oliveira e Thais Reggiani

*Preparação de originais:* Ângela Antunes

*Revisão:* Jaci Dantas

*Composição:* Dany Editora Ltda.

Apoio:  CORTEZ  
EDITORA

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores do editor.

© 2004 by IPF

Direitos para esta edição  
Instituto Paulo Freire (IPF)  
Rua Cerro Corá, 550 — cj. 22 — 2º andar  
05061-100 — São Paulo — SP — Brasil  
Tel.: (5511) 3021-5536 Fax (5511) 3021-5589  
E-mail: ipf@paulofreire.org  
Home Page: www.paulofreire.org

Impresso no Brasil — dezembro de 2004

RECIFE SEMPRE

o que queria  
o que quero e quereei  
é que homens — todos os homens  
possam comer  
possam vestir  
possam calçar  
possam criar  
e que os meninos não tenham fome  
não tenham dor  
possam brincar  
possam sorrir  
possam cantar  
possam amar  
e amados possam ser.

Paulo Freire

TRÊS COISAS...

De tudo, ficaram três coisas:  
A certeza de que estamos sempre começando...  
A certeza de que precisamos continuar...  
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...  
Portanto devemos:  
Fazer da interrupção, um caminho novo...  
Da queda, um passo de dança...  
Do medo, uma escada...  
Do sonho, uma ponte...  
Da procura, um encontro...

Fernando Pessoa

DRÃO

Quem poderá fazer  
Aquele amor morrer  
Se o amor é como um grão!  
Morrenasce, trigo  
Vivemorre, pão

Gilberto Gil



## Dedicatória

A todas as crianças que,  
“traídas no seu direito de ser”,  
sobrevivem em nosso país.

A todas as crianças, adolescentes e jovens,  
aos Grupos Faíscas,  
aos delegados e às delegadas,  
aos conselheiros e às conselheiras eleitas,  
a todos(as) os(as) educandos(as) das  
Unidades Educacionais do Ensino Fundamental  
da rede municipal de São Paulo,  
que participaram ativamente do Orçamento Participativo Criança,  
trazendo alegria, esperança e compromisso  
com a construção de uma cidade mais justa e solidária.



## SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	
<i>Maria Aparecida Perez</i> .....	11
APRESENTAÇÃO	
<i>Moacir Gadotti e Ângela Antunes</i> .....	13
INTRODUÇÃO	
<i>Marívia Torelli e Aparecida Maria Sonvesso</i> .....	17
CAPÍTULO I — Histórico e Fundamentos do OP-Criança ....	21
CAPÍTULO II — Assembléias do Orçamento Participativo Criança .....	53
CAPÍTULO III — A educação e a cidade na perspectiva das crianças .....	69
CAPÍTULO IV — Principais resultados do OP-Criança .....	83
CAPÍTULO V — Voz da criança: fala dos faíscas, delegados e conselheiros .....	113
CAPÍTULO VI — OP-Criança e o currículo da escola .....	141
ANEXOS .....	151
EQUIPES DO OP-CRIANÇA .....	169
BIBLIOGRAFIA .....	179



## PRIMEIRAS PALAVRAS

O sonho de viver numa cidade mais solidária e socialmente justa nos motivou a realizar o Orçamento Participativo Criança. Desde 2001, já vivíamos a experiência do Orçamento Participativo no município, mas faltava incluir as crianças, pois São Paulo é delas também.

A Secretaria Municipal de Educação, comprometida com a qualidade social da educação e com a democratização da gestão escolar, aceitou esse desafio e procurou criar condições para que as crianças, adolescentes e jovens dissessem sua palavra, expusessem seu olhar sobre o lugar em que vivem, tivessem oportunidade de ser sujeito na construção de sua escola, seu bairro e sua cidade, interferindo nas decisões políticas que lhes dizem respeito.

A partir de 2003, implantamos o OP-Criança na rede, com a esperança de que esses novos canais de participação desde a infância contribuam para que nossa cidade seja mais acolhedora e promotora da vida, seja uma Cidade Educadora, para todos e todas.

Entendemos que educar na e pela democracia implica criar espaços democráticos de decisão política para que todos(as) os(as) cidadãos(ãs) sejam partícipes na construção da cidade em que vivem. Esta administração se empenhou na construção de novas formas democráticas de governar. Procurou promover o compartilhamento do poder, fazendo com que o governo e população assumissem a co-autoria no planejamento e definição de políticas públicas

prioritárias para a cidade. Investimos na participação, criamos espaços de formação para esse fim, procuramos criar mecanismos de controle social sobre o Estado. Procuramos promover a “educação como prática da liberdade” (Paulo Freire).

Parte dessa rica experiência está neste livro que, com enorme satisfação, apresentamos aos educadores e às educadoras da rede: *Orçamento Participativo Criança: exercendo a cidadania desde a infância*, resultado do compromisso da Prefeitura de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação (2001-2004) com a democratização da gestão escolar e com a construção de uma São Paulo mais justa, democrática, humana e feliz.

*Maria Aparecida Perez*  
Secretária Municipal de Educação

## APRESENTAÇÃO

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.  
E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

*João Cabral de Melo Neto*

Caros leitores e caras leitoras,

Este livro é resultado da realização do Orçamento Participativo Criança na cidade de São Paulo. Nossa intenção é oferecer a todos(as) aqueles(as) que direta ou indiretamente estiveram en-

volvidos com este grande desafio, principalmente os educadores e as educadoras da rede municipal de ensino de São Paulo (diretoras, coordenadoras pedagógicas, professoras e professores, pessoal de apoio, equipes das coordenadorias de educação, da Secretaria de Educação), um registro de parte da história que vivemos. Nosso desejo é que ele nos permita refletir sobre a prática vivida (para que tenhamos melhores práticas amanhã!) e que ele estimule e auxilie outros grupos a realizar o OP-Criança.

Durante todo o tempo em que o OP-Criança foi sendo desenvolvido, o Instituto Paulo Freire procurou ter um cuidado especial com o registro de cada momento. Há muitos dossiês no IPF, com informações das escolas, das coordenadorias, das ações desenvolvidas. Sabemos que as Coordenadorias de Educação, a Secretaria Municipal de Educação, as próprias escolas também fizeram seus registros: fotografias, vídeos, músicas, depoimentos, produções dos alunos... Certamente, neste livro, não demos conta de tudo. Nem a experiência do Orçamento Participativo Criança nem este texto estão acabados. Somos parte de uma história que começou antes de nós e há de continuar: a semente está lançada, os “agentes polinizadores”, os “ventos dançarinos” e os terrenos férteis estão aí. Entre o planejado e o vivido, entre o vivido e o registrado, todos sabemos que há ricas histórias, inúmeros saberes construídos e muitos deles podem não estar aqui explicitados (“a maior maravilha é o sonho por trás dos fatos” — Carlos Drummond); por isso afirmamos que é “registro de uma parte da história”. Esperamos que outras narrativas se somem a esta. Que este livro estimule a escrita de outras dimensões que escaparam aos olhos daqueles que aqui sistematizaram a caminhada do Orçamento Participativo Criança.

Organizamos esta publicação em seis capítulos. No primeiro, apresentamos ao leitor e à leitora o histórico, a justificativa e os fundamentos do projeto do Orçamento Participativo Criança. No segundo capítulo, esclarecemos sobre a organização das assembleias nas escolas, nas coordenadorias de educação e na cidade. No capítulo seguinte, discutimos sobre as prioridades definidas

pelas crianças. A sistematização dos dados das votações e o número de pessoas envolvidas no processo estão no quarto capítulo. No quinto capítulo, apresentamos a voz das crianças sobre o processo vivido. A partir de entrevistas, de registros feitos pelos alunos, por meio de gibis, de músicas, de peças de teatro, de pequenos livros que produziram, apresentamos a visão delas sobre o OP-Criança. No sexto capítulo, discutimos sobre a relação entre o OP-Criança e o currículo da escola. Acrescentamos também a esta publicação, três anexos: o ABC do Orçamento Participativo Criança, o Regimento do OP-Criança e os resultados das Assembléias do OP-Criança por Coordenadoria de Educação.

Viver o OP-Criança nos fez, muitas vezes, pensar no poema “Tecendo a manhã”, de João Cabral de Melo Neto. Os galos, com seus cantos, lançados dos mais diferentes lugares, com seus fios de sol, teceram uma bela manhã, encorpando em tela, erguendo-se tenda, acolhendo todos... Nós (educadores da rede, equipe de SME, das coordenadorias de educação, equipe do IPF...), por meio de e-mails, de reuniões, de conversas ao telefone, de palestras, de encontros, de planejamentos, de avaliações, de idas e vindas (procurando sempre melhorar a cada ação), por meio de assembléias e plenárias, de conflitos acompanhados de intenso diálogo, enfim, com o imenso empenho e esforço de cada um, tecemos o “inérito viável”, o Projeto *Orçamento Participativo Criança: exercendo a cidadania desde a infância*. Cada criança que ousou apresentar propostas, que saiu de sala em sala defendendo suas idéias, convencendo outras crianças a participarem, as perguntas, os diálogos, a Leitura do Mundo, as situações significativas da vida das crianças, os desejos, os sonhos, os interesses, as assembléias e plenárias, as propostas para a educação, as propostas para a cidade, os delegados eleitos, os conselheiros... foram fios de esperança lançados à mão de todos, dando-nos a certeza de que “é difícil, mas é possível, e urgente” resgatar a “alegria e muitos sonhos espalhados no caminho” (Milton Nascimento) e tornar criança a cidade de São Paulo. Tecemos uma bela manhã. Vivemos momentos de grande aprendizado e profundas alegrias.

Em nome dos sonhos, das utopias que nos moveram e nos movem, em nome de todos os desafios que fomos capazes de enfrentar, em nome da cumplicidade e compromisso demonstrados, dirigimo-nos a vocês para, acima de tudo, agradecer e celebrar o esforço de cada um e oferecer uma parte da história que, juntos, construímos a partir da enorme ousadia e profundo compromisso político da SME-SP com a democracia.

*Moacir Gadotti e Ângela Antunes*  
Instituto Paulo Freire

## INTRODUÇÃO

O governo de 2001-2004, por meio da Secretaria Municipal de Educação, orientou sua política educacional a partir de três grandes diretrizes:

- Democratização do acesso à escola e garantia da permanência do(a) aluno(a);
- Qualidade Social da Educação;
- Gestão Democrática da Escola.

Um conjunto de ações foi realizado de forma a concretizar essas diretrizes; no entanto, a gestão democrática, diferentemente das outras, não implica apenas vontade política e recursos orçamentários. O que está no centro da questão é a estrutura de poder historicamente construída e cristalizada. A mudança nesse aspecto requer tempo e educação continuada. Exige iniciativas que desestremem as bases das relações autoritárias.

A Secretaria Municipal de Educação, buscando fortalecer o protagonismo infanto-juvenil, a Reorientação Curricular e a gestão democrática da escola, estabeleceu como política pública a participação das crianças e adolescentes, dentro do espaço escolar, dando voz e vez a esse segmento com a implementação do Orçamento Participativo Criança nas escolas municipais. Para tanto, foi imprescindível a parceria com a Coordenadoria do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo e com o Instituto Paulo Freire.

Esta experiência nos deu elementos para afirmar que o Orçamento Participativo Criança é um exercício de participação direta e de cidadania. Por meio dele, crianças e adolescentes participaram da decisão de como aplicar parte do orçamento da cidade, encaminhando propostas para melhorar a educação e a vida na cidade. Além disso, o OP-Criança permitiu aos alunos e alunas apontarem diferentes e importantes aspectos a serem considerados para a reorientação curricular. São crianças, adolescentes e jovens protagonizando a construção de uma escola cidadã e de uma cidade educadora.

Possibilitar às crianças e adolescentes, das 477 unidades educacionais de ensino fundamental da Rede Municipal de São Paulo, o exercício da cidadania por meio da democracia participativa, para além da discussão orçamentária, oportunizou o desenvolvimento e “aguçamento” de sentimentos que estavam ausentes, como o pertencimento à escola, ao bairro e à cidade, a identificação dos problemas locais e a proposição de soluções numa outra perspectiva: a do reconhecimento e não mais da imposição ou visão de alguém que vem de fora e aponta defeitos ou problemas que não foram identificados ou assumidos pelo sujeito — aluno(a)/comunidade educacional.

O debate travado entre os alunos e alunas para a definição das prioridades para o orçamento da cidade trouxe elementos importantes que tanto favorecem o exercício da solidariedade como mobilizam para ouvir o outro — ato imprescindível para a humanização dos sujeitos. Entender que a prioridade do outro, ou da outra escola, ou, ainda, de uma outra Coordenadoria de Educação é mais urgente, está acima daquilo que, num momento anterior, era considerado o mais importante, requer amadurecimento, princípios éticos e morais que consideram e respeitam a diversidade, cuidando para que dela não se evidencie a desigualdade.

Muitas propostas formuladas e, inclusive, eleitas como prioridades não necessitam de um tostão para serem realizadas. Elas dependem de questões que dizem respeito às relações pessoais e interpessoais que se dão no interior da escola, denunciam arbitra-

riedades e abusos de poder de diversos e diferentes sujeitos que convivem no universo escolar. Elas dizem respeito, também, à formação dos educadores, à depredação do patrimônio público, ao descontentamento com o imobilismo instaurado na escola, quer seja pelo veto da expressão oral, ou de outras formas de expressão, confundidas, no âmbito da escola, com indisciplina e por isto combatida, bem como qualquer forma de organização estudantil.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e têm plena capacidade para exercê-los. Em concordância com esses princípios, a SME iniciou, com o Orçamento Participativo Criança, um movimento capaz de alterar as relações de poder que estão cristalizadas no interior da escola, potencializando a gestão democrática.

Conhecer o orçamento da cidade e poder decidir sobre parte dele faz com que estes sujeitos reconheçam e assumam com reciprocidade as responsabilidades, compartilhando-as com o poder público.

O Orçamento Participativo Criança é o reconhecimento da SME às possibilidades de respostas inovadoras das crianças e adolescentes, concretizada pelo espaço de exercício de cidadania que qualifica a participação desde a infância. É a certeza de que um novo mundo só é possível com a inclusão de crianças e adolescentes nos processos de construção e decisão.

*Marília Torelli*

Diretoria de Orientação Técnica — DOT

*Aparecida Maria Sonvesso*

Coordenadora do OP-Criança na SME



## Capítulo I

### HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DO OP-CRIANÇA



O *Orçamento Participativo Criança* (OP-Criança) de São Paulo é filho do **Fórum Social Mundial**, como estratégia de construção de “outro mundo possível”.

Os Fóruns Sociais Mundiais têm sido espaço acolhedor e aglutinador de lutas pela emancipação humana, que vêm sendo

construídas, principalmente, nos últimos anos, em contraposição ao projeto neoliberal.

O OP-Criança se fundamenta na esperança de que há outras formas de construir nossa existência neste planeta. Estar neste projeto, envolver-se com ele, tem a ver com o compromisso com uma **educação alegre, séria, transformadora**, tem a ver com a alegria imediata das crianças, com a oportunidade de levantar a mão para fazer uma escolha seja de um delegado ou de uma prioridade, tem a ver com o envolvimento delas no processo de construção da escola... Mas todas essas razões estão associadas a uma maior, a uma grande utopia: nós continuamos, por imperativo existencial, acreditando em um outro mundo possível. E esse outro mundo com o qual sonhamos é muito mais generoso com suas crianças, adolescentes e jovens. Ele não fecha os olhos para os meninos abandonados perambulando pelas ruas das grandes cidades nem para os cibermeninos que viajam pelo ciberespaço. Ele luta para eliminar as contradições sociais e econômicas evidenciadas na balas de chumbo que ameaçam aqueles e nos raios laser que divertem estes. Esse outro mundo com o qual teimosamente sonhamos não nega a cultura local e não transforma todas as crianças iguais no desejo de possuir rambos, robocops, canhões, metralhadoras, batmans, naves espaciais, barbies, susis etc. Esse outro mundo possível não se mantém indiferente às crianças que, em diversas cidades do lado sul do planeta, juntam garrafas, latas, papéis e disputam restos de comida com urubus para sobreviver; não se mantém indiferente às crianças que mergulham no mar de Java em busca de pérolas, que catam diamantes nas minas do Congo, que, como toupeiras, trabalham nas salinas do Peru (aproveitadas por causa da pequena estatura e enterradas em cemitérios clandestinos quando seus pulmões deixam de funcionar); que colhem café na Colômbia e na Tanzânia (Galeano, 1999); não se mantém indiferente aos cinco mil menores envolvidos com o crime organizado no Rio de Janeiro (*Folha de S. Paulo*, 17/11/2004), às trezentas mil crianças-soldado combatendo em vários países como a Colômbia, Congo, Serra Leoa, Mianmar. A utopia que nos move concebe o ser humano em outras condições de existência. Esse outro

mundo possível pelo qual lutamos nega a globalização da perversidade. Não iguala as crianças na miséria e na ausência de presente<sup>1</sup> e futuro. Sonha com uma outra globalização: a da esperança, a da vida. É um sonho? É o **inédito viável que queremos construir** no mundo e na cidade em que vivemos.

Paulo Freire, ao assumir o ponto de vista dos oprimidos, não os restringiu a um determinado espaço geográfico, aos oprimidos de seu país, que não eram e não são poucos. Seja em *Pedagogia do Oprimido*, que dedica “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 1981: 17), seja em *Pedagogia da autonomia*, quando afirma que “A grande força sobre que se alicerçar a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado” (Freire, 1997: 146), seu compromisso foi com os oprimidos do mundo. Mas esse mesmo educador afirmou que “Antes de tornar-me um cidadão do mundo, fui e sou um cidadão do Recife, a que cheguei a partir de meu quintal, no bairro da Casa Amarela. Quanto mais enraizado na minha localidade, tanto mais possibilidades tenho de me espriar, me mundializar. Ninguém se torna local a partir do universal” (Freire, 1995: 25). Por isso queremos construir esse mundo juntando nossas forças, nossas lutas, que começam aqui, agora, no “nosso quintal”, com as nossas crianças, em nossas escolas, em nossa cidade, sabendo, desde o início, que, mais do que nunca, os pés não podem perder o chão e os sonhos devem alçar vôos que transnacionalizem a esperança, a força e a luta e planetarizem a justiça social e a vida.

---

1. “Os **direitos** de mais de 23% das **crianças e adolescentes** (14 milhões) estão sendo completamente **negados** em nosso país (...). Um milhão de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola, 1,9 milhão são analfabetas e 2,9 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalham, a maioria como empregadas domésticas e em lixões. É alto o número de crianças e adolescentes que passam fome e chegam a usar entorpecentes para enganar a falta de comida” (*Relatório sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil* - Brasil entrega relatório sobre direitos da criança a comitê da ONU — 10 de junho, 2004 — Ana Paula Marra e Lúcia Nórdio, da Agência Brasil — [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)).

No âmbito mundial, na última década do século XX, no que diz respeito ao direito das crianças, a **Convenção Internacional dos Direitos da Criança** da ONU e, em nível nacional, a aprovação do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA) são significativos exemplos de conquistas que reconhecem a **criança** e o **adolescente** como **portadores e sujeitos de direito**. Para além da proteção às crianças, aos adolescentes e aos jovens, passa-se a reconhecer sua capacidade de interferir ativamente em decisões que afetam suas vidas<sup>2</sup>.

O OP-Criança vem ao encontro desses esforços. Busca o envolvimento das crianças, adolescentes e jovens para além do “fazer parte”. O OP-Criança deseja que “tomem parte<sup>3</sup>” nas decisões, que se sintam responsáveis pela escola, pelo bairro, pela cidade, pelo país e pelo mundo em que vivem. Sintam-se pertencentes a cada um desses espaços e neles vivam plenamente sua infância, sua adolescência e sua juventude. O OP-Criança entende que ser criança, adolescente ou jovem não significa estar numa “sala de espera” (Muñoz), ou vivendo um “período de transição”, em busca da fase adulta, tida como “a” fase que justifica nossa existência, a melhor e mais significativa da vida, para a qual todos nossos esforços devem se voltar. Cada fase tem significado próprio e deve ser plenamente vivida. Busca-se impregnar de sentido

---

2. Segundo o Censo do IBGE, de 2000, há, no Brasil, 61 milhões de crianças e adolescentes. Desses, 34,1 milhões são jovens entre 15 a 24 anos, ou 20,1% do total da população. É urgente a necessidade de construir propostas de políticas públicas para esta parcela da sociedade, que dêem conta de integrar os jovens e posicioná-los **como protagonistas no processo de transformação do país**. A partir da década de 1990, a administração pública passou a reconhecer a singularidade dos problemas juvenis e a criar políticas públicas correspondentes. Antes, as respostas a essas demandas, quando eram dadas, vinham diluídas em outras políticas. Tratava-se de forma fragmentada esta questão. Havia a lógica da **tutela e da proteção** em relação à juventude. Passou-se a entender os jovens não só como beneficiários dos recursos públicos, mas como **atores sociais e sujeitos de direito**. (*DIREITOS IGUAIS — Jovens reivindicam participação em políticas públicas*, Bia Barbosa, 16/04/2004 — Agência Carta Maior — <http://agenciacartamaior.uol.com.br>)

3. Bordenave, Juan Diaz. *O que é Participação?* col. Primeiros Passos, 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

a vida cotidiana em cada etapa da existência, procurando ser feliz ao longo de toda a vida.

O OP-Criança vincula-se a esse movimento maior, mundial e nacional, de reconhecimento dos direitos das crianças e promoção do **protagonismo infanto-juvenil**, associado a um compromisso local, da cidade de São Paulo, da gestão de 2001-2004, de “democratização da democracia” e de inserção de todas as faixas etárias na construção da cidade.

O início da história do OP-Criança deu-se quando o Coordenador do Orçamento Participativo (COP) do Município de São Paulo, Félix Sanchez, inspirado em experiências e projetos semelhantes, implementados por outros municípios brasileiros, sugeriu, durante a realização do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, ao Instituto Paulo Freire e à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que elaborassem um projeto (que veio a se chamar *Orçamento Participativo Criança*) para ser desenvolvido em parceria entre SME-SP, COP e IPF. O Instituto Paulo Freire aceitou o desafio.

O OP-Criança veio ao encontro das diretrizes da política educacional de SME, principalmente no que diz respeito à democratização da gestão, à qualidade social da educação e à intenção, a partir do Fórum Mundial de Educação de 2003, de inscrever São Paulo na Rede das **Cidades Educadoras**. Nesse sentido, a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria Municipal de Educação assumiram de imediato o compromisso. Algumas semanas depois, a proposta pedagógica do projeto do Orçamento Participativo Criança, elaborada, entre outros, por Moacir Gadotti, José Eustáquio Romão, Ângela Antunes, Paulo Roberto Padilha, Salete Valesan Camba, Martha Carvalho e apresentada aos outros parceiros como um projeto de formação para e pela cidadania, estava sendo discutida na Secretaria Municipal de Educação, com o envolvimento direto da Secretária Municipal de Educação, Maria Aparecida Perez e de seu, então, chefe de gabinete, Enéas Rodrigues Soares. Nascia um grande sonho, que foi sendo enriquecido com contribuições de todos os envolvidos.

Essa idéia só se tornou uma esperançosa realidade, em pouco mais de um ano, porque teve a adesão de muitas pessoas e instituições ligadas tanto à **Secretaria Municipal de Educação**, quanto à **Coordenadoria do Orçamento Participativo** e ao **Instituto Paulo Freire**. Contou com o apoio de todas as **Coordenadorias de Educação** e de representantes de todos os segmentos das unidades educacionais. Mas o decisivo foi o protagonismo da criança e do adolescente da rede municipal de educação de São Paulo. Todo o potencial do OP-Criança está no envolvimento das crianças e na concepção dialógica que o fundamenta.

O projeto mobiliza crianças, adolescentes e jovens a contribuir, de forma organizada e articulada com outros setores da sociedade, com a formulação e implementação de políticas estatais que direcionem os recursos públicos com vistas à concretização de uma **sociedade mais democrática e socialmente justa**<sup>4</sup>. Nessa estratégia, sem prejuízo de suas funções precípuas e específicas, sem mesmo sacrificar seus objetivos e seus componentes curriculares, a escola tem, na realização do OP-Criança, a oportunidade de voltar seu esforço organizativo, pedagógico e interpessoal para a formação para e pela cidadania. Ao mesmo tempo, na articula-

---

4. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizou uma pesquisa que enfoca, entre vários temas, a visão de democracia em países da América Latina. No resultado, dados impressionantes: 25% dos latinos não acreditam que a democracia seja necessária para o desenvolvimento de um país; 54% se sujeitariam a um regime autoritário se este regime criasse empregos; e 56% afirmam que o desenvolvimento econômico é mais importante do que a democracia. Segundo o PNUD, a maior parte da população responsável por essas respostas é formada de jovens entre 15 e 24 anos. (...) Em 2003, foi feito o primeiro Mapa da Juventude de São Paulo. 20% da população têm entre 15 e 24 anos. “O mapa revelou uma juventude atuante, que se mobiliza em atividades esportivas, culturais e sociais. Identificamos 1609 grupos de jovens diferentes que agregam 310 mil participantes” — Marta Suplicy. (...) Esta é uma imagem bastante diferente do retrato de criminalidade, violência, tráfico de drogas e de gravidez precoce pelo qual tem sido estigmatizada a juventude. Para as Nações Unidas, um dos direitos básicos do jovem é o de ter uma imagem diferente e não-condicionada pela visão dos adultos sobre eles (*Direitos Iguais: Jovens reivindicam participação em políticas públicas* — Bia Barbosa — 16/04/2004 — Agência Carta Maior — <http://agenciartamainor.uol.com.br>)

ção mútua da infância, adolescência e juventude e demais segmentos sociais, transformar toda a urbe numa cidade educadora. “Se quisermos, de fato, que nossas crianças e adolescentes colaborem na definição dos rumos da sua Unidade Educacional, do seu bairro, da sua cidade e do seu país, temos que lhes oferecer instrumentos para tal. O protagonismo infanto-juvenil se dá, desde a infância e a adolescência, com o apoio dos educadores, educadoras e adultos. Todos somos imprescindíveis no processo de mudança social. As crianças, adolescentes e jovens necessitam ter voz para que possam construir sua autonomia, promovendo a consciência crítica e a possibilidade de novos olhares sobre sua forma de ver o mundo e as relações que nele se constituem” (*Educação-5*, p. 35).

O OP-Criança fundamenta-se numa concepção de política pública que procura superar o elenco de medidas pontuais, de ações isoladas, fragmentadas, descontínuas, imediatistas, ao sabor das urgências. Ele não tem nada a ver com iniciativas pontuais de governos que, em nome da valorização da cidadania, da participação, determinam o dia da cidadania, o dia da família na escola, o dia da criança... e, no resto do ano, a criança é desrespeitada no seu direito de falar e decidir. Valorizar o protagonismo infanto-juvenil exige mais do que comemorar o dia ou a semana da criança: a escola pára para oferecer brincadeiras, a cidade promove uma série de eventos, o comércio se enche de ofertas e lançamentos voltados a essa faixa etária. Os pais, os tios, os padrinhos disputam espaço nos corredores dos grandes shoppings para agradar as crianças, dando-lhes presentes. O OP-Criança tem a ver com outra forma de valorização das crianças. Reconhece-as sujeitos de direitos e cidadãs. Dessa forma, valorizar as crianças pressupõe construção cotidiana, educação continuada, planejamento a curto, médio e longo prazos. Exige preparar a criança, mas também educar o adulto. Para a criança viver seu protagonismo, é preciso que os educadores com os quais convive sejam protagonistas também. Implica investir para superar o poder autoritário, criando condições para a materialização da democracia e da cidadania no âmbito da unidade escolar e da cidade. Exige uma nova educação. Exige pensar a criança, a escola, a cidade a partir de uma outra pers-

pectiva. Isso não requer apenas revisão de nossas concepções e práticas, requer também governos comprometidos com a promoção da cidadania. Compromisso que não se traduz só com discurso favorável, mas com comprometimento orçamentário. O OP-Criança entende que a democratização da gestão da unidade educacional e da cidade evidencia-se, também, em nível orçamentário; por isso cria espaços de decisão sobre o orçamento, possibilita mecanismos de acompanhamento na aplicação de recursos e de avaliação das ações. Como cidadãos, já avançamos na discussão dos programas de governo, nos critérios de escolha de nossos representantes políticos... Mas precisamos aprender a discutir os orçamentos que vão viabilizar os planos de governo. Precisamos entender de onde vêm os recursos que os viabilizam e quem decide sobre eles, sobre a sua aplicação.

Nossas crianças, adolescentes e jovens são submetidos diariamente a lições de consumismo e de mercantilização. Aprendem a associar felicidade com capacidade de consumo. Aprendem que tudo é passível de negociação: um brinquedo em troca da interrupção do escândalo na loja, um beijo por um anel, um mesada por boas notas, uma aprovação no vestibular por um carro... Aprendem a decidir orientadas pelas perguntas: Que vantagem eu levo? O que eu ganho com isso? São bombardeadas por uma infinidade de apelos à aquisição de toda sorte de produtos. Recebem lições diárias de como comprar, do que comprar, de como abordar seus pais para convencê-los a adquirir aquilo que desejam, ou melhor, aquilo que a propaganda cria como necessidade para elas...

O OP-Criança direciona suas ações a partir de outra lógica. Deseja resgatar, no produto, o ser humano, no objeto, o sujeito, no individualismo, a solidariedade emancipatória. Busca alimentar o sonho, o projeto, a esperança. Cria oportunidades para refletir sobre como viabilizar os projetos com os quais sonhamos, desde os mais pessoais (orçamento particular) aos mais coletivos (orçamento público). O OP-Criança proporciona condições para pensar sobre nossos desejos, necessidades, interesses em relação à educação que recebemos e ao bairro e à cidade em que vivemos. Discute sobre necessidades reais. Dialoga com as crianças, adolescentes e

jovens sobre como deve ser a escola, a educação, o bairro, a cidade na sua perspectiva.

Educar pressupõe tempo. Tempo para construir hábitos, valores, compromissos. Se esperamos que as crianças, adolescentes e jovens amem a cidade, cuidem do lugar em que vivem, participem de sua organização, precisamos envolvê-las, incluí-las no processo de decisão da organização dos espaços que ocupam. Elas precisam aprender a criticar, a propor, a se comprometer, a avaliar, a replanejar. Entendemos que é assim que podemos contribuir para formar novos cidadãos e cidadãs e qualificar o exercício da cidadania, viabilizando, assim, um outro mundo possível.

As crianças, em geral, são convocadas para executar ações. O projeto do OP-Criança entende que elas devem participar da concepção das ações. A cidade é pensada, projetada e construída por adultos para adultos. Qual o lugar da criança e do adolescente na cidade? Como a nossa cidade os acolhe? Em casa, consumidas pela TV<sup>5</sup> e videogames? Nas salas de aula? Nas *Lanhouses*? Nas ruas? Nos lixões? Onde queremos ver nossas crianças? Vivendo de que forma? Construindo que valores? Como deve ser a cidade na perspectiva das crianças e adolescentes? Teria ela mais parques infantis, mais ciclovias, mais pistas de skate espalhadas pelos bairros, mais áreas verdes, mais praças, espaços de manifestação cultural como hip hop, capoeira?

Educar para e pela democracia pressupõe criar condições para que o cidadão e a cidadã se construam no cotidiano da escola e da cidade, nas pequenas ações e relações do dia-a-dia. Educar na e pela democracia pressupõe cuidar dos discursos e das práticas cotidianas dos espaços educacionais de modo a oferecer oportunidade às crianças e jovens de se construírem como cidadãos e cidadãs

---

5. Dados de uma pesquisa publicada pela *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2004, revelam que 57% das crianças brasileiras passam cerca de três horas na frente da TV e 43% delas não fazem esportes e nem brincam com outras (“No Brasil, crianças gastam mais tempo com televisão” — Marina Domingos — Repórter da Agência Brasil — Brasília — [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br))

para uma cidade educadora e democrática. “*É impossível ensinar participação sem participação*”. (Freire, 1986: 114)

O conhecimento se esvazia de sentido, do ponto de vista da democracia, se não contribuir para formar pessoas que sejam capazes de cooperação, de solidariedade, de diálogo, de construir a convivência social que faz possível a vida sustentável e com dignidade para todos. Para a maioria das crianças, é a escola que marca o início da sua atuação pública. É na escola que muitas delas vivenciam o primeiro encontro com a sociedade e têm a oportunidade de, por meio da participação, começar a construir sua autonomia. E aí que ela se depara com o público, com o início da construção do significado do que é “coletivo”. Ela começa a entender a sentido da expressão “Não é só seu. É também seu”. O significado de público começa a se definir. Ela compartilha tempos coletivos: hora do recreio, hora das avaliações... Ela compartilha espaços e objetos: sala de aula, brinquedos, lousa, giz, material escolar. Ela começa a interagir com bens coletivos, com linguagens coletivas, e a cuidar da construção de valores, respeito e responsabilidade frente aos espaços públicos e frente às relações democráticas de convivência. O OP-Criança aceita o desafio de fazê-los entender o conflito como inerente à convivência e como elemento importante para o nosso processo de humanização. Oferecer oportunidades de aprender a decidir coletivamente, a vivenciar e experimentar a validade do diálogo crítico como mediador dos conflitos, a construir, em grupo, acordos provisórios ou mais duradouros, a impacientar-se diante da divergência ou discordância, mas manifestar-se com respeito e justiça, a definir prioridades diante de tantas escolhas...

O OP-Criança busca garantir o direito de escolha às nossas crianças. O direito à esperança, à utopia, ao sonho, ao projeto. O OP-Criança vai na direção contrária ao discurso único, ao individualismo, à competitividade, ao projeto individual, às leis do mercado em detrimento da ética do ser humano. O OP-Criança se soma à série de iniciativas que mostram que “um outro mundo é possível” e que nós somos responsáveis pela construção dele.

Para viabilizar este sonho, fomos construindo o caminho descrito a seguir:

O OP-Criança foi implantado em duas etapas. Na primeira fase, em 2003, com caráter experimental, ele foi vivido envolvendo os alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) de quatro Centros Educacionais Unificados (CEUs): Aricanduva, Rosa da China, Jambeiro, Perus. Na segunda fase, em 2004, o projeto se estendeu a todas as Unidades Educacionais com Ensino Fundamental da rede municipal de educação de São Paulo (477 UEs), envolvendo crianças e adolescentes dos ciclos I e II<sup>6</sup>, compreendendo a **faixa etária dos 7 aos 14 anos**.

### Principais objetivos do OP-Criança

- Aumentar a participação das crianças e jovens na gestão democrática da escola
- Integrar as contribuições do OP-Criança ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e à política municipal, enfatizando a educação como direito da criança e do jovem
- Articular as ações do OP-Criança com as do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo
- Possibilitar espaços e oportunidades de mútua educação continuada entre crianças, jovens e adultos, enfatizando a participação infanto-juvenil
- Estimular a criação de órgãos de representação infanto-juvenil e fortalecer os já existentes
- Definir prioridades, no universo das políticas sociais, na perspectiva das crianças e dos adolescentes
- Potencializar recursos orçamentários das ações que têm as crianças e os jovens como público participante privile-

---

6. No município de São Paulo, o Ensino Fundamental está estruturado em dois ciclos: 4 anos do ciclo I e 4 anos do ciclo II.

giado e imediato, visando ao dimensionamento realista das propostas apresentadas e ao atendimento das prioridades estabelecidas

### **O que foi feito na primeira fase – 2003**

Como já informamos, em 2003, o OP-Criança aconteceu nas EMEFs de quatro CEUs: Jambuí, Aricanduva, Perus e Rosa da China. — Foram oferecidas 120 vagas (30 por CEU) para o processo de formação (preparação para a realização das Assembléias do OP-Criança) e contou com o envolvimento de 3 mil crianças nas assembléias. Foram realizadas as seguintes ações:

1. Em julho de 2003, houve o lançamento oficial do OP-Criança.

2. Entre agosto e início de setembro, foram realizados Seminários Regionais (Norte, Sul, Leste e Oeste da cidade de São Paulo) para apresentação e discussão do projeto com os(as) educadores(as), alunos(as), representantes da comunidade e delegados do Orçamento Participativo em cada região.

3. Em seguida, houve a Formação Inicial de 40 horas para 30 participantes de cada CEU (representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, representantes dos equipamentos do CEU, representantes das Coordenadorias de Educação e delegados do OP). Esses 30 participantes tinham o compromisso de ampliar a formação no CEU e viabilizar a realização do OP-Criança na Unidade Educacional do seu respectivo CEU.

4. Ações desenvolvidas no processo de formação:

- Leitura do Mundo, a partir de algumas perguntas e dinâmicas (veja ficha abaixo)
- Identificação das “situações significativas” da Leitura do Mundo (necessidades, desejos, projetos das crianças, adolescentes e jovens)
- Problematização da “Leitura do Mundo”



## Principais resultados

<b>PROPOSTAS VENCEDORAS</b>	
<b>CEU JAMBEIRO</b>	
1ª	Aula de natação no horário de aulas (grade escolar) com armários para os alunos
2ª	Maior número de excursões durante o ano (variadas)
3ª	Ter mas coisas para portadores de necessidades especiais (materiais e atividades)
<b>CEU PERUS</b>	
1ª	Construção da cobertura da unidade educacional com ensino fundamental até o teatro
2ª	Uniforme próprio para o CEU
3ª	Passeio para o HOPI HARI
<b>CEU ARICANDUVA</b>	
1ª	Piscina coberta e livre para os(as) alunos(as) depois das aulas
2ª	Estender o segundo grau no CEU
3ª	Parquinho para alunos(as) da unidade educacional com ensino fundamental
<b>CEU ROSA DA CHINA</b>	
1ª	Organização, catracas e alimentação
2ª	Construção do posto médico
3ª	Circuito interno de câmeras/implantação do Ensino Médio

## Depoimentos de professores, coordenadores pedagógicos, Faís-cas, gestores que acompanharam o processo OP-Criança/2003:

“O envolvimento das crianças e adolescentes na realização do OP-Criança superou as expectativas, surpreendeu e foi além do esperado. Eles demonstraram que se sentiram importantes, responsáveis pelo processo e capazes de fazê-lo.”

“Houve comentários dos professores da EMEF, destacando uma melhora significativa na postura dos alunos em sala de aula.”

“A construção de um maior senso de responsabilidade e participação coletiva por parte dos delegados/as eleitos/as. Esta questão foi percebida por professores que os acompanharam em sala de aula.”

“O OP-Criança despertou o desejo e o interesse de participação na maioria das crianças e adolescentes que estudam na EMEF. Um indicador desta afirmação foi a frequência com que os alunos (principalmente os Faíscas) procuravam a sala de leitura. Eles queriam saber de todas as atividades em relação ao OP-Criança, tinham interesse em acompanhá-las e divulgá-las na escola.”

“A consciência que os alunos adquiriram de que são prioridades no OP-Criança e o sentimento de pertencimento e de sujeito deste projeto.”

“O intercâmbio entre os delegados/conselheiros eleitos do CEU Jambeiro e do CEU Aricanduva foi muito significativo. Os alunos começaram a ter mais iniciativa e a desenvolver sua autonomia. Por exemplo ao voltarem do encontro de avaliação do processo, o Hermano e a Natália, por iniciativa própria, foram de sala em sala contar a experiência. Fizeram um excelente trabalho (com cartazes), que está exposto na sala de leitura.”

## O que foi feito na segunda fase – 2004

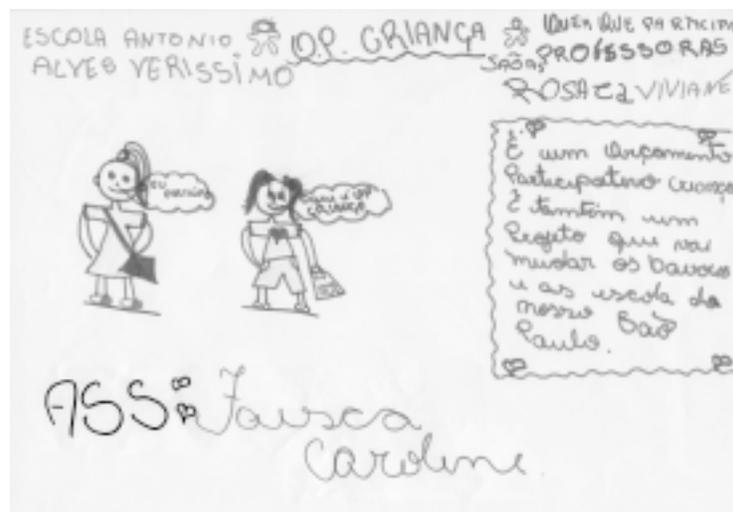
Na segunda fase, em 2004, o OP-Criança foi realizado em todas as Unidades Educacionais com Ensino Fundamental da rede municipal. A partir da avaliação da experiência vivida na primeira fase, o projeto sofreu algumas modificações, visando à sua melhoria e ficou estruturado conforme descrição abaixo:

**Universo envolvido** — Indiretamente, o projeto envolveu os 550 mil alunos das 477 Unidades Educacionais com Ensino Fundamental, mais os alunos das 6 Escolas Municipais de Educação Especial<sup>7</sup> (EMEEs). Foram oferecidas 2.600 vagas para formação do **Grupo Motor** (adultos), num curso de 70 horas, e 9.540 vagas para

---

7. Segundo os educadores dessas unidades educacionais, foi a primeira vez que um projeto implantado na rede deu atenção às crianças portadoras de necessidades especiais. Normalmente, os projetos oferecidos às escolas da rede não chegam até as EMEEs porque não criam as condições (profissional de LIBRAS, por exemplo) para que as crianças dessas escolas participem. Em geral, as EMEEs ficam excluídas desses projetos. O OP-Criança garantiu a inclusão delas, o que enriqueceu consideravelmente a experiência.

o **Grupo Faísca**<sup>8</sup>. O acompanhamento das crianças por meio do Grupo Faísca iniciou-se em março e encerrou em novembro de 2004.



### Princípios e concepções da proposta pedagógica do OP-Criança

O OP-Criança concebe a **criança, o adolescente e o jovem** como **sujeitos do processo de construção do conhecimento, da sua própria história e do seu “estar sendo” no mundo**, tanto em termos pessoais como sociais. Reconhece-os como portadores de desejos, sonhos e necessidades próprias. Entende-os como seres capazes, criativos, propositivos, responsáveis, que têm o direito de vivenciar a cidadania desde a infância, atuando ativamente na construção e implementação de projetos que estejam relacionados às suas vidas. Nesse sentido, as decisões tomadas no âmbito

8. A seguir, explicaremos com maior detalhe em que consistiu cada um desses grupos: o Grupo Motor e o Grupo Faísca.

da Unidade Educacional e da cidade não podem prescindir de sua participação. Fundamentado em Paulo Freire, entende que “*Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro se é interditado no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito também a atuar*”. (Freire, 1997: 88)

A **concepção de educador e educadora** que fundamenta o OP-Criança é aquela que os entende como **mediadores na construção do conhecimento e da identidade de seus educandos**. É um educador que busca **criar as condições para a aprendizagem e para a participação**, entendendo, conforme Paulo Freire, que “*Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção*”. (Freire, 1997: 25) São cúmplices, críticos e parceiros do educando. No processo de ensinar e aprender, buscam conhecer o conhecimento dos educandos (Leitura do Mundo<sup>9</sup>), organizar suas idéias (ampliar o conhe-

---

9. Leitura do Mundo é o primeiro, talvez o mais importante, passo para a construção do conhecimento na perspectiva freiriana. Para Paulo Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Ler o mundo significa aproximar-se criticamente da realidade vivida. “O aprendizado da leitura e da escrita, associado ao necessário desenvolvimento da expressividade, se faz com o exercício de um método dinâmico, com o qual educandos e educadores buscam compreender, em termos críticos, a prática social. O aprendizado da leitura e da escrita envolve o aprendizado da ‘leitura’ da realidade através da análise correta da prática social.” (Freire, 2001: 110) “O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. ‘Seu’ mundo, em última análise, é a primeira e inevitável face do mundo mesmo.” (Freire, 1992: 86 e 87) Sobre a *Leitura do Mundo* realizada pelo OP-Criança, gostaríamos de ressaltar que não foi a primeira vez que a rede abriu espaço para a voz das crianças, adolescentes e jovens para que expressassem sua visão sobre a educação que recebem. Paulo Freire, quando Secretário da Educação, desencadeou o *Movimento de Reorientação Curricular* que pretendeu “debater e estimular a discussão e reflexão sobre a ação pedagógica em desenvolvimento na escola — o currículo em ação — na direção de uma escola democrática e popular”. (Movimento de Reorientação Escolar — Problematização da escola: a visão dos educandos — SME doc. 3 — fev. 1991). Como não podia deixar de ser, a reflexão passou por todos os segmentos envolvidos no processo educacional. Foram consultados os educadores e demais funcionários, bem como os pais e os alunos. Os resultados sobre a consulta

cimento), propor ações de intervenção (agir para transformar a realidade). Vivenciam uma postura dialógica e estão abertos a aprender com a experiência vivida. Adotam a perspectiva dos “Círculos de Cultura” de Paulo Freire: As “classes” eram substituídas pelos “círculos de cultura”, os “alunos” pelos “participantes dos grupos de discussões”, os “professores” cediam lugar aos “coordenadores de debates”. De igual modo, a “aula” era substituída pelo “debate” ou pelo “diálogo” entre educador e educandos e o “programa” por “situações existenciais” capazes de desafiar os agrupamentos e de levá-los a assumirem posições de reflexão e crítica diante das condições dessa mesma existência. (Beisiegel, 1982: 144)

**Princípios orientadores do processo de formação para a realização do OP-Criança.** A formação busca a construção do conhecimento a partir da prática, da vivência. É uma formação que implica participação. A partir do que se vive, discute-se, analisa-se a prática, buscando compreendê-la e aperfeiçoá-la. É um processo educacional que se fundamenta em vivências e reflexões; que cria espaços e condições para que as crianças, adolescentes e jovens, com o apoio dos educadores, busquem respostas autônomas para os desafios que a realidade da escola, do bairro, da cidade e da sua própria vida lhes apresenta. A formação, na perspecti-

---

aos alunos traduziu-se no *Documento 3: a visão dos educandos*. Muitas das idéias, manifestações, sugestões e avaliações apresentadas pelas crianças naquele momento confirmaram-se nessa nova consulta proporcionada pelo OP-Criança, como o leitor poderá verificar mais à frente. O avanço que percebemos em relação àquela primeira experiência foi o de que, dessa vez, ela envolveu mais diretamente as próprias crianças, principalmente, por meio dos Faíscas. Elas manifestaram suas opiniões, sua visão de mundo para além do preenchimento de questionários. Foi uma consulta mais dinâmica e continuada e mais abrangente, pois envolveu não só a forma como as crianças vêem a escola, mas também a cidade. Mais do que respostas, a leitura do mundo desenvolvida pelo OP-Criança buscou perguntas. As crianças puderam, nos encontros semanais, de março a novembro, aprofundar o debate sobre a sua visão de mundo, da própria escola, da educação, da cidade. Após as assembléias, o diálogo continuou. Cada educador do IPF resgatou as prioridades definidas nas assembléias e nas plenárias de cada Coordenadoria de Educação e voltou a discussão junto aos Faíscas e demais alunos da escola, socializando os resultados e, buscando, com a participação das crianças, soluções para as demandas que não dependiam exclusivamente de iniciativas governamentais. Muitas propostas foram encaminhadas pelas próprias escolas. Os alunos foram verificando o que poderia ser feito e propondo ações de intervenção.

va freiriana, pressupõe a participação, a ludicidade, a dialogicidade, a vivência e a interatividade. Não é uma formação em que educadores e educadoras chegam com conteúdos prontos, despejam sobre os participantes um manual ou um guia a ser rigorosamente cumprido, incluindo passos a serem seguidos, definindo, inclusive tempos para cada etapa, para que as ações do projeto sejam bem sucedidas. Há, obviamente, um planejamento prévio do que se pretende atingir, mas ele não é construído e nem desenvolvido de forma alheia às circunstâncias da realidade em que será aplicado e aos sujeitos envolvidos. É flexível e procura manter a necessária relação de organicidade com o contexto em que está sendo vivido.

Numa perspectiva freiriana, o **desenvolvimento metodológico** prevê a **formação em ação** (ação — reflexão — ação). A pedagogia dialógica de Freire valoriza os “saberes de experiência feito”. Promove o diálogo permanente entre saberes do cotidiano, construídos nos espaços informais, e saberes escolares, formais, visando à passagem da atitude passiva à atividade crítica e construtora de liberdade e solidariedade emancipatória. Colabora para a formação de sujeitos capazes de refletir sobre sua realidade e agir para transformá-la.

#### **Vivências, análise e proposição em cada etapa do OP-Criança:**

- Leitura de mundo

Conhecer o que pensam as crianças, adolescentes e jovens: suas expectativas, seus desejos, interesses, necessidades e propostas sobre cada temática trabalhada.

- Tematização e Problematização

Reflexão e aprofundamento da realidade constatada, dos problemas e potencialidades percebidas, das ações de intervenção propostas. Busca de ampliação do conhecimento, aprofundando a compreensão das práticas vividas. Vivenciar a pedagogia da pergunta para a construção do conhecimento. Levantar perguntas que provoquem o grupo para pensar, refletir sobre um determinado desafio ou uma questão a ser resolvida. Mais do que dar respostas, construir perguntas; lançar desafios, discutir coletivamente possíveis soluções.

- Ações de Intervenção — Ler o mundo para transformá-lo. A partir da compreensão de cada temática discutida, decidir sobre ações de intervenção para a transformação social.
- Avaliação dialógica e processual — Cada etapa sendo avaliada, buscando identificar os acertos, os limites e desafios da prática e promover o “ser mais” do grupo.

Nessa perspectiva, o OP-Criança não abandonou ou invalidou a participação das crianças quando ela não se deu exatamente como planejada ou esperada. A avaliação é entendida como momento de aprendizagem, momento para se pensar as causas de nossas falhas e replanejar as ações para que os objetivos sejam atingidos. “A grande questão ao avaliarmos nossas ações é que não se faz o que se quer, mas o que se pode. Uma das condições fundamentais é tornar possível o que parece impossível. A gente tem que lutar para tornar possível o que ainda não é possível. Isto faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o mundo”. (Freire, *In*: SME, 1992: 3)

Para o desenvolvimento metodológico do projeto, foram constituídos dois grupos essenciais: **Grupo Motor** e **Grupo Faísca**. O Grupo Motor, constituído de adultos, tinha como compromisso criar condições para a realização das ações das crianças nas unidades educacionais. O Grupo Faísca, constituído por crianças, adolescentes e jovens, tinha a responsabilidade de “faísca” o OP-Criança, ou seja, envolver, explicar, sensibilizar as crianças para que se comprometessem com o OP-Criança. Em vez de adultos falarem com as crianças de todos os ciclos, um grupo de crianças, o Grupo Faísca, foi preparado pelos educadores do IPF para assumir o processo organizativo do OP-Criança nas unidades educacionais.

Ao Grupo Motor foi oferecido um curso de “Participação Formativa” de 70 horas para prepará-lo para desenvolver as atividades relacionadas ao OP-Criança em cada unidade educacional. Foram oferecidas 2.600 vagas para o Grupo Motor. A cidade de São Paulo foi dividida em 5 pólos. Em cada pólo, foram constituídas 13 turmas, oferecendo vagas em todos os períodos (manhã, tarde e noite), às segundas, terças, quintas e sextas-feiras e aos

sábados pela manhã. As quartas-feiras foram reservadas para a formação interna da equipe de educadores do IPF envolvida no processo: encontros semanais entre educadores do IPF para socializar alegrias, conquistas e dificuldades. Discutir, ler, preparar coletivamente as respostas para cada desafio que surgia.

#### Encontros de Formação do Grupo Motor

Dia da semana	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
Manhã	Turma 1	Turma 4	Formação da equipe do IPF	Turma 7	Turma 10	Turma 13
Tarde	Turma 2	Turma 5		Turma 8	Turma 11	
Noite	Turma 3	Turma 6		Turma 9	Turma 12	

Fizeram parte do Grupo Motor educadores da Rede Municipal de Ensino (Professor Adjunto e Titular do Ensino Fundamental I e II, Professor Titular e Adjunto do Ensino Médio, Professor Titular e Adjunto de Educação Infantil, Professor de Desenvolvimento Infantil, Coordenador Pedagógico, Diretor, Supervisor Escolar, Auxiliar Técnico de Educação I e II, Diretor de Equipamento Social e Coordenador da Coordenadoria de Educação da Subprefeitura, Professores nomeados em comissão, Secretário de Escola, Assistente Técnico Educacional, Assessor Técnico, Assessor Técnico Educacional, Assistente de Diretor de Escola) e representantes da comunidade (por exemplo: membros dos Conselhos de Escola e delegados do Orçamento Participativo de São Paulo), que se inscreveram para participar.

O **curso de participação formativa** oferecido aos educadores da rede foi optativo e validado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação.

Os **conteúdos** trabalhados no curso prepararam os participantes para que desenvolvessem as atividades relacionadas ao OP-Criança nas UEs. Abordou a metodologia para constituição dos Grupos Faíscas nas UEs, a Leitura do Mundo, Orçamento Público, Orçamento Participativo, Orçamento Participativo Criança, Regimento do OP-Criança, Democracia Representativa e Demo-

cracia Direta, Assembléias para escolha dos delegados e das prioridades (por classe; ano/ciclo; ciclo; interciclos): como organizá-las, como realizá-las, material necessário para cada instância de votação (cédula de votação de delegado, cédula de votação da prioridade para a educação, ata das assembléias etc.), papel dos delegados, dos Conselheiros, do Grupo Motor, do Grupo Faísca, Assembléias nas escolas, Plenárias nas Coordenadorias, Registros do processo das assembléias (sistematização dos dados) e como organizar a devolutiva/avaliação (“Fala Escola<sup>10</sup>”) e Mostra e Registro de Memória: “Lições do OP-Criança”<sup>11</sup>.

A **formação das crianças do Grupo Faísca** se deu por meio de encontros semanais, com previsão de até duas horas. O educador do IPF disponibilizava 4 horas para cada escola semanalmente: duas horas reservadas para o acompanhamento com as crianças e as outras duas horas para aproximação com os outros segmentos da escola, visando à integração do OP-Criança com toda a comunidade.

Cada educador do IPF ficou responsável por 8 Unidades Educacionais (contrato de 40 horas) ou por 4 Unidades (contrato de 20 horas).

#### Encontros de Formação do Grupo Faísca nas Unidades Educacionais (UEs)

Dia da semana	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Manhã	UE 1	UE 3	Formação da equipe de Educadores do IPF	UE 5	UE 7
Tarde	UE 2	UE 4		UE 6	UE 8

10. O “Fala escola” (ou “faíscola” como passou a ser chamado em algumas escolas) foi uma atividade preparada pelos Faíscas, com o apoio do Grupo Motor, para dar uma devolutiva sobre os resultados das assembléias no âmbito da unidade escolar. Foi um momento reservado para que as crianças pudessem avaliar as assembléias, conhecer as prioridades definidas pelas crianças e apresentar sugestões de como fazer melhor as próximas assembléias.

11. A Mostra “Lições do OPC” foi concebida para apresentar os resultados do OPC em nível regional. Foram realizadas cinco Mostras, uma em cada pólo da cidade.

## Equipe do IPF para desenvolver as atividades de formação e acompanhamento

Para desenvolver o processo de participação formativa junto ao Grupo Motor, o IPF contou com uma equipe composta por dez coordenadores de pólo (2 coordenadores por pólo: um responsável pelas turmas da manhã e tarde e outro responsável pelas turmas do período noturno e a turma do sábado).

Para trabalhar com os Grupos Faíscas, foi constituída uma equipe de 70 educadores do IPF (estagiários de cursos universitários da área de humanas), cuja ação na escola contava com o apoio dos integrantes do Grupo Motor de cada Unidade Educacional.

O **Grupo Faísca** foi constituído a partir de atividades propostas pelos educadores do IPF (estagiários), com o apoio do Grupo Motor de cada escola. Os Faíscas deviam ter, preferencialmente, entre 11 e 15 anos. Houve um chamamento por sala, aberto a todas as crianças interessadas em ser Faísca para que estivessem no dia, hora e local combinados, por exemplo, na Sala de Leitura (ou outro espaço adequado da escola), para o processo de escolha e constituição do Grupo Faísca.

Sugestão de roteiro oferecido para constituição do Grupo Faísca:

1. Apresentação do vídeo<sup>12</sup> de lançamento do OP-Criança produzido na primeira fase (2003)
2. Explicação sobre o que implicava ser Faísca
3. Consulta sobre quem gostaria de participar do OP-Criança como Faísca
4. Processo de escolha dos participantes do Grupo Faísca

Quando o número de interessados foi maior que 20 (por escola), realizou-se entre eles um sorteio ou votação e foi feita uma lista dos remanescentes em caso de necessidade de substituição.

---

12. Trata-se de um vídeo produzido pelo IPF para o lançamento do projeto na rede, explicando, de maneira introdutória, com linguagem apropriada às crianças, os objetivos do OP-Criança. No total, foram produzidos três vídeos: o de lançamento e mais dois de registro da experiência.

O educador do IPF levou em consideração, no processo de constituição do Grupo Faísca, os seguintes critérios:

- Crianças com características de liderança democrática;
- Crianças que não se intimidassem com a presença do adulto;
- Crianças com acúmulo de cultura participativa.

Destacou-se a importância de o processo de escolha contemplar os critérios de pluralidade e diversidade (levando em consideração questões de gênero, de etnia, culturais, sociais...), mas, acima de tudo, considerou-se o interesse e o desejo das crianças e adolescentes em participar.

A **metodologia** de trabalho com o Grupo Faísca previa a construção do processo “**desde/com**”<sup>13</sup>. Fundamentado nas contribuições de César Muñoz, o OP-Criança partiu do pressuposto de que não se deve “trabalhar para” a Infância, Adolescência e Juventude (IAJ); nem sequer “trabalhar com”, ou seja, envolver as crianças, estar com elas, mas não reconhecê-las como sujeito das ações e reflexões. “Fazer por” e “fazer para” reforça uma perspectiva paternalista. O OP-Criança trabalhou “a partir de” IAJ, “com” apoio dos adultos. Quer dizer, a partir dos interesses, dúvidas, sugestões, críticas, medos, idéias, proposições das crianças, adolescentes e jovens, com apoio dos adultos. Isso implica reconhecer a cidadania das crianças, adolescentes e jovens, atribuindo poder à infância, adolescência e juventude. A participação é um direito e não um privilégio. Esta metodologia pressupõe um “adulto de presença ligeira”, que não se sobrepõe à criança. Um adulto que constrói perguntas, mais do que apresenta respostas. Provoca o surgimento de propostas que sejam feitas a partir da realidade existente, sem desvalorizar a criatividade e imaginação da criança. Incentiva a possibilidade de fazer coisas inéditas. Procura criar cumplicidade. Provoca reflexão a partir das coisas que as crianças

---

13. “desde com” — a partir das crianças, com o apoio dos adultos. Para maiores informações ver: MUÑOZ, César. *Vivir, Educar: desde la seducción, el amor y la pasión*. Centro de Investigaciones Pedagógicas de Infancia, adolescencia y juventud, 2003 e *Pedagogia da Vida Cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez Editora/IPF, 2004.

dizem, principalmente, sobre as coisas que têm ligação com a relação de poder criança/adulto. Reuniões lúdicas são vitais. Como afirma César Muñoz, “Não é sério trabalhar sem humor” (Muñoz, 2004: formação para os docentes do IPF, realizada no Instituto Paulo Freire). Evidencia que o importante é participar e não apenas receber votos. Cria condições para que a criança perceba o valor do processo de participação. Não reforça práticas preocupadas apenas com resultados: ser eleito. Discute, problematiza sobre o processo de eleição, da candidatura, dos critérios de escolha dos candidatos, das emoções vividas, das práticas presenciadas, das reações da escola. Possibilita a participação da criança na gestão das respostas e cria condições para que ela continue colaborando depois de propor e votar. Busca respostas exequíveis e, de preferência, de curto prazo às demandas: “É possível. Não é possível. Quando será possível?”. Evidencia que, sem a participação de todos, o processo empobrece: “Sem você, acontece menos”. Capta os “murmúrios de corpo” do grupo. “É preciso que a escola progressista, democrática, alegre, capaz, repense toda essa questão das relações entre o **corpo consciente** e **mundo**. Que reveja a questão da compreensão do mundo, enquanto produzindo-se historicamente no mundo mesmo e também sendo produzida pelos **corpos conscientes** em suas interações com ele”. (Freire, 1995: 73 — grifo nosso)

O ser humano se expressa pela fala, pela escrita, mas também pela linguagem do corpo, que pode demonstrar alegria, satisfação, envolvimento... ou tensão, medo, nervosismo, angústia. “É preciso ousar para dizer (...) que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica”. (Freire, 1995: 10)

Provoca evidências de entendimento do processo, do espaço e do que acontecia, parando a reunião quando algo grave acontece. Possibilita que as crianças realizem todas as etapas possíveis do processo. Discute as propostas não possíveis, não reais e as que requerem longo prazo e outras esferas de decisão. Entende a importância de estabelecer limites: reconhecer que algumas coisas não podem ser feitas. Possibilita tempo para que as crianças percebam/sintam as novas relações criança/adulto que descobrem: entender como

importante que as crianças notem o que está mudando e as razões das mudanças. Evidencia que o que as crianças dizem é levado em conta pelos adultos. Valorizar as “pequenas” ações, entendendo que a vida de um ser humano passa essencialmente pelos momentos triviais, pequenos, latentes da vida cotidiana. Muitos deles passam despercebidos por não parecerem importantes, mas é justamente aí que acontecem as trocas emocionais e intelectuais.

### O processo de formação das crianças do Grupo Faisca



OP Criança. Não! O que é orçamento? Pergunte. Alguma dúvida? Não tenham medo. Eu tenho dúvida. Ai, que vergonha. Não tenham medo, perguntem... Estamos aqui para isso! Ass. Faisca Simone

O processo de formação das crianças do Grupo Faisca foi dividido em dois momentos fundamentais: primeiro momento (março a julho de 2004): preparatório das assembléias do OP-Criança; segundo momento (agosto a novembro de 2004): pós-assembléias. No processo de formação inicial, para viabilizar a realização das assembléias do OP-Criança, foram abordadas as seguintes temáti-

cas: O que é protagonismo/participação?, O que é OP-Criança?, Leitura do Mundo, Orçamento público e privado, Regimento do OP-Criança, Como faiscar (mobilizar), Processo de assembléias, Como participar das assembléias, Como organizar as assembléias, Balanço do processo de assembléias, Encontro de Delegados, Conselheiros e Faíscas (“Fala Escola”) e a Mostra “Lições do OP-Criança”.

Em relação às **assembléias do Orçamento Participativo Criança**, as escolas tiveram autonomia para organizá-las de acordo com as modalidades apresentadas. Elas puderam ocorrer em várias instâncias, num movimento socializado e ascendente, partindo do nível das classes até as plenárias das Coordenadorias e da Cidade.

### **As modalidades e opções do processo das assembléias do OP-Criança 2004**

Em todas as Unidades Educacionais com Ensino Fundamental em que ocorreram as assembléias, crianças e adolescentes formularam propostas e votaram prioridades. Todas as prioridades que foram votadas pelas crianças e adolescentes em todas as assembléias foram agregadas, por coordenadoria de educação e para toda a cidade.

Para a realização das assembléias do OP-Criança, cada escola pôde fazer opção por uma das **modalidades de assembléias**<sup>14</sup>.

**Primeira modalidade:** a escola poderia optar por realizar assembléias desde o âmbito da sala de aula até a plenária da cidade (por classe, por ano/ciclo, por ciclo, interciclos, plenária da Coordenadoria da Educação, plenária da cidade).

**Segunda modalidade:** realização das assembléias por ciclo, interciclos, plenária da Coordenadoria da Educação, plenária da cidade.

**Terceira modalidade:** realização de assembléia por unidade educacional, plenária da Coordenadoria da Educação, plenária da cidade. Nessa modalidade, a escola realizaria apenas uma as-

---

14. Veja maiores detalhes no capítulo sobre as assembléias do OP-Criança.

sembléia geral, a partir da qual a escola definiria a prioridade para a educação e para a cidade, além de eleger os delegados do OP-Criança da UE.

Qualquer que tenha sido a modalidade escolhida pelas escolas, a assembléia deliberativa para a definição das prioridades para a educação e para a cidade, no âmbito escolar, foi a assembléia geral de cada UE. As outras (por classe, por ano/ciclo, por ciclo) foram consideradas preparatórias para a Assembléia Geral.

Depois de realizadas as assembléias (no âmbito da UE.) e plenárias (no âmbito da Coordenadoria da Educação — Subprefeituras — e da cidade), todas as informações foram sistematizadas: número de propostas apresentadas, número de candidatos a delegados, número de delegados eleitos, número de votos em cada proposta e foram feitas devolutivas às crianças.

Em síntese, o Orçamento Participativo Criança de 2004 foi dividido em dois momentos:

**Primeiro momento:** período em que foram realizadas as seguintes atividades: constituição do Grupo Motor, constituição do Grupo Faísca, curso de participação formativa para o Grupo Motor, preparação dos Faíscas para atuar junto as outras crianças e para que fossem protagonistas na organização das assembléias, a realização das assembléias em todas as instâncias (desde as classes até a plenária da cidade), tendo como resultado a eleição de delegados em todas as UEs e de conselheiros em cada Coordenadoria de Educação e dos dois conselheiros no âmbito da cidade de São Paulo. Além disso, nesse primeiro momento, houve a realização do “Fala Escola” (devolutiva para as escolas e avaliação do processo) e da Mostra “Registro de Memória: Lições do OP-Criança”.

**Segundo momento:** A partir da experiência realizada nas UEs, da sistematização dos dados das assembléias e considerando as contribuições e sugestões do “Fala escola” e “Registro de Memória: Lições do OP-Criança”, foi programada a continuidade do OP-Criança, procurando articular o processo vivido com o currículo da escola. Os temas geradores tratados de agosto a novembro foram: Protagonismo infanto-juvenil: saberes, valores e práticas (agosto), Protagonismo infanto-juvenil: espaços e expres-

sões (setembro), Protagonismo infanto-juvenil: Escola Cidadã e Cidade Educadora (outubro), Protagonismo infanto-juvenil: Eco-pedagogia e Agenda 21 (novembro).

Objetivos e ações realizadas de agosto a novembro de 2004:

- Articular os diferentes projetos que tratam do protagonismo infanto-juvenil na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo
- Garantir a educação continuada do Grupo Faísca (crianças, jovens e adolescentes de cada escola)
- Integrar o OP-Criança ao currículo da escola
- Incentivar a educação continuada dos delegados e conselheiros eleitos
- Promover a educação continuada do Grupo Motor — preparação da Mostra: “Lições do OP-Criança”
- Publicar o Livro sobre o OP-Criança.

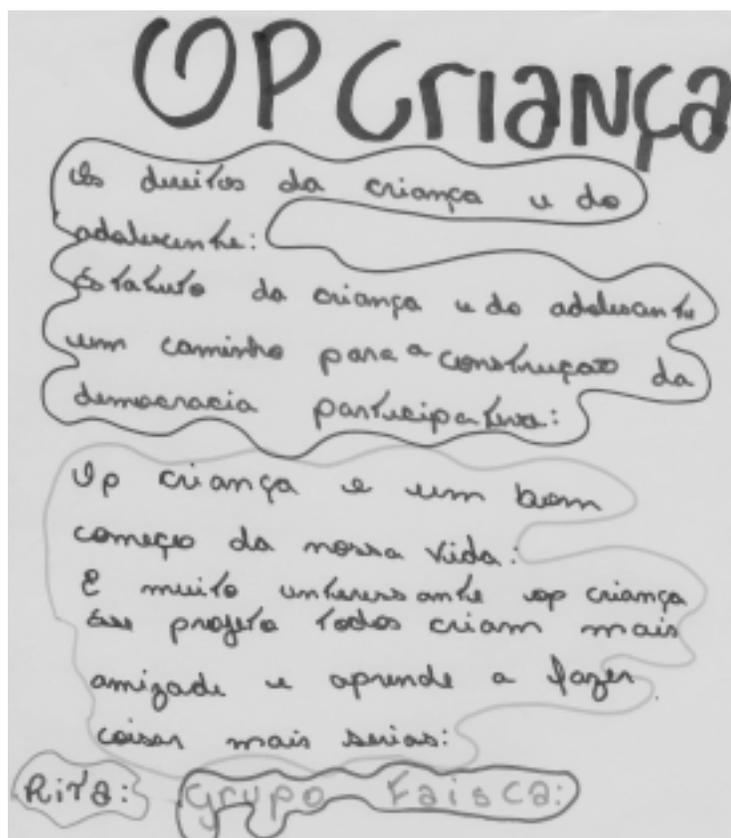
AGOSTO: TEMA GERADOR 1: PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL: *saberes, valores e práticas.*

OBJETIVOS:

- Problematizar e tematizar a Leitura do Mundo e as situações significativas reveladas na primeira fase do Orçamento Participativo Criança de 2004, buscando ampliar o conhecimento dos educandos sobre as temáticas que surgiram nessa fase.
- Identificar que escola o OP-Criança está revelando e que escola podemos, junto com a criança e com o adolescente, construir.
- Construir propostas de ação para intervenção na realidade, a partir da Leitura do Mundo, da tematização e da problematização da realidade vivida.
- Estimular a participação dos educandos no interior das escolas através da implementação das propostas levantadas, em especial, as que não precisam de orçamento para realizar, mas sim da participação coletiva. Incentivando,

assim, que eles, juntamente com seus pares e demais autores, possam ser os protagonistas deste processo.

SETEMBRO — TEMA GERADOR 2: PROTAGONISMO  
INFANTO-JUVENIL: *espaços e expressões*



**OBJETIVOS:**

- Integrar os projetos que promovem o protagonismo infanto-juvenil, potencializando a participação das crianças: Educom.rádio, Você apita, Observatório de seguran-

ça escolar, Banco na Escola, ONGs, Associação de Moradores do Bairro etc.), grupos culturais existentes nas UEs e/ou comunidade local.

- Possibilitar novos espaços de participação que oportunizem a discussão dessas crianças (Faíscas, representantes dos diferentes projetos e/ou grupos culturais, delegados e conselheiros) com outros segmentos que trabalham com o protagonismo infanto-juvenil. Integrar os trabalhos destes com instituições, programas e projetos diversos que podem viabilizar as demandas das escolas, negociando e articulando diretamente com as crianças.
- Estimular a criação de órgãos de representação infanto-juvenil e fortalecer os já existentes — (identificar as escolas onde não há Grêmios Estudantis ou não há qualquer forma de organização das crianças, jovens e adolescentes e intensificar as ações em direção à construção de algum espaço de organização: hip hop, skate...)
- Qualificação da atuação dos Grêmios Estudantis (constituição de novos grupos, reativação de outros); problematização das ações dos Conselhos de Escola; exigência de outros espaços de participação pelas crianças e adolescentes; questionamento das relações de poder.

#### OUTUBRO — TEMA GERADOR: PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL: *Escola Cidadã e Cidade Educadora*

##### OBJETIVOS:

- Ampliar o diálogo com os professores que aderiram ao OP-Criança e o reconheceram como força propulsora do protagonismo infanto-juvenil, potencializando-o em suas atividades cotidianas através da problematização do *currículo em ação*.
- Qualificar a participação das crianças e jovens na gestão democrática da escola, integrando as contribuições do OP-Criança (leitura do mundo, prioridades apontadas pelas crianças, fala escola/“faíscola”, Mostra: “Lições do OP-

Criança”) ao Projeto Político-Pedagógico das escolas, à política municipal, enfatizando a educação como direito da criança e do jovem, numa perspectiva da Escola Cidadã e da Cidade Educadora.

- Proporcionar vivências de construções coletivas e escolhas democráticas das crianças e jovens: música, teatro, jornalzinho, elaboração da página do OPC na Internet, revelando quem são as crianças das unidades educacionais, como vêm o mundo em que vivem, quais são os sonhos que as movem, o que querem para a escola, para o bairro, para a cidade de São Paulo.

#### TEMA GERADOR 4 — PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL: *Ecopedagogia e Agenda 21*

##### OBJETIVOS:

- Fortalecer espaços de discussão ambiental já existentes e ampliar as discussões com os conceitos da Ecopedagogia.
- Discutir os temas da Ecopedagogia na perspectiva da construção da Escola Cidadã e da Cidade Educadora, relacionando-os às propostas do OP-Criança e adequando-as à realidade local e à participação da comunidade.  
Inserir a Agenda 21 através da formação da Com-Vida (oficina de futuro) junto às crianças, criando comissões locais que discutam a questão ambiental permanentemente e introduzindo essa ação como motivadora do Grupo Faísca na continuidade de seus encontros na escola.
- Proporcionar vivências coletivas que provoquem discussões em torno dos problemas ambientais, da sustentabilidade e da formação da Agenda 21 através de formas lúdicas, apoiadas nos fundamentos da proposta Ecopedagógica.

## Capítulo II

### ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA



Como já afirmamos anteriormente, as Assembleias reuniram as crianças, adolescentes e jovens para opinar, votar e decidir sobre as prioridades para a educação e para a cidade e para eleger delegados(as). Elas ocorreram no âmbito da Unidade Educacional.

No âmbito das Coordenadorias de Educação (subprefeituras) e da cidade, foram realizadas as plenárias. Aquelas estavam abertas à participação de todos(as) os alunos(as). Estas apenas aos representantes dos(as) alunos(as): delegados(as) e/ou conselheiros(as) eleitos.

Por meio das assembléias, as crianças revelaram seu olhar sobre os problemas e potencialidades da educação municipal e da cidade de São Paulo. Elas expuseram sua visão de mundo, refletiram sobre as principais questões da escola e da cidade e vivenciaram um fecundo exercício de democracia e participação.

Antes e durante as assembléias, visando à promoção do protagonismo infanto-juvenil, as crianças e adolescentes conduziram o processo de discussão e votação das propostas indicadas. Opinaram, refletiram coletivamente, sentiram-se valorizadas percebendo a escola sendo construída com sua voz e sua participação.

*“Saber que você lutou por um futuro melhor e saber que você, por menor que seja, é um cidadão (...) porque nós conversamos bastante para decidir o que é bom para a escola e para a cidade” (Jéssica da Silva — Faísca, EMEF Maria Clara Machado)*

Para a realização das assembléias do OP-Criança, cada UE. pôde fazer opção por uma **modalidade de assembléias**.

1. A **primeira modalidade** baseou-se em assembléias por classe, por ano, por ciclo e interciclo, conforme a seqüência detalhada abaixo:

#### Etapa 1 — ASSEMBLÉIA POR CLASSE

Objetivo: eleger a prioridade por classe para a Educação e para a Cidade e 2 delegados (um menino e uma menina titulares) e 2 suplentes (um menino e uma menina)

Quem participou da Assembléia? — Todos(as) os(as) alunos(as) de cada classe

Resultado da assembléia por classe:

Eleição de 2 delegados: 👤 👤 (e seus respectivos suplentes)

Eleição da prioridade da classe para a educação 📖 e uma para a 🏘️ cidade

Cada classe fez a sua assembléia

<p style="text-align: center;">👤 👤 + 📖 🏘️</p> <p>2 delegados da <b>classe A</b> do 1º ano do ciclo I + prioridade para a educação e para a cidade</p>	<p style="text-align: center;">👤 👤 + 📖 🏘️</p> <p>2 delegados da <b>classe B</b> do 1º ano do ciclo I + prioridade para a educação e para a cidade</p>
<p style="text-align: center;">👤 👤 + 📖 🏘️</p> <p>2 delegados da <b>classe C</b> do 1º ano do ciclo I + prioridade para a educação e para a cidade</p>	<p style="text-align: center;">👤 👤 + 📖 🏘️</p> <p>2 delegados da <b>classe D</b> do 1º ano do ciclo I + prioridade para a educação e para a cidade</p>
<p style="text-align: center;">👤 👤 + 📖 🏘️</p> <p>2 delegados da <b>classe E</b> do 1º ano do ciclo I + prioridade para a educação e para a cidade</p>	<p style="text-align: center;">👤 👤 + 📖 🏘️</p> <p>2 delegados da <b>classe F</b> do 1º ano do ciclo I + prioridade para a educação e para a cidade</p>

Realizadas as eleições em todas as classes, tendo como resultados as prioridades para a educação e para a cidade e a eleição de dois delegados por classe, passou-se à etapa 2.

### Etapa 2 — ASSEMBLÉIA POR ANO/CICLO

Objetivo: eleger a prioridade por ano/ciclo para a Educação e para a Cidade

Quem participou da Assembléia? — Todos(as) os(as) delegados(as) de cada ano de cada ciclo. Por exemplo: Os delegados de todas as classes do 1º ano do ciclo I elegeram a sua prioridade para a educação e para a cidade.

Os delegados de todas as classes do 2º ano do ciclo I elegeram a prioridade para a educação e para a cidade do 2º ano do ciclo I. E assim por diante até que a unidade educacional tivesse a prioridade para a educação e para a cidade escolhida do 1º ano, do 2º ano, do 3º ano e do 4º ano do ciclo I. Isso foi feito também no ciclo II.

### 1º ano do ciclo I

† † (2 delegados da classe A) + † † (2 delegados da classe B)  
+ † † (2 delegados da classe C) + † † (2 delegados da classe D) ...  
elegeram a prioridade para a educação e para a cidade ✍ 🏘

Os delegados de cada classe do 1º ano do ciclo I elegeram a prioridade para a educação e para a cidade

### 2º ano do ciclo I

† † (2 delegados da classe A) + † † (2 delegados da classe B)  
+ † † (2 delegados da classe C) + † † (2 delegados da classe D) ...  
elegeram a prioridade para a educação e para a cidade ✍ 🏘

Os delegados de cada classe do 2º ano do ciclo I elegeram a prioridade para a educação e para a cidade

### 3º ano do ciclo I

† † (2 delegados da classe A) + † † (2 delegados da classe B)  
+ † † (2 delegados da classe C) + † † (2 delegados da classe D) ...  
elegeram a prioridade para a educação e para a cidade ✍ 🏘

Os delegados de cada classe do 3º ano do ciclo I elegeram a prioridade para a educação e para a cidade

### 4º ano do ciclo I

† † (2 delegados da classe A) + † † (2 delegados da classe B)  
+ † † (2 delegados da classe C) + † † (2 delegados da classe D) ...  
elegeram a prioridade para a educação e para a cidade ✍ 🏘

Os delegados de cada classe do 4º ano do ciclo I elegeram a prioridade para a educação e para a cidade

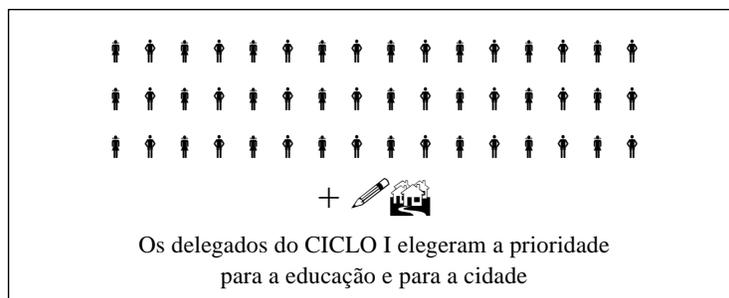
Observação: Todos anos do ciclo II passaram pelo mesmo processo.

### Etapa 3 — ASSEMBLÉIA POR CICLO

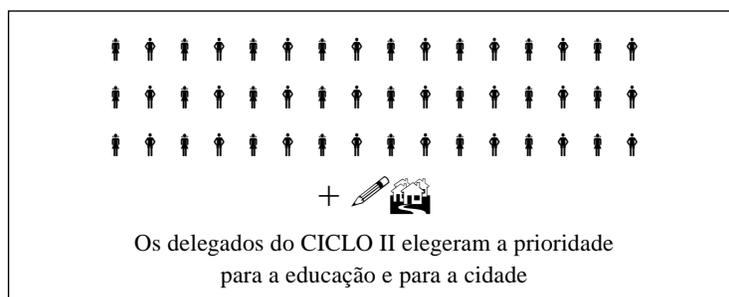
Objetivo: eleger a prioridade para a Educação e para a Cidade do CICLO I e a prioridade para a Educação e para a Cidade do CICLO II

Quem participou da Assembléia? Todos(as) os(as) delegados(as) de cada ciclo.

#### TOTAL DE DELEGADOS DO CICLO I ELEGERAM A PRIORIDADE DO CICLO I PARA A EDUCAÇÃO E PARA A CIDADE



#### TOTAL DE DELEGADOS DO CICLO II ELEGERAM A PRIORIDADE DO CICLO II PARA A EDUCAÇÃO E PARA A CIDADE

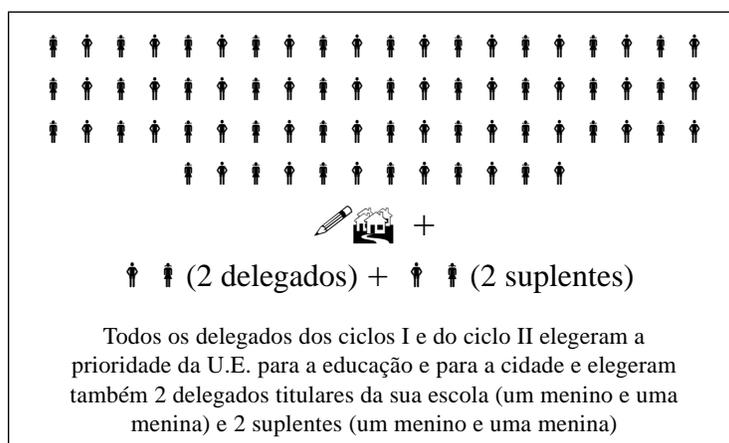


#### Etapa 4 — ASSEMBLÉIA POR UNIDADE EDUCACIONAL

Objetivo: eleger a prioridade para a Educação e para a Cidade da Unidade Educacional com Ensino Fundamental e os 2 delegados (um menino e uma menina) e respectivos suplentes.

Quem participou da Assembléia? Todos(as) os(as) delegados(as) de cada ciclo.

#### ASSEMBLÉIA POR UNIDADE EDUCACIONAL COM ENSINO FUNDAMENTAL



#### Etapa 5 — PLENÁRIA POR COORDENADORIA (Por subprefeitura)

Objetivo: eleger a prioridade para a educação e para a cidade por Coordenadoria (Subprefeitura) e dois conselheiros (um menino e uma menina) e respectivos suplentes (um menino e uma menina).

Quem pôde participar da plenária por Coordenadoria? Todos os delegados das unidades educacionais ligadas a cada Coordenadoria de Educação.<sup>1</sup>

1. A cidade de São Paulo está dividida em 31 Subprefeituras. Em cada subprefeitura, há uma Coordenadoria de Educação. Cada Coordenadoria possui um número de EMEFs sob sua responsabilidade.

♣ ♣ (2 delegados da EMEF 1) + ♣ ♣ + (2 delegados da EMEF 2) ♣ ♣ + (2 delegados da EMEF 3) ♣ ♣ + (2 delegados da EMEF 4) ♣ ♣ (2 delegados da EMEF 5)

Todos os delegados das unidades educacionais com ensino fundamental elegeram a prioridade para a educação e para a cidade  e elegeram ♣ ♣ 2 conselheiros titulares por coordenadoria (um menino e uma menina) e 2 suplentes

### Etapa 6 — PLENÁRIA DA CIDADE

Objetivo: eleger a prioridade do Orçamento Participativo Criança em nível da cidade de São Paulo para a Educação e para a Cidade e dois conselheiros (um menino e uma menina) e respectivos suplentes (um menino e uma menina) para ter assento no OP-SP.

Quem pôde participar da Plenária da Cidade?

Todos os conselheiros do OP-Criança da cidade (2 conselheiros por Coordenadoria). Como existem 31 coordenadorias de educação, participaram 62 Conselheiros responsáveis pela eleição da prioridade para a educação e para a cidade e pela eleição de dois conselheiros (um menino e uma menina) com direito a voz e voto no OP-SP.<sup>2</sup>

Com o objetivo de se chegar à proposta prioritária da cidade, foram totalizadas todas as demandas apresentadas em todas as assembléias realizadas nas escolas de cada uma das 31 coordenadorias existentes nas subprefeituras.

2. Se a Unidade Educacional não quisesse fazer o processo desde a sala de aula, poderia escolher a **segunda modalidade** de realização das assembléias, considerando duas instâncias de votação no âmbito escolar: por ciclo e interciclo. A unidade educacional que optou pela segunda modalidade participou do OP-Criança realizando desde a etapa 3 até a sexta etapa acima descritas. A **terceira modalidade** consistia em realizar uma única assembléia por UE (interciclo). A unidade educacional que optou por esta modalidade participou do OP-Criança realizando desde a etapa 4 até a sexta etapa acima descritas.

## O processo de organização das assembléias e plenárias

O primeiro passo foi a Leitura do Mundo. A partir dela, chegamos ao conhecimento das necessidades, sonhos, desejos, carências e interesses das crianças, adolescentes e jovens. Chegamos às situações significativas de seus contextos. Num processo dialógico, lúdico e dinâmico, fomos problematizando e aprofundando a compreensão dos aspectos mencionados por elas. Amadurecendo as idéias, fomos chegando às possíveis propostas a serem apresentadas para a cidade e para a educação. Antes de realizar as assembléias, foram discutidos os critérios de escolha das prioridades e dos delegados. Conversamos com as crianças sobre o significado dessas escolhas. Íamos eleger delegados e prioridades. De que forma faríamos isso? Apenas levantando o braço e votando? Por meio de dinâmicas, criamos condições para as crianças pensarem sobre a importância de termos clareza sobre os critérios que fundamentam nossas opções. Nesse sentido, discutimos, por exemplo, se uma proposta que ia beneficiar apenas os colegas da classe teria mais valor do que uma que beneficiaria a escola como um todo; se a proposta que atendia aos interesses apenas dos meninos era mais importante do que uma que atendia aos interesses dos meninos e das meninas, se deveríamos escolher o delegado pela amizade ou por outras razões e quais seriam essas razões e assim por diante. E assim fomos construindo os critérios para votação. Definidos os critérios, estudamos o Regimento do OP-Criança (veja anexo II): o que podia e o que não podia ser apresentado como proposta. Em seguida, discutimos sobre o orçamento das mesmas. Percorridos esses passos (Leitura do Mundo, Situações significativas do contexto, problematização, critérios de escolha de delegados e prioridades, conhecimento do regimento do OP-Criança), os alunos passaram à organização da apresentação de suas propostas. Eles aprenderam como apresentar suas propostas: ter clareza em relação ao que estava sendo proposto, argumentar sobre a relevância da proposta, sobre a abrangência (quem seria beneficiado), como inscrever sua proposta (ficha de inscrição da proposta) etc. Propostas definidas, passamos a discutir, com as crianças, a organização das

assembléias. Como fazê-las? O que é necessário para realizá-las? Conversamos com as crianças sobre como apresentar as propostas para o público, como se apresentar como delegado, os materiais e documentos que seriam necessários para a votação: urnas, microfones, pincel piloto, lousa, cédula para votação dos delegados, cédula para votação da prioridade para a educação, cédula de votação para a prioridade para a cidade, ata da assembléia, listas de presença, ficha de inscrição para a apresentação das propostas, pessoas responsáveis pelo preenchimento dos documentos, pela apuração das votações etc.

### Material necessário para a realização das assembléias

Foi preciso providenciar urnas, aparelhagem de som para as assembléias gerais (caixas de som, microfones...), lugar apropriado para as crianças se apresentarem para as outras crianças, toda a documentação para a eleição dos delegados e escolha das prioridades. Com um universo de 550 mil alunos, tivemos que providenciar quase dois milhões de cédulas para votação (550 mil para a votação de delegados, 550 mil para a educação e 550 mil para a cidade), além das atas, listas de presença, fichas de inscrição etc. A seguir, destacamos alguns dos documentos utilizados.





**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA**  
*Exercendo a cidadania desde a infância*

**Ata da Assembléia**

Instância \_\_\_\_\_ UE \_\_\_\_\_

Coordenadoria de Educação \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ENEF \_\_\_\_\_ Horário Início \_\_\_\_\_ Término \_\_\_\_\_

**Instruções:**

- 1 - Preencha em letra de forma e legível.
- 2 - Anexar junto a ata:
  - a) mapas de apuração (delegados(as) e propostas)
  - b) Inscrições dos delegados(as) e propostas
- 3 - Entregar esta ata para o Representante do IPF ao final da assembléia.

Quant. de participantes \_\_\_\_\_ Quant.de votantes \_\_\_\_\_

Quant. de propostas \_\_\_\_\_ Quant. de candidatos(as) a delegados(as) \_\_\_\_\_

**Responsáveis pela organização da assembléia (SME, COP, IPF, G.Motor, G. Faísca)**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Observações** [registrar os delegados(as) eleito(s), e outros destaques que julgar importantes. Use o verso da folha, se necessário.]

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





**Instruções de Preenchimento**

- 1- Preencha com letra legível, lembre-se de que outras pessoas também têm que compreender a informação
- 2- Preencha a ata, logo após a assembleia
- 3- Complete todos os campos

UE  Data

**DELEGADO (A)**

	Nome do candidato (a)	Votos
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		



**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA**  
*Exercendo a cidadania desde a infância*  
**FICHA DE INSCRIÇÃO DE DELEGADOS E DELEGADAS**



COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EMEP \_\_\_\_\_ INSTÂNCIA \_\_\_\_\_

Ordem	Nome	Endereço	Assinatura do CONDOMÍNIO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			



**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA**  
*Exercendo a cidadania desde a infância*

**Ata de Sistematização de Dados do OP Criança**

**Instruções de preenchimento**

- 1- Preencho com letra legível, tendo-se de que outros pessoas também firm que compõe de a informação
- 2- Preencho em três, logo após a assembleia
- 3- Completar todas as colunas

UF \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

**PROPOSTAS DO OP CIDADE**

Ordem	Descrição da Proposta	Notas
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		



**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA**  
*Exercendo a cidadania desde a infância*

Coordenadoria de Educação \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EMEF \_\_\_\_\_ Instância de Votação \_\_\_\_\_

**DELEGADO E DELEGADA ELEITOS**

Nome completo (titular) _____	<b>Assinale com um "X"</b>	
(suplente) _____	1º ano <input type="checkbox"/>	ciclo I <input type="checkbox"/>
_____	2º ano <input type="checkbox"/>	ciclo II <input type="checkbox"/>
_____	3º ano <input type="checkbox"/>	Contato do titular _____
_____	4º ano <input type="checkbox"/>	Contato do suplente _____
Nome completo (titular) _____	<b>Assinale com um "X"</b>	
(suplente) _____	1º ano <input type="checkbox"/>	ciclo I <input type="checkbox"/>
_____	2º ano <input type="checkbox"/>	ciclo II <input type="checkbox"/>
_____	3º ano <input type="checkbox"/>	Contato do titular _____
_____	4º ano <input type="checkbox"/>	Contato do suplente _____

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CRIANÇA**  
*Exercendo a cidadania desde a infância*

**FICHA DE INSCRIÇÃO DE PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO**

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO \_\_\_\_\_

EMEF \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LOCAL \_\_\_\_\_

CLASSE-ANO \_\_\_\_\_ CICLO \_\_\_\_\_ NÚMERO DA PROPOSTA \_\_\_\_\_

**DESCRIÇÃO DA PROPOSTA**


Nome de quem apresentou a proposta \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Nome do secretário \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

As Coordenadorias de Educação da Cidade de São Paulo acompanharam a experiência da realização das assembleias do Orçamento Participativo Criança em 2004 nas Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, motivando e dando subsídios para a atuação do Grupo Motor e do Grupo Faísca. Novamente aqui a perspectiva de um protagonismo a partir da colaboração, interatividade e da co-responsabilidade criança-adulto (Faísca-Motor).

### Vejamos o relato de uma das Coordenadorias de Educação:

“Foram realizadas 25 assembléias na Coordenadoria de Educação da Capela do Socorro; todas acompanhadas por nós, STEs (Serviços Técnicos Educacionais) da Coordenadoria de Educação da Capela do Socorro, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, o Instituto Paulo Freire e a Coordenadoria do Orçamento Participativo.

Vivemos momentos regados com os mais diversos sentimentos: medo, esperança, alegria, desespero. Começamos a viver esses momentos quando iniciamos os trabalhos em nossas escolas, na constituição dos Grupos Faíscas e durante a implantação do Orçamento Participativo Criança. Quando soubemos que iríamos para as escolas desenvolver o trabalho, acreditávamos que seria muito difícil que nossos alunos pudessem relatar propostas significativas, que fossem coerentes com as necessidades da escola e da cidade. Mas nos surpreendemos com a criticidade e a seriedade de nossos alunos. As propostas que apareciam iam ao encontro da situação vivida em cada unidade educacional, em cada bairro. É claro que propostas como piscina, excursões gratuitas também saíram, afinal, ninguém é de ferro!

Nossa Coordenadoria se localiza na periferia do extremo sul da cidade de São Paulo. Nossos alunos são humildes, simples. Muitos vivem em condições precárias. São crianças admiráveis, conscientes, que deram uma verdadeira aula de democracia, sendo os protagonistas de nossas assembléias.

Foram levantadas propostas como reformar a escola, substituir as emergenciais de zinco por escolas de alvenaria, cobertura da quadra, empregos, postos de saúde, área de lazer, asfalto e saneamento básico.

Nossas assembléias envolveram crianças de várias faixas etárias. Em todas as escolas o clima entre os alunos era de muito entusiasmo. Todos queriam votar para escolher suas propostas e seus representantes.

O que todos nós, que participamos das assembléias, pudemos perceber é que nossos alunos esperavam por um momento como esse para poder falar, “gritar por socorro”, isto é, ser ouvido, reivindicar, ser importante.

O brilho no olhar de cada criança nos fez sentir que aquele momento para elas foi de extrema importância. Pois ali todos seriam atendidos, poderiam expressar suas vontades sem censura ou coerção. O voto representava liberdade, escolher o que realmente se quer. Talvez, para muitos, pela primeira vez sentiram integrantes de um processo demo-

crático, oferecido por um governo também democrático e popular que lhes dá oportunidade de lutar por seus objetivos”.

(Coordenadoria de Educação da Capela do Socorro)

(...)

“Legitimar o Protagonismo Juvenil dentro da perspectiva de Cidade Educadora é proporcionar aos jovens educandos de nossa cidade a oportunidade de ter voz e isso se faz quando encaminhamos ações de democracia para dentro dos muros de nossas escolas, democracia essa que acaba ultrapassando esses mesmos muros. O Orçamento Participativo Criança trouxe a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade. Na raiz do protagonismo, proporcionado pelo Orçamento Participativo Criança, tem que haver uma opção livre do jovem, ele tem que participar na decisão se vai ou não fazer a ação. O jovem tem que participar do planejamento, da execução e da avaliação da ação, para a apropriação dos resultados”.

(Coordenadoria de Educação do Jaçanã/Tremembé)



### Capítulo III

## A EDUCAÇÃO E A CIDADE NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS



Com o OP, nós reivindicamos nossos direitos e melhoramentos a nossa escola. No OP, damos a nossa opinião. Priscila Duarte Pinheiro. EMEF Vera Lucio.

Muitos relataram que a assembléia foi importante porque lhes permitiu falar sobre os problemas da escola. Para a Faísca Pâmela de Oliveira, da 8ª série, da EMEF José do Patrocínio, a assembléia

foi *“Divertida. O pessoal participou muito, expressou e manifestou. As pessoas, que eu não esperava, se candidataram e falaram. Se expressaram!”*.

As assembléias constituíram-se em um importante espaço pedagógico para a formação de cidadãos integrados na prática solidária e cooperativa, fortalecendo o respeito e a valorização dos espaços públicos. Vimos, em muitas unidades educacionais, o surgimento de propostas como reforma do prédio, das quadras, dos banheiros, armários para os alunos e principalmente a grafiteagem dos muros pichados. Os próprios educandos que apresentaram as demandas de conservação do espaço público reforçavam sua identidade de criança e jovem, incluindo-se como agente de transformação dos espaços da escola. Deparamo-nos com iniciativas deles como, por exemplo, independentemente da proposta de grafiteagem não ter conquistado votos suficientes para tornar-se prioridade do Orçamento Participativo Criança, eles mesmos foram em busca da viabilidade, organizando atividades pelo Grêmio ou outras instâncias de organização estudantil.

Como afirmamos anteriormente, uma das diretrizes da atual política educacional da Secretaria Municipal de Educação é a democratização da gestão. A atuação cidadã requer assumirmos *“o compromisso ético e a ousadia inovadora na forma de gerir os espaços, os saberes, os tempos e as relações humanas, ao propormos uma prática educacional comprometida com a emancipação individual e coletiva e com as transformadoras das desigualdades e injustiças sociais. Esse fazer educativo, que objetiva romper com as estruturas políticas e econômicas que promovem a exclusão, nos desafia a buscar uma práxis que responda às demandas postas por este tempo histórico”*. (Secretaria Municipal da Educação, 2004: 30). Com o OP-Criança (Grupo Faísca, Leitura do Mundo, eleição de prioridades e delegados, olhar crítico sobre a educação, sobre a escola e a cidade, defesa de propostas...), os alunos puderam vivenciar novas formas de organizar o espaço escolar e aprender outros saberes.

## O que as crianças apresentaram como proposta?

Para a Educação, foram definidas como prioridades, em grande parte das Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, cobertura da quadra, laboratório de ciências, reforma geral do prédio e mais segurança interna.

No que diz respeito à cobertura da quadra (grande demanda das crianças), ao questionarmos e problematizarmos com elas, principalmente com os Grupos Faíscas, o porquê de elas pedirem tanto a implantação de atividades culturais e esportivas, construção de piscinas, armários para os alunos... eles apontavam a importância de se ter dentro das escolas espaços de lazer. Para muitos alunos, a quadra e a aula de Educação Física são o único espaço de lazer e convívio lúdico de que dispõem. Eles afirmam que é o momento em que se conhecem melhor, que discordam e buscam coletivamente uma vitória, que riem juntos, que se descontraem mais, que descarregam energias, que fazem novas amizades...

O OP-Criança trouxe à tona a necessidade de ampliar esse debate com o diretor, com o coordenador pedagógico, os professores e profissionais da educação para que se conscientizem da importância desses espaços de convivência. Muitos educadores mostram-se resistentes a essas idéias. Não foi raro ouvir perguntas do tipo: mas a escola é lugar de aprender ou de brincar? Não estaríamos nós valorizando demais um aspecto que não é função precípua da escola? A nós não cabe educar? E a preparação para o vestibular? A escola privada não trabalha os conteúdos tradicionais? Por que, na escola pública, é diferente? Como ficam os conhecimentos importantes para os alunos? Os conhecimentos específicos da escola têm menos importância? Estaria a escola abrindo mão de suas responsabilidades?

O OP-Criança provocou a discussão e a procura de respostas por parte dos educadores. Para Paulo Freire, educar não significa transmitir conteúdos. Eles são importantes! Paulo Freire nunca os desprezou. Mas, numa perspectiva freiriana, o conhecimento possui uma função social: a de possibilitar o processo de humaniza-

ção. Educar é humanizar. Nesse sentido, não cabe ao processo educativo apenas a transmissão de conteúdos, nem servem quaisquer conteúdos e conhecimentos. A escola tradicional também seleciona conteúdos. Quem os seleciona? Sob que critérios? Para responder a que perguntas? Para a pedagogia freiriana, a seleção dos conteúdos dá-se a partir das questões que a realidade vivida apresenta. São fundamentais aqueles que nos permitem entender nosso estar sendo no mundo, que nos ajudam a conviver, a significar a nossa existência. Apropriamo-nos do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade a partir do mundo vivido. Nessa perspectiva, o processo educacional não dissocia o aprendizado do Português, da Matemática, da Geografia, da História... do aprendizado de princípios éticos, de valores democráticos, da experiência da cidadania, do aprender a viver.

#### LER PALAVRAS, LER O MUNDO

*O que é que eu quero dizer com dicotomia entre ler as palavras e ler o mundo? Minha impressão é que a escola está aumentando a distância entre as palavras que lemos e o mundo em que vivemos. Nessa dicotomia, o mundo da leitura é só o mundo do processo de escolarização, um mundo fechado, isolado do mundo onde vivemos experiências sobre as quais não lemos. Ao ler palavras, a escola se torna um lugar especial que nos ensina a ler apenas as “palavras da escola”, e não as “palavras da realidade”. O outro mundo, o mundo dos fatos, o mundo da vida, o mundo no qual os eventos estão muito vivos, o mundo das lutas, o mundo da discriminação e da crise econômica (todas essas coisas estão aí), não tem contato algum com os alunos na escola através das palavras que a escola exige que eles leiam. Você pode pensar nessa dicotomia como uma espécie de “cultura do silêncio” imposta aos estudantes. A leitura da escola mantém silêncio a respeito do mundo da experiência, e o mundo da experiência é silenciado sem seus textos críticos próprios. (Paulo Freire, Medo e ousadia: o cotidiano do professor, p. 164)*

O processo educacional deve possibilitar a construção da identidade de cada ser humano, seu desenvolvimento mental, ético, emocional, afetivo. A educação deve problematizar a existên-

cia humana e contribuir para que a vida seja respeitada e valorizada. Os alunos não são apenas sujeitos de aprendizagem de conteúdos tradicionais. São sujeitos humanos, sociais, culturais. Dessa forma, os espaços de lazer, as brincadeiras, as relações interculturais não são questões menores. São fundamentais para aprender a conviver. Daí a necessária valorização das demandas das crianças por espaços culturais, de lazer, de convivência. O recreio não é encaixe, não é mero intervalo entre momentos significativos de aprendizagem. Ele é também momento em que se aprende. Ele também ensina. As crianças revelaram a necessidade de qualificar esses tempos e esses espaços. Eles são significativos para elas e podem ser melhor vivenciados se nós, educadores, conseguirmos, a partir das crianças, ressignificá-los.

O laboratório de ciência foi outra reivindicação das crianças. Eles argumentam que as aulas no laboratório dinamizam e estimulam a curiosidade. Gostam de descobrir coisas, de entender como funcionam os órgãos do corpo humano, de fazer testes etc.

Em relação à reforma do prédio, os alunos dizem que não gostam de estudar em uma escola feia. Muitos, inclusive, participaram de campanhas em conjunto com professores, diretores e a comunidade para incentivar a preservação do prédio.

A questão da segurança interna, objeto de grande preocupação dos alunos, tem a ver, segundo as crianças, com a sociedade violenta, com as drogas, como a coexistência de grupos conflitantes (gângues) no interior da escola. Percebemos a necessidade de aprofundar a discussão sobre essa questão. Para este problema, grande parte dos alunos aponta como solução o uso de câmeras internas, maior policiamento, maior controle da entrada e saída dos alunos. A discussão sobre as diferentes formas de violência (não só a física, mas a simbólica) ainda é muito incipiente e poucos abordam esses aspectos. Entendem por violência apenas as agressões físicas, os roubos, os assassinatos e apontam como solução a repressão violenta, os muros altos, os cacos de vidro sobre os muros, os policiais, as câmeras de vídeo... Não se coloca, ou aparece de forma tímida e não elaborada, a discussão sobre a ausência de sentido dessa escola para a vida deles, o desrespeito à autonomia e ao protagonismo dos alu-

nos, a desconexão do projeto político-pedagógico da escola com o projeto de vida da comunidade em que ela está inserida, a ausência de participação cidadã da comunidade no interior da escola, as condições sociais e econômicas em que vive a população etc. Eles percebem esses problemas, mas não associam isso à violência. Violência é bater, matar, roubar, destruir a escola.

No que diz respeito às prioridades para a cidade, as assembléias revelaram o pedido de construção de áreas de lazer, ampliação da segurança pública, programas de geração de emprego e renda (como o *Centro de Atendimento e Encaminhamento para postos de trabalho* por subprefeitura), Clube da Cidade (espaço esportivo e cultural), pavimentação, substituição da pichação do bairro por grafiteagem, canalização dos córregos, universidade pública municipal, construção de anfiteatros e teatro gratuito.

A escolha das crianças revela a capacidade de olhar a cidade como um todo, não considerando apenas o local ou o específico de um bairro. Eles revelaram a capacidade de olhar a cidade para todos, para o coletivo. Isso surpreende o adulto, pois partimos de pressupostos que classificam a criança como incapaz de fazer essas observações e cremos que ela está presa no seu mundo, com suas observações particulares ou mesmo não está pronta para interferir, agir no mundo. Nosso olhar de “cima para baixo” muitas vezes coloca a criança como espectadora e não protagonista, como beneficiadora ou vítima, mas quase nunca como cidadã ativa. Ao ouvi-las, surpreendemo-nos positivamente e fortalecemos a esperança na possibilidade de construirmos uma sociedade mais justa, formando, desde a infância, para a democracia e para a cidadania.

Outro ponto importante das assembléias do Orçamento Participativo Criança foi a constituição e atuação de delegados e conselheiros, tal como encontramos no seu Regimento Interno do OP-Criança:

“As crianças e adolescentes de cada escola elegem dois representantes (um delegado e uma delegada e seus suplentes) que acompanham, nas coordenadorias da Educação em cada Subprefeitura, a agregação das propostas. Os(as) delegados(as) elegem, também por Coordenadoria de educação, um conselheiro e uma conselhei-

OP Criança

No OP Criança nós aprendemos a nos expressar, depois que eu entrei no OP Criança comecei a entender porque o governo manda a verba p/ a escola, mas que debatemos as melhores coisas p/ nós mesmos.

Agora nos temos de exercer a cidadania, porque ninguém melhor que alunos p/ falar do que a escola precisa.

Aluna:  
Tatyane Semensato Gonçalves  
72B

ra e seus suplentes”. (Regimento do Orçamento Participativo Criança, 2004, art. 6º)

Com a eleição, os delegados e delegadas (um menino e uma menina por escola) assumiram um novo papel no desenvolvimento do Orçamento Participativo Criança; eles se tornaram os representantes não só do Grupo Faísca, mas de toda a escola.

O delegado e o conselheiro assumiram a representatividade por escola e por região. Inseridos na sua localidade, com sua participação, tiveram a oportunidade de inserir essa localidade na cidade. Eles representaram e defenderam as demandas do seu espaço no âmbito regional e da cidade e fizeram o movimento de retorno, de contato com o Grupo Faísca, com as crianças da sua sala de aula, da sua escola, trazendo os resultados das discussões que ocorreram no âmbito regional e da cidade. Esse movimento difere dos modelos de representatividade que temos visto no Brasil, em que os representados e seus respectivos representantes perdem contato após as eleições.

No que diz respeito às unidades educacionais, tradicionalmente, constatamos uma enorme dificuldade de os segmentos escolares garantirem a representatividade de seus pares seja no Conselho de Escola, no Grêmio Estudantil, na Associação de Pais e Mestres. Os representantes são eleitos e depois decidem e conduzem o trabalho sem consultar os que os elegeram. Isso se deve a vários fatores. Entre eles, a falta de clareza, o despreparo, a falta



“O momento que eu mais gostei do dia da assembleia porque quase todos deram sua opinião não importasse a idade ou o tamanho”

de experiência de democracia na escola, a não formação para a participação, não há espaços apropriados para os diferentes grupos se reunir (falta um auditório, uma sala específica para os pais, para os alunos discutirem suas preocupações sem que haja controle dos profissionais da escola) etc. Com o OP-Criança houve um esforço no sentido de alterar essa prática e mostrar a grande importância de se garantir a representatividade.

Os representantes eleitos levaram a proposta adiante e eles mesmos retornaram à escola relatando os avanços e os retrocessos que o processo foi apontando. Este movimento incluiu a discussão do orçamento público em espaços anteriormente inimagináveis. Os(as) delegados(as) estabeleceram diálogo com profissionais da educação e com o Grupo Faísca, retornando à escola os resultados e o seu andamento. Vejamos esse movimento na perspectiva das crianças e adolescentes:

*“Para mim, ser delegada é você ter a responsabilidade de estar tentando cumprir o que a escola inteira ajudou a escolher, todo mundo junto e organizado, e o delegado tem esta meta a ser cumprida. A plenária foi excelente, foi mais do que eu esperava, foi show; os organizadores tiveram uma boa postura e não ficavam nos interferindo. Lá na plenária eles fizeram uma pergunta muito interessante: ‘O que uma criança pode fazer para mudar o mundo?’. E eu acho que só o fato de você não entrar no mundo da criminalidade já é uma diferença; e a escola é um lugar onde você acaba ficando longe disto, a escola acaba sendo um lugar alvo, um meio de tirar as crianças da criminalidade, pois hoje não há idade para isso. Mas às vezes é difícil a criança ouvir um conselho, às vezes o conselho é bom, mas é muito difícil acreditar nas pessoas, principalmente na escola, pois alguns professores sempre querem estar certos, e aí fica difícil. Mas quando a escola viabiliza alternativas, ajuda bastante.” (Thayane Costa Silva, 12, delegada da EMEF Carlos de Andrade Rizzini)*

Passadas as assembleias, o Orçamento Participativo Criança prosseguiu nas escolas, promovendo o protagonismo infanto-juvenil, trabalhando pedagogicamente com os Grupos Faíscas, com o objetivo de buscar soluções para os diversos pontos levantados

na Leitura do Mundo e nas assembléias. Incentivou as crianças a verificar o que era possível fazer, a perceber o que dependia da articulação das crianças, incluindo o Grupo Motor (professores, gestores, direção, pais etc.), os educadores do Instituto Paulo Freire (IPF), a equipe da escola e da coordenadoria da educação.

Começaram a surgir propostas simples, mas com valor simbólico fundamental para o protagonismo das crianças e da própria escola, como, por exemplo, uma discussão em torno de uma demanda significativa na rede: que as escolas fossem mais bonitas. Discutindo com as crianças, pudemos compreender que a beleza estava associada à limpeza da escola. Problematizando com eles esta questão, questionamos sobre de quem era a responsabilidade pela sujeira da escola. Várias foram as repostas: da faxineira, que era incompetente, da direção, por não cobrar ou contratar pessoas eficientes; dos alunos, que jogam coisas por todos os lados, de todos, porque ninguém tomava providências. Aprofundou-se a discussão e buscaram-se ações de intervenção. Chegou-se à conclusão que cada um poderia fazer sua parte para garantir a limpeza da escola. Propuseram ações a serem desenvolvidas coletivamente: criar espaços para tomada de consciência sobre o descuido com a escola e a necessidade de melhorá-la e para a proposição de como todos poderiam e deveriam se envolver. Surgiu a proposta de uma campanha de preservação que foi cuidadosamente planejada no seu passo a passo, incluindo palestras e trabalhos artísticos com a conscientização através símbolos e objetos coloridos.

Outras propostas foram surgindo nesse cenário de discussão e problematização do cotidiano vivido:

- Alunos de 7ª e 8ª séries formaram grupos para ajudar, no intervalo, a cuidar da segurança dos alunos menores (evitar quedas, brincadeiras perigosas).
- Uma professora do Grupo Motor montou um coral com as crianças que foram pré-delegadas, com a música “Direitos e Deveres das Crianças” de Toquinho; apresen-

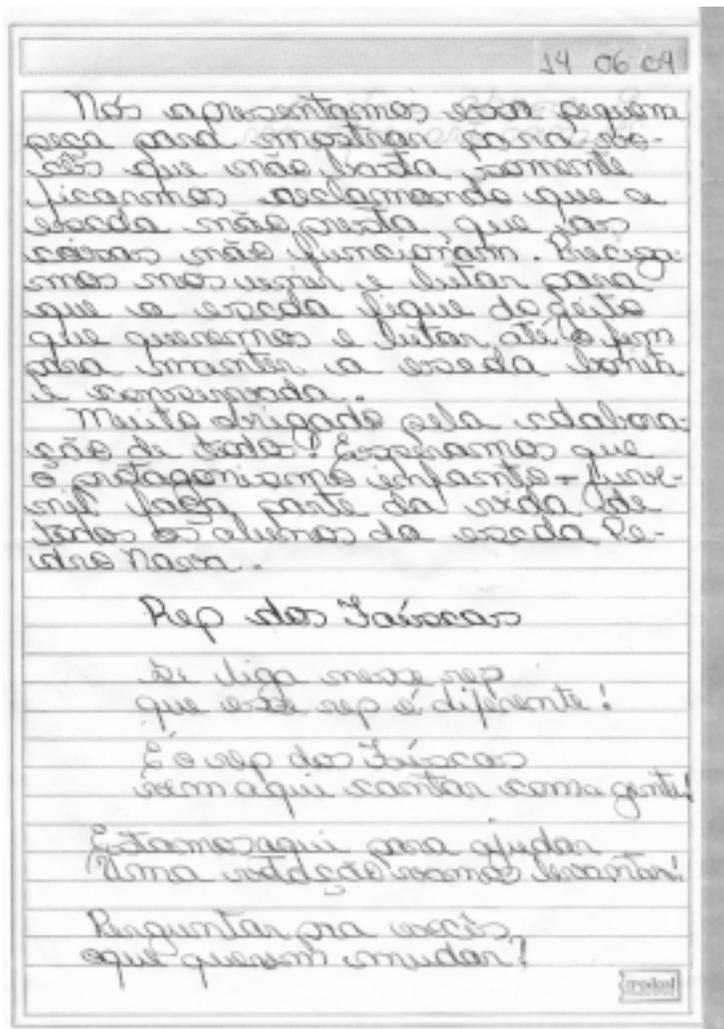
tando, inclusive, na Mostra “Lições do OP-Criança” e no Faíscola (Fala Escola — primeiro processo de devolutivas do OP-Criança).

- Coordenadores Pedagógicos, participantes do Grupo Motor buscaram espaço para a realização de projetos extraclasse, visando ao protagonismo no dia-a-dia da escola e revelando-se mais atenciosos e amorosos com os alunos, posicionando-se contrariamente às práticas autoritárias da direção.
- Elaboração de um hino e rap do Orçamento Participativo Criança por parte de uma professora do Grupo Motor, juntamente com os alunos da UE.
- Articulação dos diversos projetos da escola: sapateado, teatro, grêmio, oficinas de poesias.
- Iniciativa dos alunos para ter acesso aos materiais pedagógicos da escola e desenvolver ações na comunidade.
- Apoio das Coordenadorias de Educação e da Coordenação Pedagógica das UEs ao projeto e ao trabalho do educador do IPF.
- Encontro do Grêmio com os Faíscas. Iniciativa dos Faíscas para realizar o Fala Escola, arrecadando alimentos para doação.
- Iniciativa da direção de assistir assembleia em uma outra escola para entender melhor o processo do Orçamento Participativo Criança para aplicar em sua unidade.
- Grupo de discussão semanal criado por alunos.
- Projeto de formação política para crianças.
- Chapas de grêmio formado por integrantes do Grupo Faísca.
- Iniciativa de montagem de um projeto para revitalização da horta da escola.
- Os alunos montaram uma peça de teatro sozinhos.

- Um aluno de 5ª série teve a iniciativa de montar um grêmio.
- Faíscas realizando reuniões independentemente da presença da estagiária.
- Reativação de espaços do Educom (educomunicação) que estavam com pouca ou nenhuma atividade.
- Integração dos projetos da Secretaria da Educação (Projeto Vida).
- Elaboração de “Festival do Minuto” por Grupo Faísca, com filmes de temas variados.

Em consequência do pontos apresentados acima, tivemos dentro das Unidades Educacionais os seguintes aprendizados:

- Crianças e adolescentes **desestabilizaram certezas** relacionadas à inferioridade dessa faixa etária perante o adulto, à incapacidade da criança na gestão escolar, à crença na incapacidade da criança para propor e agir em prol da escola e da comunidade.
- Crianças e adolescentes contribuíram para mostrar o **olhar da criança sobre a educação e a cidade**, evidenciando não só seus pontos de vista, mas ações concretas que podem ser realizadas.
- Crianças e adolescentes conquistaram confiança no seu poder e na sua capacidade de exercer autoria no brincar, cuidar, estar atento ao social.
- Processo de conscientização, como, por exemplo, alunos de uma escola que entenderam sobre a necessidade de que, para manter determinados direitos, como portas no banheiro e papel higiênico em ordem, era necessário que mudassem suas atitudes.
- O OP-Criança **despertou o sonho e a busca da autonomia** em muitas crianças, como o desejo da criação



## RAP DOS FAÍSCAS

Se liga nesse RAP / Que esse RAP é diferente! / É o RAP dos  
faíscas / Vem aqui cantar com a gente. / Estamos aqui para  
ajudar / Uma votação vamos levantar! / Perguntar pra vocês /  
O que querem mudar?

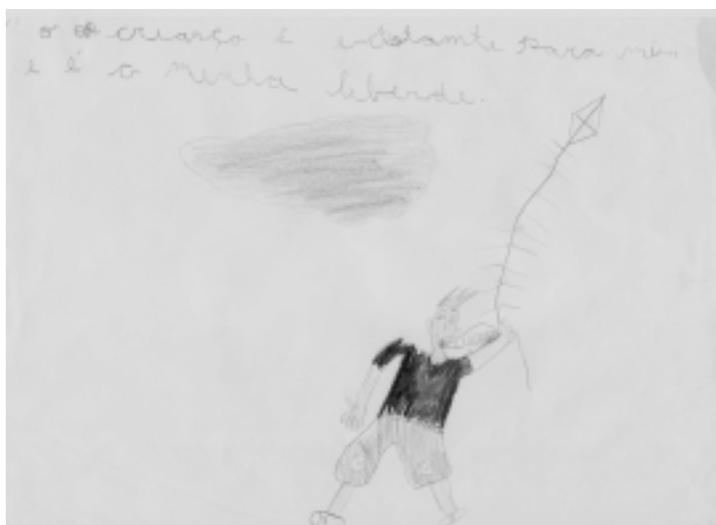
de grêmios e a maior participação nos Conselhos de Escola para discutir a gestão da escola na perspectiva das crianças.

- A identificação de inúmeros líderes democráticos pelas escolas da rede, que estavam silenciados pelas práticas autoritárias no interior da escola. Com a visibilidade desses líderes, aos poucos, outros foram se constituindo entre as crianças, mostrando-lhes que o coletivo é capaz de evidenciar mudanças.
- Participação do Grêmio e do Educom nas reuniões com os Faíscas e nas reuniões de Conselhos de Escola.
- A articulação de projetos que incentivam o protagonismo como, por exemplo, o Educom de algumas escolas, realizaram um jornal/mural sobre o Orçamento Participativo Criança.
- Escolas realizando peças de teatro sobre o ECA (projeto da Coordenadoria de Educação do Itaim Paulista) e escolas realizando projetos de reciclagem de lixo junto aos Faíscas (projeto da Coordenadoria de Educação da Lapa).

O Orçamento Participativo Criança traduz a frase de Eduardo Galeano (2002), que afirma que *“a utopia, mesmo quando parece afastar-se, tem como função nos obrigar a caminhar para alcançá-la”*. As ações das crianças fortalecem nossas utopias. O cansaço, o desânimo, a descrença vão enfraquecendo. Ficamos energizados. A fala das crianças, a vontade de experimentar, a abertura ao novo, a disposição para fazer algo são alimento imprescindível aos desnutridos de esperança. O OP-Criança nos convence de que os adultos precisam ser menos arrogantes e aprender mais com essa faixa etária. O OP-Criança é um convite permanente de reencontro com a simplicidade, com o sonho, com a possibilidade. Ver a vida sob o olhar da criança é dar-se o direito de atualizar a esperança.

## Capítulo IV

### PRINCIPAIS RESULTADOS DO OP-CRIANÇA



"O OP Criança é importante para mim e é a minha liberdade."

Entre março e julho de 2004, o Orçamento Participativo Criança contou com a dedicação de muitas pessoas: a equipe de SME responsável pelo OP-Criança, as equipes das Coordenadorias de Educação, todos os educadores e educadoras das unidades educacionais, os 70 educadores do Instituto Paulo Freire para a

formação dos Grupos Faíscas, mais os educadores do IPF que acompanharam especificamente as assembleias, os coordenadores de pólo do IPF para formação do Grupo Motor, além da equipe da Coordenadoria do Orçamento Participativo e mais 100 estagiários vinculados ao OP que também acompanharam a realização das assembleias e contribuíram com a sistematização dos dados.

Nesse período, os Grupos Faíscas “faíscaram” para a sua escola as idéias do OP-Criança, levantaram as propostas que seriam votadas nas assembleias e ainda foram protagonistas na organização do processo de votação. OP-Criança contou também com a dedicação de professores, de diretores, de coordenadores, de inspetores, de merendeiras, de porteiros, do pessoal de apoio de cada escola, de representantes da comunidade, dos delegados do OP, enfim, de todos os segmentos da comunidade.

A parceria com as Coordenadorias de Educação também foi fundamental para a realização desse projeto, auxiliando as escolas durante as assembleias, mediando as relações entre educadores, direção e educandos, mediando os contatos entre as instituições parceiras do projeto.

Os primeiros resultados do Orçamento Participativo Criança são fruto de um trabalho que se aprimorou no cotidiano, que se adequou à realidade das crianças e das localidades e por isso não se fez com um roteiro fechado e acrítico, mas se refez e se atualizou a partir das necessidades que cada comunidade e cada escola apresentaram.

Por isso, seus dados quantitativos não devem ser analisados isoladamente; há todo um contexto em cada região que precisa ser considerado. Ao olharmos o número de participantes nas assembleias, o número de Faíscas, as propostas e sua relação com as regiões de onde surgiram, podemos inferir uma série de avaliações importantes. Se, por exemplo, observarmos o *Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo* (2002) e relacionarmos mais detidamente como as propostas das crianças, vamos perceber como muitas delas se encaixam nos perfis de exclusão e inclusão que o mapa aponta.

## Dados quantitativos do Orçamento Participativo Criança

**Número de Unidades Educacionais com Ensino Fundamental:** 477 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), mais as 6 Escolas Municipais de Educação Especial (EMEEs)

**Número de Coordenadorias de Educação:** 31 coordenadorias

**Número de Educadores do IPF:** ao todo, o IPF, para viabilizar a assessoria pedagógica ao projeto de SME do OP-Criança, disponibilizou 98 educadores:

- 2 responsáveis pela coordenação geral do projeto
- 4 assessores da coordenação
- 10 coordenadores de pólo (responsáveis pela formação do Grupo Motor e pelo acompanhamento do trabalho pedagógico dos educadores do IPF — estagiários — junto aos Grupos Faíscas)
- 70 Educadores (estagiários) do IPF responsáveis pela formação e acompanhamento dos Grupos Faíscas
- 12 Educadores do IPF responsáveis pelo acompanhamento das Assembléias
- Além desses, o projeto contou ainda com uma equipe de pesquisadores e com a equipe de avaliação externa.

Além disso, o projeto contou também com uma equipe da Secretaria da Educação, em torno de 10 pessoas (em alguns momentos esse número se ampliou para poder garantir representantes da SME em todas as assembléias das escolas na cidade) e a equipe da Coordenadoria do Orçamento Participativo de São Paulo (coordenação do projeto, mais 100 estagiários para acompanhar as assembléias nas escolas e sistematizar os dados resultantes das assembléias). Ao todo, o projeto contou com o envolvimento direto de umas 250 pessoas.

**Número de horas de formação:**

Participação Formativa Grupo Motor: 70 horas por turma, assim distribuídas:

32 horas — 08 encontros de participação formativa, de 04 horas cada um

21 horas — 07 encontros de práticas orientadas, de 03 horas cada um

09 horas — local de livre escolha — atividade de organização

08 horas — Mostra Regional dos Registros de Memória — “Lições do OPC”

Foram oferecidas 2.600 vagas para o curso de formação participativa: 65 turmas divididas em 5 pólos, sendo 13 turmas em cada pólo. Cada turma recebeu 70 horas de formação x 65 turmas = 4.550 horas de formação.

**Participação formativa para as crianças dos Grupos Faíscas:** foram garantidos encontros semanais de formação e acompanhamento de março a novembro — 4 horas por semana, por escola, totalizando, em média, 144 horas de formação e acompanhamento por escola, em 477 Unidades Educacionais = 68.688 horas de formação

**Número de Faíscas:** foram constituídos grupos de 20 Faíscas por escola x 477 = 9.540 vagas para Faíscas

Os resultados das assembleias de todas as escolas foram sistematizados e as propostas foram agregadas por região e, em seguida, em nível da cidade, permitindo aos envolvidos entender o que as crianças e adolescentes definiram como prioridade para a educação e para a cidade. As prioridades da educação foram encaminhadas para a Secretaria do município, para que avaliassem sua viabilidade. Como o Orçamento Participativo da cidade de São Paulo não trabalha com orçamento pré-definido, não foram separados recursos exclusivos para o atendimento das propostas das crianças. Assim como ocorre no OP, as propostas das crianças seriam objeto de negociação posterior para que fossem viabilizadas.

“Nas escolas em que há boa vontade, em que há um canal de diálogo, as sugestões podem ser incluídas no próprio orçamento da instituição. Foi criado um espaço de reivindicação que não havia antes e, com ele, os diretores passam a conhecer as principais demandas dos alunos”, explica Ricardo Serra. Já as sugestões para a cidade serão encaminhadas diretamente para o OP da cidade que, através do Conselho do Orçamento Participativo (CONOP), vai negociar o atendimento das demandas (Extraído da agência Carta Maior: <http://agenciartamaior.uol.com.br>).



### Resultados Gerais

Total de assembléias realizadas: 448

Total de participantes nas assembléias gerais: 153.168 (Foram considerados apenas os participantes das assembléias gerais, ou seja, as outras modalidades — Por classe, por ano/ciclo, por ciclo — não foram consideradas para o registro oficial)

Total de delegados(as) eleitos: 1.818

Total de propostas para o OP Cidade: 4.527

Total de propostas para a Educação: 3.685

31 Plenárias Regionais de delegados(as) (No âmbito das Coordenadorias de Educação) — 62 conselheiros e seus respectivos suplentes eleitos nas Plenárias Regionais

1 Plenária da cidade, que contou com a participação dos 62 conselheiros, que elegeram os dois conselheiros e seus respectivos suplentes com assento no Conselho do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo.

#### **Prioridades para a Educação e número de votos totalizados**

Reforma e cobertura da quadra: 34.204 votos

Implantação de atividades culturais e esportivas: 15.301 votos

Reforma da escola: 9.851 votos

Construção de piscina: 7.679 votos

Instalação de armários para alunos: 7.594 votos

#### **Prioridades para o Orçamento Participativo da Cidade e número de votos totalizados**

Construção de áreas de lazer: 18.406 votos

Ampliação do serviço de segurança urbana: 16.355 votos

Programas de geração de emprego e renda: 7.282 votos

Construção de clube da cidade: 4.974 votos

Ampliação da pavimentação: 4.750 votos

### **A seguir, apresentamos os resultados do OP-Criança nas EMEEs**

Agregação das Propostas das EMEEs por ordem de prioridades

PROPOSTAS PARA A CIDADE — Resultado da Agregação de Propostas por Assunto

**1º) Acessibilidade a serviços:** 54,8% dos votos válidos —  
Principais reivindicações apresentadas:

Serviços de interpretação em postos de saúde e outros espaços públicos.
Oferecer curso de língua de sinais para médicos.
Que os policiais saibam língua de sinais para conversar com calma com surdos.
Programa de colocação e recolocação no mercado de trabalho.
Teatro (local e aulas) para surdos.
Colocar em toda programação de TV intérpretes de Libras ou legendas.
Oferecer passe gratuito para surdos se sentarem onde quiserem.
Menos burocracia na troca das carteirinhas da SP-Trans e EMTU.
Implantar passe magnético gratuito para surdos.
Oferecer curso de Libras como disciplina em faculdade de Pedagogia.
Divulgar a Libras em locais diversos, através de oferecimento de curso.
Estabelecer faculdades em Libras.
Oferecer táxi com meia passagem.

**2º) Difusão da Libras:** 32,3% dos votos válidos — Princi-  
pais reivindicações:

Descrição
Oferecer curso de língua de sinais para médicos.
Que os policiais saibam língua de sinais para conversar com calma com surdos.
Associar Libras/intérpretes ao trabalho da polícia.
Necessidade de intérprete em locais públicos e empresas privadas.
Teatro (local e aulas) para surdos.
Colocar em toda programação de TV intérpretes de Libras ou legendas.
Divulgar a Libras em locais diversos, através de oferecimento de curso.
Estabelecer faculdades em Libras.

3º) **Trabalho:** 30,4% dos votos válidos — Principais reivindicações:

Descrição
Necessidade de intérprete em locais públicos e empresas privadas.
Oferecer programas de colocação de surdos no mercado de trabalho.
Programa de colocação e recolocação no mercado de trabalho.
Oferecer curso de língua de sinais em locais de trabalho.
Estabelecer faculdades em Libras.

4º) **Surdez X segurança:** 24% dos votos válidos — Principais reivindicações:

Descrição
Que os policiais saibam língua de sinais para conversar com calma com surdos.
Associar Libras/intérpretes ao trabalho da polícia.
Deve haver identificação oficial para surdos.
Disponibilizar serviço de interpretação em repartições públicas.
Fornecer serviços de interpretação em locais públicos e na TV.
Divulgar a Libras em locais diversos, através de oferecimento de curso.

5º) **Surdez X saúde:** 21,6% dos votos válidos — Principais reivindicações:

Descrição
Serviços de interpretação em postos de saúde e outros espaços públicos.
Oferecer curso de língua de sinais para médicos.
Oferecer implante coclear gratuito.

**6º) Transportes: 12,1% — Principais reivindicações:**

Descrição
Identificar o nome do usuário e meio de contato nas carteirinhas EMTU.
Oferecer passe gratuito para surdos se sentarem onde quiserem.
Menos burocracia na troca das carteirinhas da SP-Trans e EMTU.
Implantar passe magnético gratuito para surdos.
Oferecer táxi com meia passagem.

**PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO – Agregação das Propostas das EMEEs por ordem de prioridade**

Tipo: **Reforma** — Subtipo: Quadra: 11,1% dos votos válidos —  
Principais reivindicações:

Descrição
Cobrir a quadra e colocar arquibancada.
Conserto das traves e garrafão da quadra.
Cobrir a quadra da escola.

Tipo: **Instalação** — Subtipo: Armários: 10,6% dos votos válidos

Descrição
Instalar armários.
Cada aluno deve ter seu armário para não carregar material em excesso.

Tipo: **Construção** — Subtipo: Piscina: 8,7% dos votos válidos

Descrição
Construir quadras e piscinas, meios para práticas esportivas.

Tipo: **Implantação** — Subtipo: Material Escolar: 7,9% dos votos válidos

Descrição
Identificar a escola no uniforme dos alunos.
Oferecer material didático (por exemplo, videoteca) em Libras.
Fornecer pilhas (gratuitas) para aparelhos auditivos.
Aparelhos para exercícios físicos.
Aquisição de equipamentos e uniformes para campeonatos de futebol.
Confeccionar e distribuir gratuitamente material escolar.

Tipo: **Serviços** — Subtipo: Atendimento: 7,9% dos votos válidos

Descrição
Construir ou adaptar sala para fonoaudióloga na escola.
Estabelecer contato entre crianças surdas e adultos surdos ainda na primeira infância para que as crianças surdas aprendam a língua de sinais o quanto antes.
Tornar a escola um espaço social e “caseiro”.
Contratar funcionário na cozinha para melhora no cardápio.
Ter alunos educados.
Estender PROERD às escolas municipais.
Oferecer serviço de fonoaudiólogo na EMEE.
Melhorar a qualidade da Libras praticada pelos professores.

Tipo: **Implantação** — Subtipo: Atividades Culturais e Esportivas: 6,7% dos votos válidos

Descrição
Oferecer cursos variados: capoeira, dança, inglês etc.
Aconselhar sobre violência e sexo, especialmente sobre gravidez na adolescência.
Lecionar capoeira na escola.
Oferecer aulas de dança.
Organizar excursão para o Play Center.
Palestras e cartazes sobre sexo e drogas.

Tipo: **Reforma** — Subtipo: Escola: 6,7% dos votos válidos

Descrição
Ampliar o refeitório.
Construir sala para professores.
Ampliar todas as instalações da escola.
Ampliar a escola para comportar Ensino Médio para surdos.
Pintar a fachada da escola.

Tipo: **Serviços** — Subtipo: Segurança: 5,1% dos votos válidos

Descrição
Instalar câmera de segurança na escola.
Mais segurança.
Falta policiamento próximo à escola.

### Resultado de Agregação de Propostas por ASSUNTO:

1º) **Acessibilidade à escola:** 17,3% dos votos válidos

Descrição
Fundar escolas para surdos próximas às residências.
Mais alunos nas salas de aula e construção de mais escolas.
Ampliar o refeitório.
Construir sala para professores.
Ampliar todas as instalações da escola.
Mudar de endereço em 2005.
Consertar o elevador.

**2º) Preparação para o trabalho:** 11,8% dos votos válidos

Descrição
Oferecer cursos variados: capoeira, dança, inglês etc.
Oferecer mais cursos de preparação para o trabalho (como informática).
Construir ou adaptar sala para fonoaudióloga na escola.
Estabelecer contato precoce entre crianças e surdos adultos para aprender língua adulta.
Oferecer serviço de fonoaudiólogo na EMEE.

**3º) Fonoaudiólogo:** 6,3% dos votos válidos

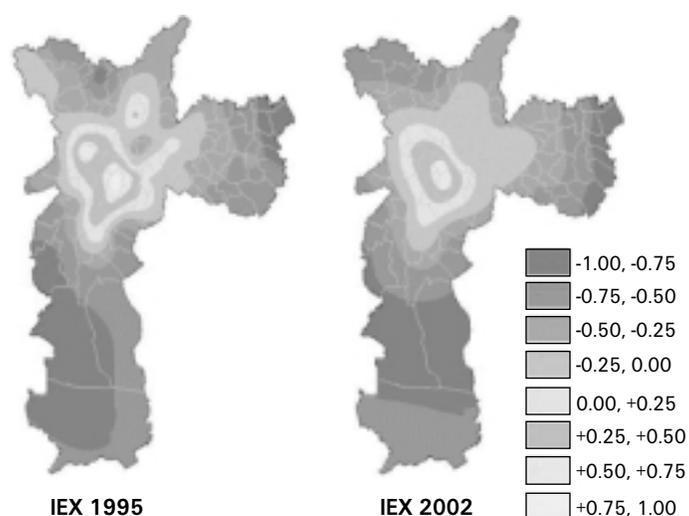
Descrição
Construir ou adaptar sala para fonoaudióloga na escola.
Estabelecer contato precoce entre crianças e surdos adultos para aprender língua adulta.
Oferecer serviço de fonoaudiólogo na EMEE.

**4º) Ensino Médio:** 5,5% dos votos válidos

Descrição
Implementar escola especial de Ensino Médio para surdos.

Observando o *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*, que revela os espaços de exclusão em nossa cidade, verificamos que a discussão das crianças tanto na escola como nas plenárias regionais mostra um olhar não individualista e restrito, elas conseguem perceber os problemas de seu bairro e da região. Elas conseguem observar o entorno. Muito do que elas apontaram com problema está no mapa. Elas não fizeram suas análises com base no mapa, mas têm consciência destes problemas e, melhor, indicam e propõem alternativas para que haja equidade social na Cidade de São Paulo.

A seguir, destacamos dados sobre o Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo que nos auxiliaram no debate sobre o OP-Criança no que diz respeito às demandas da cidade.



**Fonte:** *Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo*, 2004. <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp11.htm> em 05/09/2004 — OBS: IEX (Índice de Exclusão/Inclusão Social)

Para entender melhor o Mapa da Exclusão/Inclusão Social em São Paulo, destacamos abaixo a metodologia e os conceitos centrais utilizados para construí-lo:

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social é uma metodologia que usando de linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento produz dois índices territoriais que hierarquizam regiões de uma cidade quanto ao grau de exclusão/inclusão social. Tratam-se do **IEX (Índice de Exclusão/Inclusão Social)** e do **IDI (Índice de Discrepância)**. Estes índices expressam o grau de exclusão e inclusão das condições de vida

das pessoas ao território onde vivem. De certo modo produz uma medida de vizinhança, pois associa dados individuais ao convívio em um mesmo território.

O primeiro produto foi lançado em 1995, tendo como base os dados do Censo de 1991 desagregados pelos 96 distritos da cidade de São Paulo. O segundo produto consistiu na análise da dinâmica social da década de 1990, referenciado nos dados do Censo 1991 e da Contagem Populacional de 1996. O terceiro produto recentemente lançado examina o comportamento da exclusão/inclusão social nos 96 distritos da cidade, utilizando os mesmos padrões de 1991 para construção dos índices relativos ao ano de 2000. Os mapas demonstram como o perverso modelo excludente prevaleceu na cidade durante esses nove anos.

Para isso alguns conceitos são centrais na análise de como se dá a Inclusão/Exclusão:

**autonomia:** o conceito de autonomia é compreendido, no âmbito do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão se auto-suprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É esse o campo dos direitos humanos fundamentais.

**qualidade de vida:** a noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entendeu-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição — e usufruto — da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

**desenvolvimento humano:** o estudo do desenvolvimento humano tem sido realizado pela ONU/PNUD, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com base em suas reflexões, entende-se que o desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana.

**equidade:** o conceito de equidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc.

**cidadania:** é aqui considerada como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade e não só pela propriedade. Esta dignidade supõe não só o usufruto de um padrão básico de vida como a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva.

**democracia:** a possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local na medida em que esta supõe cidadania e não acesso à renda e serviços, o que coloca as pessoas no patamar da sobrevivência sem alcançar a condição de sujeitos cidadãos.

**felicidade:** seguramente, o caminho maior da inclusão é a felicidade. Atingi-la supõe muito mais do que a posse, o acesso a condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria, entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana. Vale dizer, uma situação que permita que o potencial das capacidades humanas sem restrições a povos ou pessoas possa se expandir. De cada um conforme a sua capacidade, e a cada um conforme sua necessidade!

Fonte: Sposati, Aldaíza. *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo* (2004).

Os dados do OP-Criança, as demandas apresentadas, demonstraram a necessidade de se olhar a periferia como parte da cidade e não como um anexo. A cidade precisa ser democratizada. Acolher seus cidadãos e cidadãs de maneira digna em todas as regiões. Criar oportunidades para todos. Qualificar a cidadania e construir a autonomia desde a infância, respeitando os direitos de todos.<sup>1</sup>

### **Orçamento Participativo Criança**

(Música e letra: Paulo Roberto Padilha)

O Orçamento Participativo Criança  
É o nosso jeito diferente  
De mostrar  
Que a criança sabe o que quer  
Que o jovem quer decidir  
Que a gente sabe investir  
E como gastar

*“Eu gostei porque nós  
podemos dar nossa opinião  
em tudo o que temos direito, e  
lutar pela nossa escola” (fala  
de um Faísca ao ser  
perguntado sobre o que  
gostou no OP-Criança)*

Os recursos públicos  
O dinheiro de todos nós  
Vamos juntos aprender a realizar

Na nossa escola... O “OP-Criança”  
Na comunidade... O “OP-Criança”  
Na nossa cidade... O “OP-Criança”  
Com muita alegria... O “OP-Criança”

1. Apesar de a cidade não dar respostas urgentes e necessárias às crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de exclusão, elas, ainda assim, diante das adversidades da vida, reagem de maneira bem melhor do que a mídia normalmente nos faz crer. Estatística inédita revela que é pequena a participação de menores de 18 anos na autoria de crimes graves em São Paulo. Eles são responsáveis por cerca de 1% dos homicídios dolosos (com intenção) em todo o Estado. Os dados, calculados com base em ocorrências em que foi possível identificar se o criminoso era menor ou não, surpreenderam tanto defensores como contrários à redução da maioridade penal. (Menor participa de 1% dos homicídios em SP — Levantamento da Secretaria da Segurança surpreende tanto defensores como contrários à redução da maioridade penal. Gilmar Pentead, *Folha de S. Paulo*, 1º de janeiro, 2003)

Lá, lá, lá ... lá, lá, lá...

O Orçamento Participativo Criança  
É o nosso jeito diferente  
De mostrar  
Que a criança sabe o que quer  
Que o jovem quer decidir  
Que a gente quer construir  
E priorizar  
A cidadania  
Os direitos de todos nós  
Vamos juntos aprender a realizar

Na nossa escola... O “OP-Criança”  
Na comunidade... O “OP-Criança”  
Na nossa cidade... O “OP-Criança”  
Com muita alegria... O “OP-Criança”

Lá, lá, lá ... lá, lá, lá...

Com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, as crianças e os adolescentes brasileiros conquistaram, pelo menos legalmente, visibilidade social. Convergin-do com os direitos instituídos pelo ECA, o Orçamento Participati-vo Criança deu um grande passo nessa estrada que conduz crian-ças e adolescentes ao caminho da participação e atuação nos espa-ços públicos democráticos. O OP-Criança ampliou a ação das crian-ças para além da questão legal ou da discussão do orçamento, fun-damentando-se no protagonismo traduzido, por exemplo, nas ações que os Grupos Faíscas, delegados e conselheiros desenvolveram partindo da sua localidade e ampliando-se nas suas regiões e con-seqüentemente na cidade de São Paulo como um todo.

O Orçamento Participativo Criança, ao ter oportunizado e reiterado nas escolas da Rede Municipal de Ensino a idéia de ges-tão democrática defendida pela Prefeitura de São Paulo, através

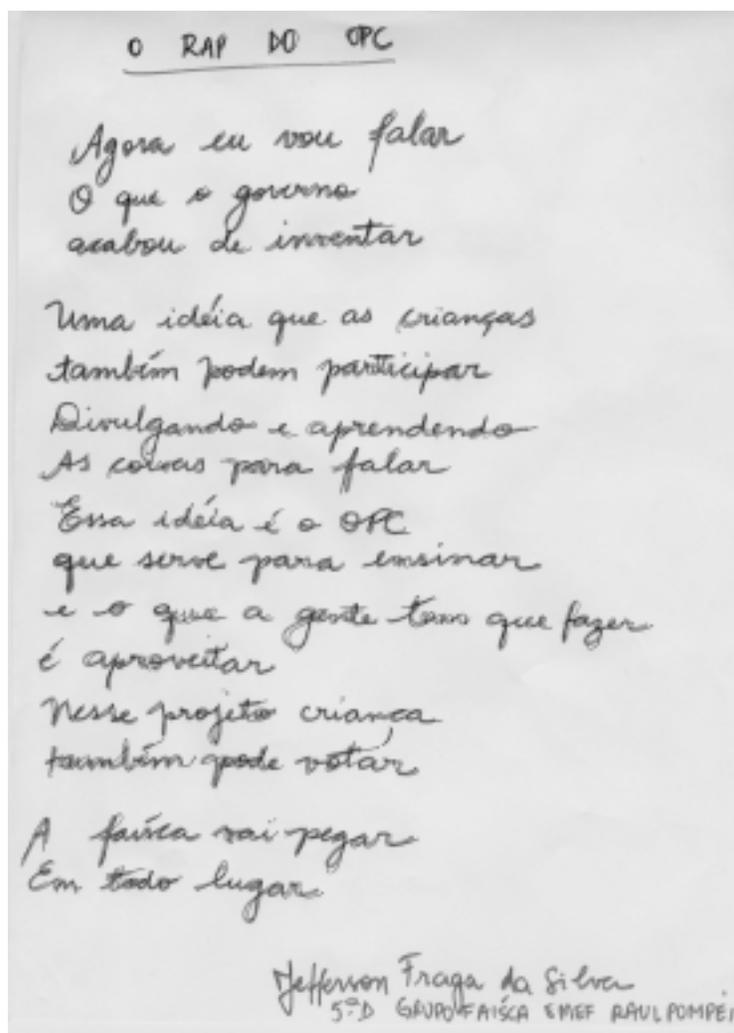
da Secretaria Municipal de Educação, reafirmou que as crianças e os adolescentes, quando são chamados a participar das decisões das políticas públicas, entusiasmam-se com a participação e demonstram sua visão crítica e coerente.

A letra da música do professor Paulo Roberto Padilha “O Orçamento Participativo Criança / É o nosso jeito diferente / De mostrar / Que a criança sabe o que quer / Que o jovem quer decidir / Que a gente sabe investir / E como gastar”, traduz esse primeiro movimento de conquista, em que a criança se insere na dinâmica da Cidade Educadora e participa efetivamente do Orçamento da cidade opinando sobre duas prioridades: uma para a Educação e outra para a cidade de São Paulo. Esse fato inédito no nosso município denota que a construção de um processo democrático se faz na participação coletiva e intergeracional, respeitando a criança como partícipe na discussão e implantação de políticas públicas que interferem não só diretamente nas suas escolas e comunidades, mas na dinâmica de toda a cidade.

### **Saberes construídos com o Orçamento Participativo Criança**

Os educandos (Faíscas) ao divulgarem para a escola as idéias do Orçamento Participativo Criança, ao levantarem as propostas, consultando todos os alunos da UE a respeito das mudanças que esses gostariam de ter na educação e na cidade, aprenderam a importância de ouvir o outro, de refletir criticamente sobre o que diziam, de olhar seu bairro como pertencente à cidade de São Paulo.

Crianças inicialmente tinham uma fala tímida ao se apresentarem como candidatos a delegados no processo de assembléia. Passando de classe em classe, sendo questionados pelos colegas, pelos próprios professores, eles iam, aos poucos, ganhando confiança e, no final, já se sentiam seguros o bastante para recitar um poema ou um rap, produzir uma peça de teatro, reagir de maneira



positiva às atitudes dos colegas que tentavam desqualificar a atuação deles.

Dezenas de paródias foram criadas abordando temas como cidadania, democracia e participação. Diversos foram os exemplos de protagonismo infanto-juvenil: educandos que mobiliza-

ram a formação de novos grêmios e a reativação de outros, grupos de discussão semanal criados por alunos, realização de peças de teatro, projetos de reciclagem de lixo com parcerias com ONGs, reorganização das dinâmicas internas de funcionamento de algumas UEs, parcerias entre o corpo discente e docente, participação dos Faíscas em discussões dos Conselhos de Escola, projetos para revitalização da horta da escola, participação dos Faíscas em encontros regionais e Fóruns como expositores da experiência do OP-Criança (Fórum Mundial de Educação de São Paulo, em abril de 2004, Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre, em julho de 2004) etc.



As crianças do OP-Criança participaram ativamente do Fórum Mundial de Educação-Criança, por meio de debates, de oficinas de Leitura do Mundo, de assembléias com as crianças que visitavam a “Tenda Criança” do FME-Criança.

As iniciativas das crianças passaram a ganhar vida nas escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação, tendo como elemento central o protagonismo infanto-juvenil, os princípios da participação democrática, de uma política descentralizada a fim de garantir a formação e a vivência da cidadania ativa.

Como já afirmamos anteriormente, o processo do Orçamento Participativo Criança ocorreu em quatro importantes momentos: reuniões de formação dos Grupos Faíscas, realização das assembléias, encontros e Plenárias Regionais e a Plenária da Cidade.

As reuniões dos Grupos Faíscas com os educadores do Instituto Paulo Freire e em alguns momentos com os educadores do Grupo Motor proporcionaram às crianças e adolescentes conceituarem o que é o protagonismo infanto-juvenil, como e onde exercê-lo. Além de unificarmos, por meio do OP-Criança, as ações do Projeto Vida da Secretaria da Educação, como Educom.Rádio, Escola Aberta, Vamos Combinar, Ponto de Encontro, Observatório Escolar em Segurança Urbana, valorizando todas as iniciativas de promoção do protagonismo, integrando as crianças e profissionais que trabalhavam com esses projetos, de forma a interferir no currículo, na gestão escolar e no Projeto Político-Pedagógico das escolas e não os tratando de forma isolada ou mesmo concorrentes. Buscamos a integração dos projetos, fortalecendo esses espaços de discussão do protagonismo, aproximando professores e alunos dessa discussão e criando espaços que possibilitam a construção de uma nova escola, de uma educação com qualidade social.

Nas assembléias, os educandos/Faíscas puderam compartilhar com a escola o valioso momento democrático de ouvir, de falar, de votar e de decidir sobre o que é mais importante para a escola e para a comunidade, numa perspectiva coletiva e jovem. *“Não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos de-*

*mais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que em certas condições precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele”. (FREIRE, 1997: 127-128)*

As crianças, ao terem a oportunidade de conhecer as experiências do OP-Criança das outras escolas de sua região, a partir das **Plenárias Regionais**, saíram mais fortalecidas e provocadas, no sentido de promover e acreditar ainda mais na autonomia estudantil. Encontros regionais como o promovido pela Coordenadoria Jaçanã/Tremembé, em que as crianças e adolescentes tiveram a felicidade de assistir a uma peça de teatro elaborada pelos alunos da EMEF Hipólito José da Costa, discutindo temas necessários como drogas na juventude e a exclusão social, baseando-se em autores clássicos como Machado de Assis e músicas atuais, que tocam os educandos, como *Minha Alma*,<sup>2</sup> do Rappa, demonstraram a autonomia e envolvimento dos alunos, em conteúdos que são verdadeiras aulas de História, de Português, de Artes. Apresentaram a peça de teatro, cantaram, dançaram, expuseram idéias sobre sua forma de ver a educação, a escola, a cidade. Os delegados eleitos tiveram a oportunidade de expor suas críticas e apresentar sugestões ao projeto da escola. Debateram, concordaram e

---

2. (Refrão 2x) A minha alma está armada/e apontada para a cara/do sossego (cego)/pois paz sem voz/não é paz é medo (medo)/às vezes eu falo com a vida/às vezes é ela quem diz/qual a paz que eu não quero/conservar/para tentar ser feliz/as grades do condomínio/são para trazer proteção/mas também trazem a dúvida/se não é você que está nessa prisão/me abraçe e me dê um beijo/faça um filho comigo/mas não me deixe sentar/na poltrona no dia de domingo/procurando novas drogas/de aluguel nesse vídeo/coagido pela paz/que eu não quero/seguir admitindo “Minha Alma — O Rappa” (<http://orappa.minhaalma.letrasdemusicas.com.br>)

apreenderam muito. Testemunhamos o quanto os encontros regionais promovidos pelas 31 Coordenadorias de Educação foram valiosos ao garantir o direito de voz as crianças e adolescentes.

### A ELEIÇÃO

É chegada a hora  
Agora não adianta mais fugir  
Vou lutar por uma grande conquista  
E colocarei minha cara a tapa  
Poderei perder, mas mesmo assim

Sairei vitoriosa

Arrumação, agitação  
Entra urna, sai papel  
Coloca na ordem, ensaia como dizer

Eis que os eleitores entram  
A agitação e a adrenalina sobem  
Ainda mais na hora de falar  
Você vê todos olhando para ti  
Te avaliando, pensando na sua posição

E escolhendo... Às vezes com consciência  
Ou às vezes só para que aquilo acabe logo  
E mais excitante é quando organizamos  
Mostrando o porquê de estarmos ali

Mas no final tudo foi perfeito  
Só que o terror chega  
A contagem de votos  
A vontade de saber quem ganhou

Mas no fundo o medo da resposta  
E a alegria insegura  
De saber que ganhou  
Agora... Começa uma nova batalha...

(Faísca: Suzane Teixeira Silva Cravo —  
EMEF Amadeu Mendes — RAP da Eleição)

Mas não foram só as crianças que aprenderam, todos os segmentos tiveram essa oportunidade: professores e professoras, merendeiras, inspetores e inspetoras, diretores, coordenadores, os funcionários e funcionárias da secretaria da escola, os funcionários das Coordenadorias de Educação, as equipes do IPF, as pessoas ligadas à Secretaria Municipal de Educação, enfim, todos aqueles que, em algum momento, estiveram envolvidos com o projeto OP-Criança.

Trabalhar com a diversidade é uma tarefa difícil, principalmente numa perspectiva democrática, como a proposta pelo OP-Criança. Ensina-mos e apreendemos a prática da democracia: respeitar a opinião do outro, seus valores e sua visão de mundo, a compreender os nossos limites, a dialogar, a divergir, a enfrentar os conflitos. Hoje, em muitas escolas, as crianças e adolescentes conquistaram lugares para apresentar suas considerações e insatisfações. A sala da diretora não é mais o espaço de ouvir, mas é também o espaço de falar, de as crianças falarem, de pautarem seus problemas cotidianos, de avaliar o que a escola está fazendo.

“Legitimar a voz da criança e do adolescente instigou o pensar, o fazer pedagógico na escola, pôs o adulto em xeque. Eu acho isso muito legal, fez com que nós, enquanto adultos e educadores, repensássemos no nosso papel como cidadãos, porque nós fomos criados numa pseudodemocracia, o outro faz e a gente obedece (...). Acho que o mais legal de tudo isso é você defender uma idéia que não partiu de você.

Isso é difícil e é bonito, porque você tem que convencer o outro ou os outros de que aquela idéia tem que ser real. Esse é um exercício. Eu acho que essas crianças foram privilegiadas e se tornarão adultos mais conscientes por conta desse processo, mas tem o lado negativo que é você pensar toda essa conjuntura. A idéia é fantástica, eu queria que esse Orçamento Participativo Criança existisse há muitos anos atrás, mas eu fico feliz por isso ter acontecido agora e tem cara de governo, se é um governo de reconstrução, então a gente está de fato reconstruindo, não dá para negar, é um fato importante, as crianças não são as mesmas, (...) as coisas que você planeja nem sempre acontecem a contento, lidar com imprevisto fez com que a gente pensasse um pouquinho na nossa vida. Porque o que é previsto é fácil, estando ali, você resolve, o imprevisto fez com que pensasse um pouco sobre a questão do conflito, as frustrações, os anseios, aquilo que eu costumo dizer, nós rompemos e todo rompimento dói, mas é necessário”. (Anair A. Novais, Coordenadoria de Educação Itaim Paulista. Entrevista realizada no dia 12/07/2004 na SME)

Esses aprendizados proporcionaram, em muitas escolas, mudanças de comportamentos, democratização da utilização do espaço escolar, questionamento sobre as estruturas de poder, dos limites impostos aos alunos. Segundo o Professor Moacir Gadotti (2003): *“a educação é obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa modificá-lo. Por isso, a educação é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré-ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É por essa razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. Precisamos de certa incoerência para crescer. Educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano, em vista do mais humano para o homem”*. (GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*, 13ª ed., Cortez Editora, 2003: 89)



Tocar na gestão escolar é mexer com a ordem existente. É buscar a coerência entre nosso discurso e nossa prática. A escola não pode continuar proferindo nos objetivos gerais de seu projeto político-pedagógico que pretende formar cidadãos democráticos, autônomos, ativos... e, na prática, fazer uso do “cala boca, aqui quem manda sou eu”, manter-se indiferente à ausência de canais de comunicação no interior da escola, criar obstáculos para a organização dos diferentes segmentos da comunidade, oferecer uma educação vazia de sentido humano às crianças, adolescentes e jovens que a ela recorrem. As escolas que assim vêm procedendo foram desestabilizadas, foram questionadas na sua forma de agir. Novos princípios de convivência com educandos protagonistas exigiu o repensar de sua prática, um olhar mais atento aos anseios de seus jovens e crianças, o que não se faz sem ruptura, que muitas vezes é dura, mas necessária para o avanço da democracia. Sair do embate e abrir perspectivas para o debate. Como educadores, ao nos colocar dispostos para o debate, temos que descer do pedestal, dialogar com nosso interlocutor, com a criança. E não é porque é criança que isso tem que se dar de forma arrogante: nós, educadores, que temos respostas para tudo, que temos a experiência, a capacidade de análise,

abrimos uma concessão para ouvi-las, mas já sabemos, de antemão, o que é certo e o que é errado, o que é viável, o que não é. Paramos para ouvir, mas nossas opiniões já estão consolidadas, cristalizadas. Nesse sentido, não há escuta, não há diálogo. O OP-Criança exige um outro movimento: estar aberto a novos aprendizados, reconhecer as crianças como sujeito de direitos, como sujeitos do processo de aprendizagem, como educadores, que também nos ensinam algo.

“Nós tivemos que repensar os tempos e os espaços escolares. O Orçamento Participativo Criança possibilitou repensar o currículo, os tempos e espaços da escola. São outros tempos e outros espaços, não dá para continuarmos fazendo a leitura das escolas como a gente pensava ou como uma parcela da rede continua pensando. Outra questão que o Orçamento Participativo Criança traz na essência é a discussão da gestão na escola. O OP-Criança mexe com a questão da gestão, o que criou muitos problemas nas escolas, mas problemas saudáveis. Por quê? Porque gerou uma discussão interna dos procedimentos de gestão dentro da escola, e é óbvio que adultos que acreditaram durante muitas vezes que tinham a verdade, viram essa verdade sendo colocada em xeque. Que verdade é essa que não corresponde a mim criança, pra mim adolescente e não para você adulto? Eu acho que muitos adultos vão repensar a sua própria vida dentro da escola”. (Francisco Carlos Mathias, Coordenadoria de Educação Lapa, Entrevista realizada no dia 12/07/2004 na SME)

É dentro dessa proposta de democratização dos espaços escolares que a Secretaria Municipal de Educação considera “*retomar a construção crítica de uma cidadania cada vez mais participativa, com cidadãos comprometidos com suas comunidades, é ação que se deve fazer no chão da Unidade Educacional. Para tanto, necessitamos de diretores, coordenadores, vigias, agentes escolares, professores, auxiliares de desenvolvimento infantil e famílias, ou seja, educadores e educadoras, que se comprometam em construir permanentemente a participação crítica e ativa de todos os segmentos envolvidos com suas práticas educacionais*”. (Revista Educação 05. Gestão, Currículo e Diversidade, SME,

2004: 29). Refletir e rediscutir os espaços da escola como espaços coletivos de fato. Repensar práticas naturalizadas no currículo. Isso não se faz no imediatismo. Exige sistematização contínua sobre os fazeres dentro da escola, sobre a prática dos educadores e educação continuada para reorientar a prática.

Há espaços, físicos e institucionais, já existentes, infelizmente não aproveitados, que favorecem uma educação humanizadora. Temos os grêmios estudantis, os Conselhos de Escola, que contam com a participação das crianças, mas é preciso qualificar essa participação. Isso exige tempo. Investimento. É preciso formar para a cidadania, para a participação. Há espaços na escola que precisam ser ressignificados. Pensemos no pátio. É apenas lugar de correr na hora do intervalo? Lugar de colocar as mesas e cadeiras para oferecer a merenda das crianças? O que mais eles podem ser? Com o OP-Criança, eles foram o palco que acolheu grandes debates e belas manifestações de exercício da democracia. Muitas crianças e adolescentes perceberam que o pátio, a quadra, o refeitório podem ser ponto de encontro para se discutir os problemas cotidianos de sua escola e de sua comunidade.



A trajetória do Orçamento Participativo Criança revelou que os educandos têm muito a contribuir no processo de discussão sobre o que fazer, e como fazer, para melhorar a qualidade da educação, conforme já discutimos e revelamos neste capítulo. Sabemos que a defesa do protagonismo infanto-juvenil não é algo novo nos ambientes educacionais, mas podemos nos orgulhar de ter conseguido envolver todos os educandos da Rede Municipal, num processo democrático de assembléias, de ter estimulado crianças e adolescentes a pegar o microfone e debater suas idéias, a se sentir confiante para discutir a formação de grêmios, para estabelecer novas relações com a direção e com a administração escolar.

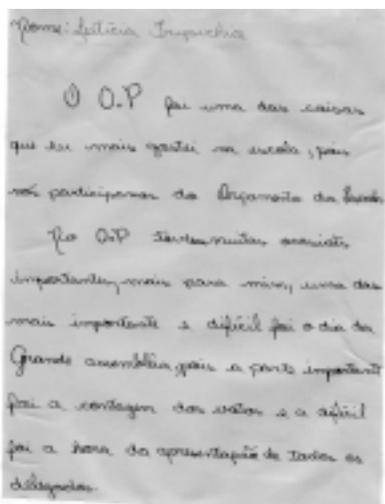
Outro aspecto interessante que merece destaque é o que diz respeito à articulação entre a comunidade e a escola. Sabemos das dificuldades em aproximá-los. É comum vermos escolas com altos muros, correntes, grades, regras determinadas de “cima para baixo”, impermeáveis à entrada dos alunos fora do horário de aula, espaços que fecham as portas aos desejos dos alunos. Escolas que desconhecem os problemas da comunidade. Comunidades que ignoram os problemas de sua escola. Ausência de uma intercomunicação que, se fosse valorizada, permitiria que ficassem mais próximos e muito contribuiria para diminuir os conflitos e os obstáculos para a melhoria tanto da escola quanto da comunidade.

O OP-Criança nos permitiu conhecer muitas escolas que vêm desenvolvendo um grande esforço nessa direção. Funcionários públicos e comunidade lutando pela melhoria da escola. Já avançaram (e muito!) no diálogo com a comunidade, mas, infelizmente, não podemos afirmar que elas são maioria. Ainda é significativa a existência de escolas que ignoram esse movimento de aproximação. Pelo contrário, insistem em se manter isoladas. O Orçamento Participativo Criança possibilitou muitos diálogos entre as famílias e as escolas: muitas propostas das crianças mobilizaram seus pais, chamaram a atenção deles, que quiseram saber, entender e discutir também sobre o que estava sendo proposto. Por meio das crianças, descobriram uma nova forma de exercer a cidadania. A título de ilustração, destacamos uma situação em que um dos

educadores do IPF vinculado ao OP-Criança, numa blitz da polícia, foi parado. O guarda solicitou os documentos e fez as perguntas de praxe: idade, se estava trabalhando, onde trabalhava... Quando nosso educador passou a explicar onde trabalhava e o que fazia, logo despertou a simpatia do policial, que fez questão de mencionar que seu filho estudava numa escola municipal, que era Faísca, que estava apresentando propostas para o OP-Criança, que ele vinha acompanhando a discussão... Enfim, o guarda acabou aproveitando a oportunidade para esclarecer algumas dúvidas e fazer algumas sugestões e, em seguida, com atenção e demonstração de satisfação, liberou o educador do IPF. Era visível a alegria do pai em relação à participação de seu filho nesse projeto.

## Capítulo V

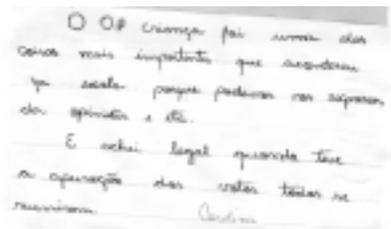
### A VOZ DAS CRIANÇAS: fala dos Faíscas, Delegados e Conselheiros



Nome: Leticia Tripichio

O O.P foi uma das coisas que eu mais gostei na escola, pois nós participamos do orçamento da escola. No O.P tiveram muitas ocasiões importantes, mais para mim, uma das mais importantes e difícil foi o dia da grande assembleia, pois a parte importante foi a contagem dos votos e a difícil foi a hora da apresentação de todos os delegados.

Nome: Leticia Tripichio  
O OP foi uma das coisas que eu mais gostei na escola, pois nós participamos do Orçamento da Escola. No OP tiveram muitas ocasiões importantes, mais para mim uma das mais importantes e difícil foi o dia da grande assembleia, pois a parte importante foi a contagem dos votos e a difícil foi a hora da apresentação de todos os delegados.



O OP Criança foi uma das coisas mais importantes que aconteceu na escola porque pudemos nos expressar, dar opiniões e etc. E achei bem legal quando teve a apuração dos votos todos se reuniram. Carolina

O OP Criança foi uma das coisas mais importantes que aconteceu na escola porque pudemos nos expressar, dar opiniões e etc. e achei bem legal quando teve a apuração dos votos e todos se reuniram. Carolina

O OP-Criança é um projeto novo (...) ele mostrou que a gente pode fazer da nossa escola um lugar legal que não é só estudar, estudar, que também podemos aprender de um modo diferente. (Gislaine)

Este capítulo foi construído levando em conta vários depoimentos das crianças. Ao longo do processo, fomos solicitando a elas que fizessem seus próprios registros, seus diários, suas histórias. Além disso, entrevistamos muitas delas. Procuramos, aqui, trazer as reflexões feitas com as crianças sobre as contribuições do projeto para a conscientização e tomada de decisões por parte dos educandos, numa perspectiva da construção da autonomia em suas relações educacionais, familiares e comunitárias.

“O protagonismo infanto-juvenil se dá desde a infância e a adolescência, com o apoio dos educadores, educadoras e adultos. Todos somos imprescindíveis no processo de mudança social. As crianças, adolescentes e jovens necessitam ter voz para que possam construir sua autonomia, promovendo a consciência crítica e a possibilidade de novos olhares sobre sua forma de ver o mundo e as relações que nele se constituem.

Coerente com essa concepção, a SME desenvolve projetos que possibilitam a concretização das idéias do protagonismo infanto-juvenil, tais como: O Orçamento Participativo Criança, o Educom.rádio, o Grêmio Estudantil, o Recreio nas Férias, a Escola Aberta ou, ainda, a construção coletiva da brincadeira, do esporte, da cultura”. (Secretaria Municipal de Educação, 2004: 35)

O OP-Criança promoveu uma nova forma de participação. Garantiu espaços para que as crianças e adolescentes vivenciassem a experiência da participação cidadã, que vai além de colaborar na decoração da festa junina, na limpeza do pátio... De forma muito recorrente, as crianças e os adolescentes são lembrados para a limpeza, para os mutirões de recuperação do prédio, mas esquecidos e considerados incapazes e irresponsáveis na hora de participar de reuniões pedagógicas, discutir o currículo ou os critérios de ava-

liação, na hora de organizar um campeonato, um baile, uma festa. Ouvimos com frequência que eles não têm maturidade e responsabilidade e não sabem o querem. Os participantes do OP-Criança na EMEF Amadeu Mendes, ao discutirem sobre essas questões, apresentaram os seguintes argumentos:

“Não é por falta de idéia, o que a gente não tem são recursos para fazer essas idéias, porque se a gente tivesse, já teria feito várias idéias que já tínhamos falado.” (Caroline)

“Idéia a gente tem, o que a gente não tem é apoio para colocar essa idéia em prática.” (Bruno)

“Apoio da escola, dos professores e dos pais também, que é importante.” (Suzane)

“É poder mostrar que eu posso fazer a diferença, que eu sou capaz, poder mostrar que eu, com as minhas idéias, eu posso tornar a minha escola um ambiente melhor”. (Gislaine — EMEF Antônio de Andrada e Silva)

O que nossas escolas têm feito para preparar as crianças para a participação cidadã? Quantas vezes ou quantas crianças e adolescentes foram convidadas a participar de uma reunião de professores e coordenadores pedagógicos? É possível e necessária a participação das crianças e adolescentes na construção do currículo escolar? Será que suas idéias não são importantes para um currículo mais vivo e próximo de seus desejos? Afinal, a escola não é para os educandos? Por que eles não participam das principais decisões escolares? Não são eles e elas os mais afetados com as decisões que se tomam para a escola? Quanto tempo do ano letivo a escola dedica a ouvir as crianças e adolescentes? Quais os espaços que reservam para que eles sejam ouvidos? “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos.” (FREIRE, 1997) É essa perspectiva que o OP-Criança procurou concretizar. O projeto registrou as principais impressões das crianças e adolescentes de vários Grupos Faíscas a respeito de sua participação e as principais mudanças na cultura escolar que puderam observar a partir de sua

participação. Vejamos alguns relatos que revelam a tomada de consciência deles na direção de ser sujeito histórico, capaz de realizar mudanças e ser protagonista de seu tempo:



“O que eu mais gostei no OP-Criança foi a parte de nós podermos expressar nossa opinião. Falar o que a gente pensa”. (Bruna — EMEF Eurico Gaspar)

“Depois que o OP-Criança surgiu, a gente pôde mostrar que a gente é capaz, que a gente pode fazer a diferença, e cada um dando a sua opinião a gente pode melhorar muito a nossa escola.” (Gislaine — EMEF Antônio de Andrada e Silva)

“O OP foi um incentivo para a gente poder mudar as coisas na escola que a gente não achava certo e poder mostrar que a gente tem vez (...) a gente trabalha para melhorar a escola.” (Suziane — EMEF Amadeu Mendes)

“Foi bom porque nós conversamos bastante para decidir o que é bom para a escola e para a cidade.” (Jéssica da Silva — EMEF Maria Clara Machado)

Podemos perceber o OP-Criança, na fala de seus principais atores, como espaço de expressão da palavra e da participação direta na tomada de decisão das questões da escola e da cidade. São nos momentos de diálogos entre as crianças e adolescentes, que se constrói a possibilidade de “decidir o que é bom para a escola e para a cidade”. Desta forma, o processo de participação das crianças e adolescentes vai se construindo e revelando, para eles e para os outros, que são capazes de contribuir para além do cumprimento de tarefas determinadas pelos adultos da escola. Eles se revelam aos adultos como capazes de intervir nos problemas que afetam sua realidade. Despertar interesses, motivar e valorizar a participação deles são marcas registradas no OP-Criança, conforme podemos observar na fala dos educandos:

“O OP-Criança significou muitas coisas para mim; eu sempre me interessei pelos projetos da escola e nunca conseguia participar. Eu não era escolhido, ficava meio chateado, mas valeu a pena. Hoje faço parte do Grupo Faísca do OP-Criança e vejo a importância da escola pública, a preocupação com a nossa educação. O OP-Criança me mostrou também a importância da democracia no país que vivemos. É isso aí, parabéns para a Prefeitura de SP, Secretária da Educação, Instituto Paulo Freire e a todos.” (Rodrigo Rafael — EMEF Jairo Ramos)

“Pra mim, o OP-Criança representa mudança, porque, antes, os meninos da escola e as meninas não participavam. Agora já participam, já mudaram alguma coisa aqui na escola, né? Exemplo: o comportamento do pessoal. Eles se sentem mais seguros para escolher alguma coisa aqui na escola e antes não era assim.” (David — EMEF Amadeu Mendes)

Os registros das crianças permitiram perceber que em muitos cotidianos escolares o que predomina é uma rotina caracterizada por um entra e sai de professores de uma sala de aula para outra, pelo depósito de conteúdos pré-determinados à revelia da realidade vivida pelos alunos, por práticas mecânicas e sem sentido tanto para educadores quanto para educandos, por fortes marcas de autoritarismo. Alunos convivem com o “cala a boca”, “senta aí”, “já pra

fora”, “quem manda aqui sou eu”, “seu burro!”, “na minha aula você não entra”, “só volta para minha aula se seu pai aparecer aqui”. Convivem com a violência física e a sutil, simbólica, do currículo oculto, das normas disciplinares repressoras, que os impedem de se assumirem como sujeitos autônomos e democráticos.

O OP-Criança na escola abriu possibilidades para desnaturalizar a indiferença, as práticas autoritárias e possibilitar novas vivências às crianças. Ele desestabilizou a mesmice dessas escolas, desequilibrou o cotidiano burocrático e mecanicista, provocou reações diversas: estranhamento, resistências, recusas, descobertas, estímulos, desafios. Aprendemos que é preciso dar tempo aos novos arranjos, estimulando e promovendo as reações favoráveis ao fortalecimento da democracia. Às vezes, quando nos deparamos com essas resistências, deixamo-nos abater e enfraquecemos nossa luta. Damos mais atenção às escolas que negam o projeto do que aos inúmeros professores e alunos que aderem e abraçam a causa. É preciso dar atenção às resistências, até porque temos a intenção de desmontá-las, mas jamais causar prejuízo ao incentivo daquelas que se revelam empenhadas para que as ações saiam bem sucedidas.



Quando se abre espaço para as crianças e adolescentes manifestarem suas idéias, anseios, desejos e necessidades, elas vão descobrindo o significado e a alegria de participar. Começam a compreender a importância de fazer parte destes grupos e a se interessar por espaços onde estão sendo tomadas decisões que envolvem sua vida. Eles passam a olhar de outra forma o Grêmio Estudantil, o Conselho de Classe, o Conselho de Escola e melhoram sua atuação nesses espaços.

A participação das crianças gera um movimento de questionamento na escola e na própria família. Obriga a escola a se repensar, a se reorganizar, a se atualizar. A escola que se abre a essa participação precisa se preparar para as demandas daí advindas. À medida que as crianças passam a discutir, a entender um pouco melhor o funcionamento da escola, os seus direitos, os seus deveres elas cobram mais, elas ficam atentas às decisões, às arbitrariedades, às incoerências da escola, mas percebem também, com mais clareza, quando a escola está se esforçando para melhorar seu desempenho e são muito solidários nessa busca. Elas passam a se manifestar mais quando discordam ou se percebem excluídos desse processo de consulta e decisão.

Muitos adultos nos perguntaram: não estaríamos criando indisciplina? Não é liberdade demais? Os alunos não ficam ousados, confiantes e deixam de respeitar os funcionários? A escola não corre o risco de perder o respeito, o controle, a autoridade?

No que diz respeito a esses questionamentos, voltamos ao documento já mencionado, resultado da participação dos educandos no movimento de reorientação curricular do governo de 1989-1992, quando Paulo Freire estava à frente da Secretaria da Educação. No caderno 3, “Problematização da escola: a visão dos educandos”, as mesmas preocupações foram apresentadas. A resposta dada por aquele governo, no nosso entender, continua válida e por isso a retomamos:

“À medida que os educandos vivenciem situações diferenciadas e conseqüentemente tenham atuações democráticas, vão adquirindo

maior compreensão da interação entre ele e o outro, bem como a percepção de que seus atos terão conseqüências sobre si e/ou sobre o outro. Assim, gradativamente, vão tomando consciência dos momentos mais apropriados para suas intervenções, demarcando seus próprios limites. Educadores voltados para a formação do homem crítico, contextualizado e democrático, não podem conceber a disciplina como instrumento de submissão, mas de emancipação, que auxilie o educando a sair da condição de heteronomia (ser governado por outra pessoa) para a autonomia (ser governado por si mesmo). Autonomia não significa permissividade. Significa capacidade de considerar os fatores relevantes para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação, considerando não somente o seu ponto de vista, mas também o do outro, num clima de respeito e afeto. O indivíduo que se sente respeitado em sua maneira de pensar e sentir tem mais probabilidade de respeitar a maneira como outros pensam e sentem. Não se questiona, portanto, a necessidade da existência de normas, mas a serviço de quê elas são estabelecidas e praticadas. A ausência de normas (anomia) é tão prejudicial ao desenvolvimento quanto o autoritarismo. ‘A ausência de autoridade é uma forma de repressão (...) Aprendemos, então, na prática, que uma filosofia da libertação deveria correr o risco do confronto de posições, da discussão, enfim, do conflito, ela deveria ser necessariamente uma filosofia do conflito e não da ausência do poder (...) de um lado é preciso uma práxis, uma ação sobre o outro, mas, para que o ato educativo tenha efeito, essa ação deve ser superada pela ação do outro. É a dialética da autoridade e da liberdade. Sem essa dialética, não há educação. Toda pedagogia que tentar suprimir um dos pólos da relação cedo ou tarde fracassará’’. (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Movimento de Reorientação Curricular, Problematização da Escola, A visão dos educandos, documento 3, pp. 22-23)

Uma das funções da educação transformadora é proporcionar experiências de participação e democracia a seus educandos, construindo com eles conhecimentos que os ajudem a intervir na realidade a partir do coletivo.

A escola, em geral, anuncia a preocupação com uma sociedade mais justa e humana, com a formação de cidadãos críticos e par-



tipativos, mas há muito a ser construído nessa direção, pois, na prática cotidiana, o que vemos mesmo é a negação desse discurso.

Entre os objetivos da Educação, a formação para a cidadania é um dos mais citados. Falar deste objetivo por si só não basta. Como contribuir para a formação de um cidadão crítico, participativo se a escola não o concebe como sujeito do processo de construção de sua história, de uma nova história? Para além do discurso favorável à democracia e à participação é preciso vivenciá-las no cotidiano da escola, da cidade. Como reduzir a distância entre o anunciado nos documentos oficiais da escola e o que ela efetivamente vive?

A transformação social implica consciência crítica de sua condição de “sujeito histórico”, o reconhecimento de sujeitos capazes de intervir na realidade, encontrando, na participação coletiva, espaço de mediação e desenvolvimento de novas formas de convivência social fundadas no respeito à vida. Ocorre que a cultura escolar predominante em nossa história não favorece a construção dessa consciência. É muito difícil para as crianças e adoles-

centes criar espaços, ter apoio dos professores, poder expressar seus desejos e necessidades, enfim “ter voz ativa no ambiente escolar”. O que ainda encontramos, e com muita frequência, são professores preocupados em “passar a lição e ir embora”. Esta afirmação encontra ressonância na fala dos adolescentes:

“Só acho que os professores ainda ficaram com uma coisa meio assim... tipo, alguns professores se interessaram por nossas idéias. Agora tem outros que não estão nem aí. Só estão interessados em passar a lição e tipo ir embora. Tem professores que são assim, esta é a realidade, mas aos poucos a gente tá conseguindo conquistar esse espaço, porque começou agora. É um começo, ainda, eu sei que eu vou sair da escola no ano que vem, mas vai ter uma continuidade e aí vai chegar uma hora que além de nós, todos os alunos vão ter uma voz ativa na escola, entendeu? Não vai ser só a gente que vai estar lá.” (Suziane)

“Pra mim, o OP-Criança está sendo bom, mas para muitas pessoas não está sendo. Por exemplo, a diretora, tem muitas coisas que ela não concorda para a gente fazer na escola. Se eu estivesse no lugar dela eu concordaria, pois se as propostas que nós fizemos para a escola estivessem acontecendo, muitas coisas iriam mudar para melhor, isso eu garanto.” (Evelin)

“Eu estava combinando fazer uma reunião com os Faíscas e pensei em começar assim... Uma vez eu fui em uma reunião da filha de uma funcionária da firma do meu pai, e logo na entrada da sala cada um recebeu uma bala e então a professora pediu: agora vocês abram essa bala com uma mão só, sem apoio, nem nada. O pessoal abriu né, com muito custo, mas abriu. E ela pediu para colocar de novo e depois abrir com as duas mãos. É assim que ela se sente quando o pai não vê o caderno, não manda o material. Então foi assim que aconteceu no Faísca, não teve o apoio, a gente conseguiu fazer a coisa, só que não teve um apoio, uma mão a mais para puxar o OP-Criança e abrir.” (Bruno)

Um dos caminhos sinalizados pelo OP-Criança foi garantir uma prática efetiva sedimentada numa nova concepção de criança e de adolescente, ou seja, que os reconheça sujeitos da construção do conhecimento e protagonistas de sua história, o que significa:

participar das decisões da escola, consolidar canais para garantir espaço de reflexão sobre suas demandas. Esta foi a concepção vivenciada e defendida pelo OP-Criança. Nela, as crianças e adolescentes não são tutelados pelo adulto ou inseridos como objetos decorativos, ou ilustrativos, abrindo ou fechando eventos educacionais, sem nem saber o porquê de estarem “participando”. Não são vistos como subordinados à voz do adulto ou alienados ao mundo, sem capacidade para contribuir com as questões sociais de seu tempo. Mas um cidadão capaz, criativo propositivo e em plena condição de construir caminhos e fazer opções.

O OP-Criança criou espaços de decisão política, plantou sementes para germinar o cidadão que toma para si o destino de seu bairro, de sua escola, de sua cidade.



“Descobrimos que podemos nos divertir, que a gente pode brincar e ao mesmo tempo aprender como se faz democracia, como se faz cidadania.” (Gislaine — EMEF Antônio de Andrada e Silva)

“O OP-Criança fez muita diferença porque a gente tá expondo as nossas idéias, a gente tá expondo as idéias dos alunos. E, tipo, expondo as idéias dos alunos a gente tá, assim, se empolgando pela escola. A gente tá fazendo uma grande diferença até na nossa própria história, na escola (...), assim, o OP-Criança trabalhou e ajudou. Fez uma diferença muito grande. A gente tá mostrando não só pra gente mesmo, mas pra todos os alunos que a gente não deve, tipo, ficar calado. A gente pode demonstrar idéias, a gente pode trabalhar junto, a gente não precisa destruir a escola pra poder aparecer. Tem gente que quer aparecer, para destruir a escola pichando aqui, escrevendo ali. A gente pode mostrar que tem um jeito de aparecer muito melhor, ajudando todo mundo. Então acho que o OP-Criança está fazendo muita, muita diferença na escola.” (Suzane)

“A direção da escola começou a tratar os Faíscas de uma forma diferente. Não falando que o pessoal lá trata melhor a gente, só que estão encarando de uma forma diferente, com mais respeito, já é o esquema, entendeu!? (...) A gente também pode opinar, não só o pessoal da diretoria que coordena a escola. Mas a gente pode falar, discutir, já tinha dito antes, eles têm a vez deles, né? E a gente tem a nossa vez! (...) A gente teve uma participação diferente no OP que foi entrar numa função de fazer alguma coisa para participar realmente.” (Bruno)

“Muitas mudanças! Por exemplo, tinha muitas pessoas que não tinham interesse de aprender nada dessas coisas e depois que esse projeto entrou na escola muitas pessoas estão interessadas e as que estão interessadas estão participando do projeto, porque querem ajudar a escola e principalmente na reforma aqui da escola.” (Evelin Santos)

“A gente pode mostrar também que não só os professores, não só os diretores, que os alunos também fazem parte da escola.” (Gislaine)

As assembleias foram um dos momentos-chave dentro da experiência do OP-Criança. Nelas, crianças e adolescentes puderam indicar, analisar e eleger prioridades para a educação e para a cidade.

“Eu estou representando a escola inteira, a escola Antonio de Andrada e Silva. O papel do delegado é defender as propostas, defender a escola, a subprefeitura, eu vou fazer estas coisas que eu acabei de falar, vou defender as propostas da escola, da subprefeitura, do orçamento participativo. (Yago, 8 anos — delegado e conselheiro)

“Bom, no dia que eu fui eleita para ser delegada foi uma emoção tão grande, porque eu nunca fui eleita para esse tipo de coisa, e eu vi muitas pessoas votarem em mim e confiarem em mim, e eu quero levar essas propostas para frente, e que as outras pessoas me ajudem também, né?!” (Gislaine)

“Ser delegado suplente foi uma coisa muito legal, porque tem que sempre ficar ligado, preparado para alguma coisa que viesse acontecer, porque eu sou suplente e você sabe que qualquer coisa que acontecer com o titular já entra eu e foi isso que aconteceu no dia da reunião dos conselheiros; o titular não pôde ir, eu acabei indo e foi uma reunião muito legal, assim, dinâmica, aí aconteceu que agora eu sou um dos conselheiros, tá sendo bem legal, porque é uma experiência diferente pra gente aqui, do Amadeu Mendes.” (Bruno)

“O OP-Criança faz com que a criatividade, a responsabilidade e a determinação de cada integrante crie asas e voe para fora da mente, de um modo que todos consigam se expressar. Também aprendemos que uma escola só é ruim quando os alunos, professores, funcionários e comunidade fazem dela ruim; se você quiser uma escola boa, faça com que ela fique boa.” (Talita — EMEF Henrique Geisel)

“O OP-Criança nos ajudou a ter mais participação na escola, a dar opinião e expressarmos o que pensamos. Nos fez dar mais valor ao ambiente em que estudamos, em que moramos, em que vivemos, em que crescemos. Também aprendemos a respeitar (coisa que muitas pessoas não fazem) mas nós temos que ser diferentes e mostrar que o que escutamos e aprendemos no OP-Criança não é em vão.” (Elian — EMEF Henrique Geisel)

As crianças e adolescentes discutiram, propuseram, aprenderam sobre seus direitos, como argumentar em defesa deles, a se posicionar politicamente. Além destas questões, outros aprendizados passaram a ter mais sentido na dimensão pessoal e na vivência em grupo: amizade, acolhimento, sentimento de pertencimento, respeito, atitude ética cooperativa, entre outros, conforme nos dizem os adolescentes:

“Eu gostei muito do OP-Criança, eu conheci muitas pessoas que eu não conhecia.” (David)

“Eu gosto muito do OP-Criança, pois ele me ajudou a ficar bastante desinibida e a me envolver com as pessoas, assim consegui que a minha vida mudasse muito, pois consegui ter a coisa mais importante — amizade e responsabilidade.” (Aline — EMEF Henrique Geisel)

“O Orçamento Participativo Criança é um projeto desenvolvido pela prefeitura para que as crianças e os adolescentes possam dar suas opiniões sobre como os recursos podem ser gastos e o O.P.C. é um projeto que não acaba aqui não! Não é porque não temos mais monitor que nós iremos parar! Nós não podemos fazer isso. Nós fomos preparados para sermos líderes da nossa escola. Nós vamos montar nossos projetos.

Eu agradeço muito à minha escola EMEF Jardim Monte Belo por viver este projeto.” (Uelves Dias Silva — EMEF Jardim Monte Belo)

Pelos diálogos estabelecidos ao longo do caminho, podemos dizer que o que fica de mais importante para a vida das crianças e adolescentes é a experiência concreta, do ter **vez e voz**, do se sentir acolhido, da **liberdade**, da **autonomia**, enfim do **exercício de uma cidadania** para vida individual e comunitária.



“Um menino de 7 anos e uma adolescente de 15 são os representantes da população jovem de São Paulo no Conselho do Orçamento Participativo (CONOP), instância que discute e sistematiza as demandas e sugestões apontadas pelos moradores da capital nas reuniões do Orçamento Participativo (OP).

Iago Ribas Procópio está no segundo ano do Ensino Fundamental. Ele mora e estuda em São Miguel Paulista, e suas propostas são nas áreas da saúde e educação. Já Ednéia Souza de Queiroz mora no Bosque da Saúde, estuda na Vila Mariana e está no segundo ano do ciclo II do Ensino Fundamental. Uma de suas ocupações é a geração de empregos em São Paulo. “Tive o direito de falar, de ser ouvido”, afirma o pequeno Iago, sobre as reuniões do OP. “Mostramos a capacidade e a responsabilidade dos jovens”, avalia Ednéia.

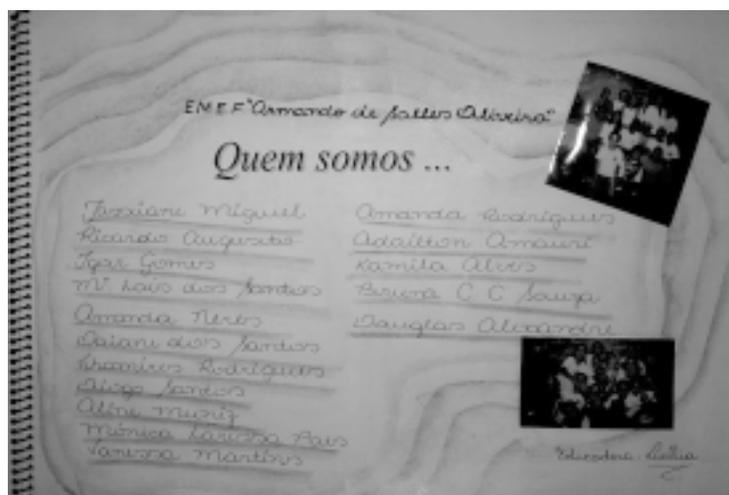
Iago e Ednéia participarão do CONOP com as mesmas prerrogativas dos conselheiros adultos, eleitos nas assembleias que discutiram o OP ao longo do primeiro semestre nos distritos da capital e também nas reuniões segmentadas (idosos, deficientes físicos, moradores de rua).

O CONOP finaliza o Plano de Obras e Serviços do OP e, em seguida, o documento é incorporado à peça orçamentária da administração e encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e votação até 31 de dezembro.

O Orçamento Participativo existe em São Paulo há três anos e meio, e já mobilizou cerca de 250 mil pessoas em suas assembleias, as quais abrem à população um canal direto para propor obras e serviços nas diversas áreas da administração municipal”. ([http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/orcamento\\_participativo/op\\_crianca](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/orcamento_participativo/op_crianca))

## Produção dos alunos

Todos os Grupos Faíscas foram convidados a reconstituir a história do OP-Criança em sua escola. Abaixo, reproduzimos a história construída pelos faíscas da E.M.E.F “Armando de Sales Oliveira”. Para facilitar a leitura do conteúdo dos desenhos, reproduzimos abaixo de cada desenho os textos neles contidos.

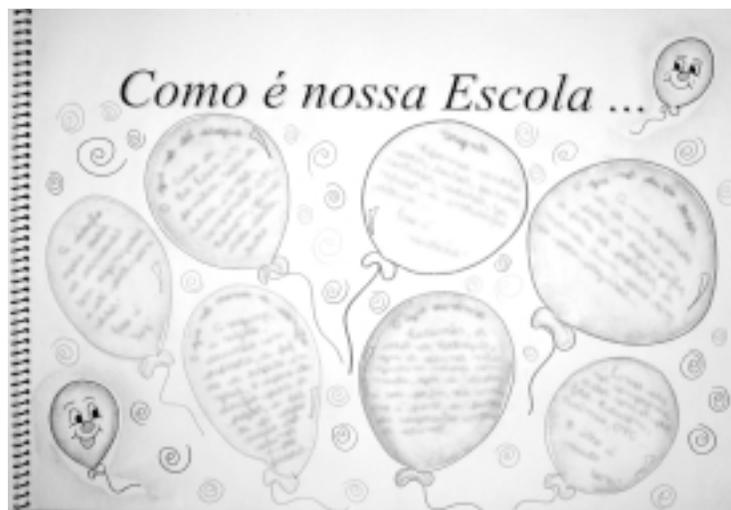


### Quem somos...

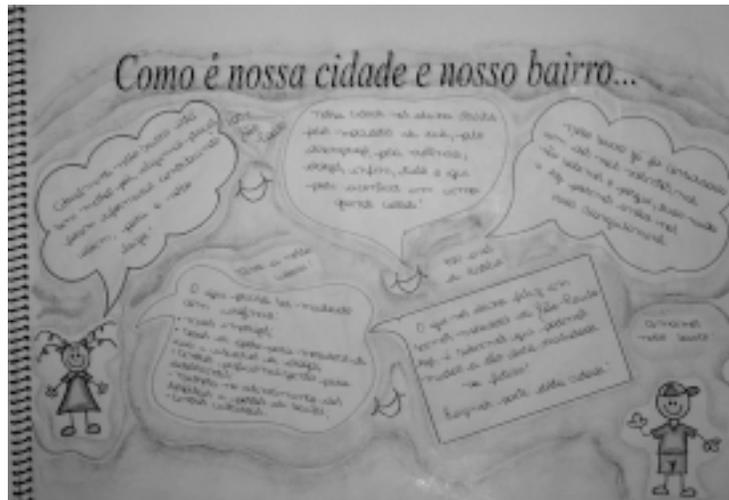
Jassiani Miguel  
Ricardo Augusto  
Igor Gomes  
Maria Laís dos Santos  
Amanda Neres  
Daiane dos Santos  
Thamiros Rodrigues  
Diogo Santos  
Aline Muniz

Mônica Larissa Paes  
Vanessa Martins  
Amanda Rodrigues  
Adailton Amauri  
Kamila Alvers  
Bruna C.C. Souza  
Douglas Alexandre

Educadora: Lucélia

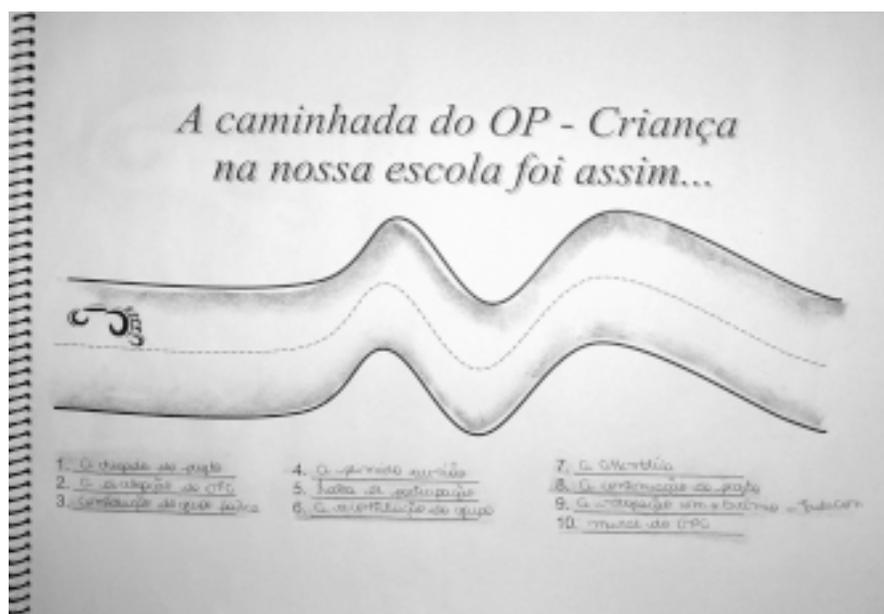


- A direção: Apóia todas as atividades bem organizadas e participa delas! Isso é dez!
- O que nos dá alegria: Aulas de Ed. Física, informática, sala de leitura, eventos, campeonatos, OPC, Educom, grêmio, escola aberta, teatro...
- Urgente: Reformar: ventilador, lousas, janelas, carteiras, banheiros, a instalação elétrica... Isso é necessário!
- O que nos deixa tristes: a falta de organização, pouco tempo para pesquisas...
- O que nos chama a atenção: o apoio da direção para os projetos
- O que ouvimos: Palavrões, os erros de Português, que a escola é boa
- Temos alunos comprometidos com os projetos: Educom, Grêmio, OPC... E isso é muito bom!



### Como é nossa cidade e nosso bairro...

- Atualmente, nosso bairro está bem melhor pois algumas praças foram reformadas, contribuindo, assim, para o nosso lazer!
- 100% São Paulo
- O que precisa ser mudado com urgência:
  - Mais empregos
  - Casas de apoio para moradores de rua e usuários de drogas;
  - Centros profissionalizantes para adolescentes;
  - Melhora no atendimento dos hospitais e postos de saúde;
  - Centros Culturais.
- Nossa cidade nos deixa tristes pelos moradores de rua, pelo desemprego, pela violência, drogas, enfim, tudo o que pode acontecer em uma grande cidade!
- Nosso bairro já foi considerado um dos mais violentos, mas não sabemos o porquê; tudo mudou e hoje podemos andar pelas ruas mais tranquilamente.
- Viva a nossa cidade!
- O que nos deixa feliz em sermos moradores de São Paulo hoje é saber-mos que podemos mudar a tão dura realidade no futuro! Fazemos parte desta cidade!
- Amamos nosso bairro!
- 450 anos de história!



**A caminhada do OP – Criança na nossa escola foi assim...**

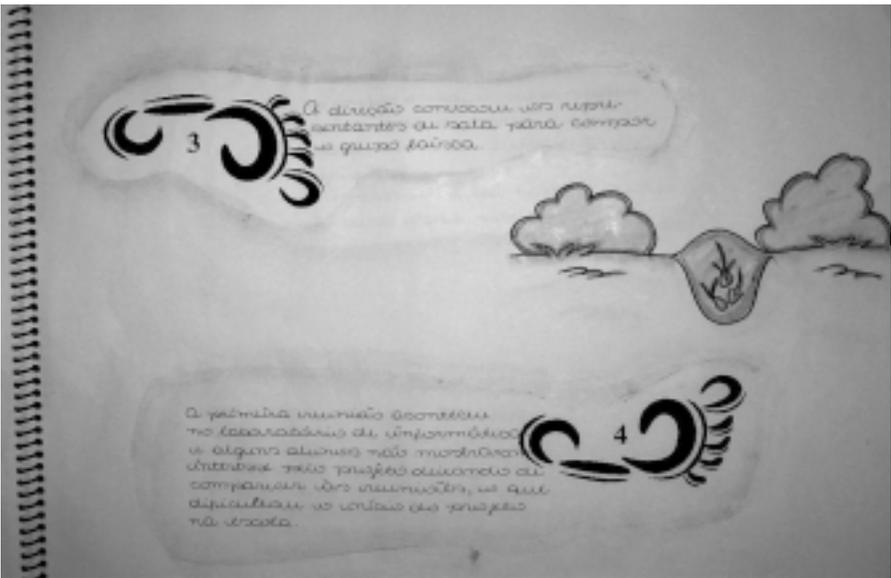
1. A chegada do projeto
2. A divulgação do OPC
3. Constituição do grupo fáiisca
4. A primeira reunião
5. Falta de participação
6. A reconstituição do grupo
7. A Assembléia
8. A continuação do projeto
9. A integração com o grêmio e Educom
10. Mural do OPC



1. A educadora Lucélia apresentou o projeto para a diretoria da nossa escola. Sendo muito bem-vinda.

2. A educadora passou de sala em sala convidando os alunos e fazendo a divulgação do projeto.





3. A direção convocou os representantes de sala para compor o grupo faixa.

4. A primeira reunião aconteceu no laboratório de informática e alguns alunos não mostraram interesse pelo projeto, deixando de comparecer às reuniões, o que dificultou o início do projeto na escola.





5. No começo, a maior dificuldade foi a falta de participantes e a falta de responsabilidade do grupo. O que fazer??? Começamos uma nova divulgação para atrair participantes.

6. Com a ajuda da profª Ednalda, do grupo motor, outros alunos se interessaram pelo OPC passando a frequentar as reuniões, se comprometendo a desenvolver todo o projeto na escola fazendo um ótimo trabalho. Faiscando sem parar.



7. A assembléia foi um acontecimento único em nossa história escolar e muito importante, onde tivemos a oportunidade de votar, escolher propostas para a cidade, escola, eleger alunos como delegados e suplentes para nos representar. Foi também uma experiência muito tumultuada, mas aprendemos e tudo deu certo. Podemos exercer nossa cidadania.

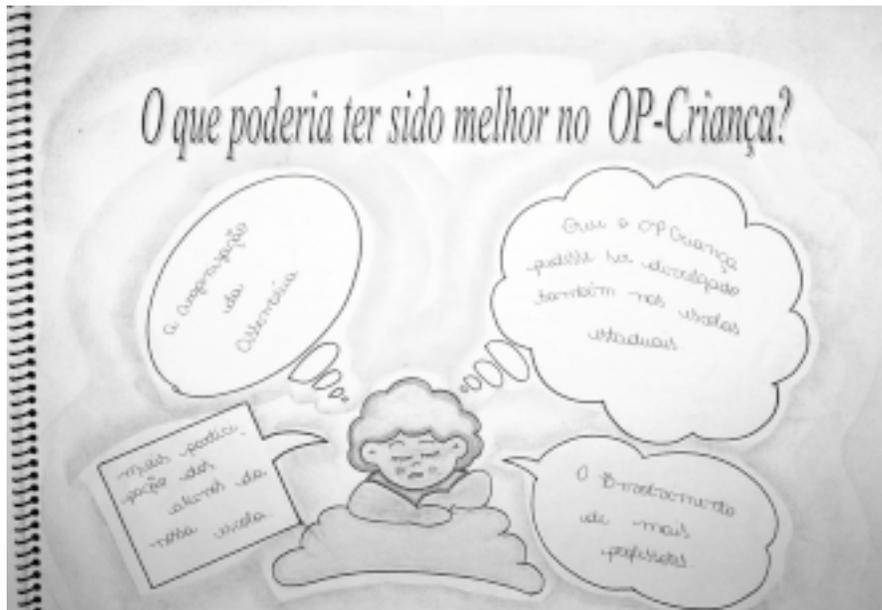
8. Após a assembléia final do primeiro semestre ficamos tristes pensando que o OPC iria acabar. Mas recebemos a notícia de que iria continuar dando voz para os alunos. E aí demos início a uma nova etapa do projeto. E as idéias começaram a fluir...





9. Elegemos o grêmio na escola e a partir daí fizemos algumas reuniões com faíscas, grêmio e Educom. Criando possibilidades de trabalhos em conjunto. Participando na festa da primavera, em gravações para o Educom. É o OPC conquistando espaços na escola.

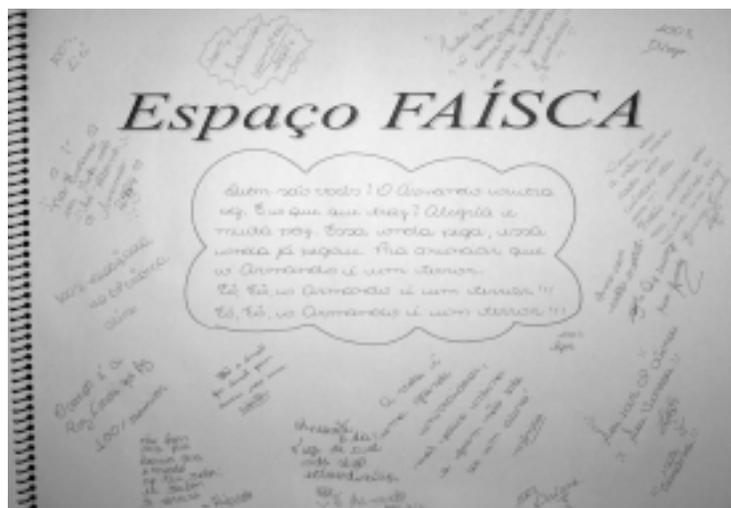
10. A partir das atividades com os grupos da escola, conquistamos nossos espaços com o mural do OP - Criança, onde podemos passar informações sobre o que acontece nas reuniões, na escola e sobre assuntos de interesse dos alunos. Ex: sexo, drogas, política, etc. Também temos o nosso site; [www.opcianca\\_armando.zip.net](http://www.opcianca_armando.zip.net)



### O que poderia ter sido melhor no OP – Criança?

- Organização da Assembleia
- Que o OP Criança pudesse ser divulgado também nas escolas estaduais
- Mais participação dos alunos da nossa escola
- O envolvimento de mais professores





### **Espaço FAÍSCA**

*Quem são vocês? O Armando outra vez. E o que que traz? Alegria e muita paz. Essa onda pega, essa onda já pegou. Pra anunciar que o Armando é um terror. Eô, Eô, o Armando é um terror!!! Eô, Eô, o Armando é um terror!!!*

- 100% Lili
- 100% Faísca. Kamila 2004
- Tudo que é bom, concretiza-se onde existe harmonia. Jassiane.
- 100% Diogo
- Na estrada da vida não há retorno. Amanda 2004.
- Deus deu a vida para cada um cuidar da sua!!! Então cuida da sua e deixa a minha em paz! Bruna Carol 2004.
- 100% Rapaziada do OP Criança. Aline.
- Ame sem nada esperar. 100% OP Criança. Amanda.
- O amor é a Paz é "nóis" que faz. 100% Tamires.
- 100% Igor.
- Não há derrota que derrote quem nasceu para vencer. Adailton.
- Não faça cara feia. Sorria para o mundo ao teu redor; ele também te sorrirá. Ricardo.
- Aproveite o dia! Faça de sua vida algo extraordinário.
- A vida é uma grande universidade! Mas pouco ensina para quem não é um bom aluno! Mônica.
- 100% Armando. Laís.
- 100% Daiane.
- Sou 100% OP Criança. Sou Vanessa 2004.
- 100% Vandinha.



## Capítulo VI

### O OP-CRIANÇA E O CURRÍCULO DA ESCOLA



Entre os objetivos a que se propôs o OP-Criança, destacamos aqui dois deles: aumentar a participação das crianças e jovens na gestão democrática e integrar as contribuições do OP-Criança ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e à política municipal, enfatizando a educação como direito da criança e do jovem.

O OP-Criança chamou a atenção para o lugar do protagonismo infanto-juvenil no projeto político-pedagógico e no currículo que está sendo vivenciado no cotidiano das escolas.

O projeto confirmou o que muito já se tem dito: a necessidade de ressignificar saberes, relações e valores que sustentam as práticas escolares, a necessidade de rever conceitos e concepções que orientam nossa prática pedagógica, a necessidade de dar visibilidade a todos os autores e atores do processo educacional e reconhecer e valorizar o protagonismo de todos os segmentos, principalmente do público infanto-juvenil.

Que concepção de adolescência e de infância vem fundamentando a construção do currículo? Segundo Ana Beatriz Cerisara (*In: SME/SP, 2004: 4*), “a infância tem que ser vista não apenas na sua dimensão biológica, mas como fato social, e que, por refletir as variações da cultura humana, é heterogênea. (...) Não há uma infância, mas infâncias, se não há um padrão único de ser criança, o trabalho a ser realizado com elas não pode ser definido a priori, de forma descontextualizada. Se há diferentes contextos e as crianças são diferentes entre si, nem melhores nem piores, apenas diferentes entre elas, entre elas e os adultos é preciso que a pedagogia a ser realizada também contemple as diversidades das crianças, de cada grupo de crianças nas suas competências, nas suas possibilidades”. Isso se aplica também aos adolescentes e jovens.

O OP-Criança possibilitou trazer à tona e refletir sobre a necessidade de desconstruirmos muitos dos mitos que carregamos sobre a infância e adolescência e problematizarmos as concepções tradicionais de socialização que os sustentam, que, ainda segundo Cerisara, fundamentada em Maria Manuela Martinho Ferreira (2002), são, entre outros, o mito de que “as crianças são seres em

déficit, simples objetos passivos e meros receptáculos de uma ação de socialização e o mito da socialização como um processo vertical e unívoco, conduzido exclusivamente pelos adultos que o conduzem de acordo com objetivos claramente definidos e em prol da reprodução social”. (CERISARA, *In*: SME/SP, 2004: 4)

Segundo Maria Letícia Nascimento (*In*: SME/SP, 2004: 7),

“a ruptura com a concepção tradicional de socialização, na qual prevalecia uma concepção de criança passiva, incompleta em relação ao adulto, fez emergir a concepção de infância como categoria construída historicamente, fruto da dinâmica das relações sociais, nas quais a criança exerce um papel ativo, de *ator social*, com características próprias do contexto onde se insere. A infância deixou, então, de ser percebida como realidade conhecida por todos para ser compreendida como grupo específico que produz e reproduz a vida social (PINTO, 1999). Reconhece-se, portanto, a criança como pessoa em desenvolvimento, protagonista de sua própria vida, agente e produto da vida social. Esse reconhecimento está presente na Constituição de 1988; na *Convenção dos Direitos da Criança*, do final de 1989 (Decreto nº 99.710, nov./1990); no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA, jul./1990); na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394/96; nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (Parecer CEB nº 022/98); no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172, jan./2001)”.

Se entendemos o currículo como movimento aglutinador de sonhos e interesses, como processo dinâmico, como resultado de diálogos, de relações interculturais, como espaço de construção de identidades, como espaço de conflito, de manifestação de múltiplas linguagens, de construção de autonomia organizativa e política da escola, não o construiremos negando essas dimensões.

O currículo está sempre carregado de sabor político, de uma concepção de sociedade e de ser humano, das formas como lidamos com acordos, conflitos, criatividade, criticidade, ética e sustentabilidade. Como estamos construindo o currículo de nossa escola? Quais são as escolhas que estão sendo feitas? Fundamenta-

das em que princípios e diretrizes? “É preciso romper com a visão de currículo pronto, preso a programas preestabelecidos e sem sustentação na continuidade, bem como garantir a articulação dos conteúdos que tenham significado para aquela população e que forneçam chaves para a compreensão do mundo.” (*Revista Educação 4* — Cidade Educadora—Educação Inclusiva: um sonho possível, 2003, p. 23)

O OP-Criança muitas vezes revelou um currículo impaciente com o tempo da criança, impaciente e descomprometido com a criação de condições para elas se manifestarem. À menor insegurança da criança, os adultos (e os próprios alunos) já se impacientavam: não sabe falar, não expressou com clareza suas idéias, não se preparou bem... “*Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado da busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção*”. (FREIRE, 1967: 96-97)

Saber falar, expressar-se com clareza e coerência parecia, para muitos professores, algo muito longe de um movimento de construção, de exercício continuado, de construção cotidiana. As atitudes, as reações dos professores, os comentários e registros dos alunos nos levavam a concluir que a escola não entendia isso como tarefa sua. Ou o aluno mostrava-se pronto para expor suas idéias, ou era exposto a olhares intimidativos e céticos por parte dos professores e brincadeiras por parte dos colegas. O OP-Criança nos mostrou, nos diferentes cantos da cidade, que ainda há muito a fazer para aprender a ouvir e a falar. “É ouvindo o educando (...) que a professora democrática se prepara cada vez mais para ser ouvida pelo educando. Mas, ao aprender com o educando a falar com ele porque o ouviu, ensina o educando a ouvi-la também.” (FREIRE, 1995a: 88)

## Novas perspectivas nas vivências curriculares



Crer na mudança é uma opção política. Implica compromisso com novas possibilidades de fazer nossa história. A construção de novas vivências curriculares que valorizem as contribuições do público infanto-juvenil desafia-nos a pensar como temos, ou não, envolvido as crianças, os adolescentes e os jovens na seleção dos conteúdos, na definição de procedimentos metodológicos e avaliativos; como temos, ou não, decidido com esses segmentos os princípios de convivência, a gestão dos diversos espaços (sala de aula, pátio, quadra, sala dos educadores etc.) e dos tempos escolares (tempo para avaliação de desempenho do aluno, para reunião dos professores, para o conselho de classe, mas também tempo para os pais avaliarem a escola, os profissionais que nela atuam, a política educacional, tempo para os alunos apresentarem propostas para o projeto político-pedagógico da escola, tempo para a manifestação dos valores culturais, dos afetos, das emoções, dos

desejos, dos sonhos, dos medos, das ousadias etc.). Inquietações que exigem dos educadores, educandos e agentes comunitários novos fundamentos, novos compromissos que os levam à emancipação humana. *“É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria, a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública que entre nós vem sendo tratada como coisa privada que se despreza”*. (Freire, 1995a: 89)

Essa perspectiva recorre a paradigmas mais reflexivos, flexíveis, curiosos, problematizadores, consolidando ações mais coletivas, escuta qualificada e crítica daqueles que são o centro da atenção de nossa atuação pedagógica: os educandos.

Essa opção político-pedagógica de estar com os educandos é ação de quem se propõe compreender o tempo histórico que estamos vivendo, suas condições e exigências ambientais, econômicas, políticas e sociais. Quem caminha nessa perspectiva está desafiado a se comprometer com princípios democráticos, dialógicos, críticos e criativos. Está desafiado a promover um currículo que busca a compreensão crítica de nosso estar sendo no mundo, de nosso contexto, que contribui para situar nossa existência e nos capacitar para construir novas realidades: mais justas, mais humanas, que reconhece em cada ser sua subjetividade, solidariedade, entusiasmo, emoção. Currículo que se compromete com o companheirismo, a coerência ética entre o planejado, o falado e o realizado na perspectiva da infância. Que alimenta “esforços no sentido de uma efetivação do currículo sócio-cultural e histórico, dos tempos e dos espaços de escolarização (liberando-os das ‘grades’ a que se encontram tradicionalmente submetidos), considerando os educandos e educandas reais de nossas Unidades Educacionais, tanto sob o ponto de vista de seus processos de aprendizagem, como dos diferentes tempos de vida (infância, adolescência, juventude e mun-

do adulto) e de suas culturas de origem.” (*Revista Educação 5 — Gestão, Currículo e Diversidade — PMSP, 2004, p. 16*)



O OP para mim foi muito legal. Conheci um lado meu que eu mesma não conhecia. O lado da participação, de querer ajudar a escola, de contribuir para alguma melhora. Eu espero que com o OP na minha escola continue se possível para sempre. Obrigada OP.

A criança é sujeito de direitos. Pode e deve manifestar-se sobre tudo que lhe diz respeito. Evidentemente que as crianças e adolescentes possuem formas de expressão diferentes das dos adultos. Suas manifestações certamente serão diferentes, coerentes com o estágio de desenvolvimento e com a experiência escolar e social que vivem. Mas a diferença não pode ser elemento de exclusão, deve ser vista como possibilidade de enriquecimento do processo educacional. Precisamos renunciar à visão adultocêntrica para nos permitir habitar o universo infanto-juvenil e estabelecer diálogo com ele. Considerar a visão das crianças, sua forma de entender a educação que vivencia, a cidade e bairro onde moram, suas expectativas, análises e proposições podem abrir caminhos férteis para uma educação impregnada de sentido para suas vidas.

Muitas vozes ainda estão silenciadas no interior da escola. “A concepção de currículo como construção sócio-cultural e his-

tórica problematiza essas situações de exclusão e invisibilidade vivenciadas na relação entre educadores e educadoras, entre educandos e educandas. Essas situações e tantas outras apresentam o desafio de reconhecê-las em todas as modalidades de ensino e espaços das Unidades Educacionais: salas de aula, de coordenação, de direção, de informática e de leitura, secretaria, parques, berçário, ambientes de recreio e de jogos de faz de conta, enfim, em todos os espaços relacionais.” (*Revista Educação 5 — Gestão, Currículo e Diversidade — PMSP, 2004, p. 10*) O OP-Criança significou um enorme investimento para o rompimento do silêncio imposto às crianças. Validou a cultura da infância e da adolescência. Buscou canais de escuta, de manifestação desse universo. Reconheceu a importância do trabalho em rede. Procurou articular-se com os diferentes segmentos da Unidade Educacional, contou com a participação da comunidade, aproximou-se de outras iniciativas de incentivo ao protagonismo infanto-juvenil: Educom.rádio, Você Apita, Banco na Escola, Projeto Vida, enfim, procurou ver a criança no seu contexto e fortalecer os seus espaços de expressão. Alimentou o sonho de Paulo Freire: “*Era preciso [...] democratizar o poder, reconhecer o direito de voz aos alunos, diminuir o poder pessoal das diretoras, criar instâncias novas de poder como os conselhos de escola, deliberativos e não apenas consultivos e através dos quais, num primeiro momento, pais e mães ganhassem ingerência nos destinos da escola de seus filhos; num segundo, esperamos, é a própria comunidade local que, tendo a escola como algo de seu, se faz igualmente presente na condução da política educacional da escola*”. (Freire, 1996a: 309-310)

O OP-Criança questiona a cultura do imediatismo presente no currículo da escola: ou dá certo na primeira tentativa ou se invalida a iniciativa. É preciso compreender que se constrói no processo, que se aprende vivenciando, reorientando a prática... Não há receitas. Não se trata de juntar ingredientes e esperar o bolo, ou melhor, os belos resultados. Precisamos mudar essa concepção. Precisamos nos assumir como sujeitos das práticas pedagógicas e com capacidade de ação diante das adversidades, sem negar a ex-

periência que se está vivendo. Ter paciência histórica. Mas, como dizia Paulo Freire, uma “paciência impaciente”, que espera, mas não se acomoda. Paciência de quem reconhece que é preciso “dar tempo” para que novas realidades se consolidem. Porém, reconhece também que tão importante quanto “dar tempo” é a ação, é estar atento para os erros, é buscar os acertos. “É impossível ensinar sem essa coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes antes de uma desistência. É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar.” (Freire, 1995a: 10)

Essa forma de fazer educação, em que comunidade, movimentos, instituições, educandos e educadores estabelecem novas relações, criam novos espaços e tempos escolares, constroem contextos significativos no cotidiano da escola, desmontam as bases materiais do autoritarismo e da exclusão no interior da escola, oferece oportunidades de uma nova formação dos educandos e educadores. “Todos nós já passamos por processos de formação em diferentes momentos e contextos históricos, com pressupostos que nos orientaram. Nesse percurso, já *‘fomos reciclados’*, *‘fomos capacitados’*, *‘fomos treinados’* e hoje perseguimos a idéia de formação. O que aconteceu? Só o nome dessa ação foi mudada? Será que são os mesmos pressupostos que iluminam a reciclagem, o repasse, a capacitação e a formação? O que precisamos saber e fazer para ressignificar a ação formadora atendendo às necessidades colocadas aos educadores hoje, *sujeitos de sua ação?* (...) Qualidade Social da Educação, aqui, é compreendida como a garantia do acesso e da permanência e o compromisso com a gestão democrática em espaços coletivos, nos quais educadores e educandos, sujeitos históricos, sociais e culturais, constroem suas trajetórias. Esses espaços devem promover novas relações sociais constituídas pela construção compartilhada, envolvendo a Comunidade Educativa.” (*Revista Educação 5 — Gestão, Currículo e Diversidade — PMSP, 2004, p. 33*)

O OP-Criança reiterou a importância da valorização de um currículo que dê visibilidade a outros sujeitos, que desafie a cultu-

ra instituída nos espaços educacionais, possibilitando que crianças, adolescentes e jovens possam revelar suas propostas de organização, seus grupos, seus valores, suas incertezas, suas linguagens, brincadeiras etc. *“Não há nada que mais contradiga e comprometa a emergência popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação.”* (Freire, 1997: 101)

Este compromisso ético-pedagógico qualifica e potencializa a prática educacional que valida uma cultura e uma organização social sustentável em todas as suas relações e promove redes dialógicas entre o Estado, movimentos sociais, grupos culturais e esportivos, associações populares, universidades, sindicatos etc.

Este é um exercício de cidadania, protagonismo, articulação que procura desenvolver novas formas de organização, novos saberes, valores, objetivando romper com as práticas escolares e sociais de exclusão, romper com ações que desumanizam e agridem a condição humana.



# ANEXOS





## ANEXO I

### ABC do OP-Criança

#### 1. O que é o orçamento participativo criança?

É um mecanismo de participação direta e de exercício da cidadania. Com ele, as crianças e adolescentes participam do governo da cidade e da gestão democrática da escola pública. Nele, são escolhidas, na perspectiva das crianças, as principais políticas e serviços para o sistema educacional da Prefeitura e também a principal prioridade para o município, que é encaminhada ao OP da cidade.

#### 2. Por que ele é importante?

Por meio dele, crianças e adolescentes participam da decisão de como aplicar parte do dinheiro do orçamento da cidade e vêem reconhecidos seus direitos ao encaminhar propostas para melhorar a educação e a vida na cidade. O OP-Criança permite a alunos e alunas apontarem diferentes e importantes aspectos a serem considerados para a reorientação curricular e é um caminho para a construção de uma *cidade educadora*.

#### 3. Quem participa?

As crianças e adolescentes da rede municipal, matriculados nas Unidades Educacionais com Ensino Fundamental (ciclos I e II).

Além disso, o OP-Criança se estenderá a todas as crianças e adolescentes da cidade, em assembleias a serem realizadas em outros espaços públicos.

#### **4. Como participar?**

As crianças e adolescentes de cada escola elegem dois representantes (um delegado e uma delegada) que acompanham, nas subprefeituras, a agregação das propostas. Os(as) delegados(as) elegem, também por subprefeitura, um conselheiro e uma conselheira. Além disso, podem organizar Grupos Faíscas, acompanhar o trabalho dos(as) delegados(as) e conselheiros(as) e procurar manter-se sempre informados(as) sobre todas as ações relacionadas ao OP-Criança.

#### **5. Quando ocorre?**

De acordo com o calendário do Orçamento Participativo da Cidade e dos prazos para apresentar as prioridades à Câmara Municipal, até final de maio ocorrem as assembleias nas Unidades Educacionais. Em junho, são realizadas as plenárias por subprefeituras e a plenária da cidade, com eleição de dois representantes do conselho do OP-Criança, que integram o Conselho do Orçamento Participativo da cidade (CONOP). Depois de realizadas as assembleias, o OP-Criança continua com a formação dos Grupos Faíscas, incluindo os delegados e conselheiros eleitos, e integrando o processo ao currículo escolar.

#### **6. Público envolvido**

Crianças, adolescentes e jovens dos ciclos I e II de todas as Unidades Educacionais com Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação da Cidade de São Paulo (504 Unidades Educacionais — 550 mil alunos).

## 7. O ABC do OP-Criança

**Assembléia e plenária** — Assembléia é o momento em que as pessoas se reúnem para opinar, votar e decidir. No caso do OP-Criança, alunos e alunas decidem sobre prioridades e elegem delegados(as). Uma assembléia é deliberativa quando são escolhidas (deliberadas), pelo voto, as propostas mais importantes. Nas assembléias, todos participam. Já nas plenárias, participam só os representantes dos(as) alunos(as): delegados(as) e/ou conselheiros(as). As assembléias ocorrem por Unidade Educacional e as plenárias no nível das Coordenadorias de Educação e da cidade.

**Conselheiros(as)** — São eleitos(as) entre os(as) delegados(as) nas plenárias por unidade educacional, por Coordenadoria de Educação e na plenária da cidade.

**Delegados(as)** — Eleitos(as) pelo voto direto, são representantes das alunas e dos alunos. Os(as) delegados(as) representam os estudantes nas plenárias. A importância do delegado consiste em auxiliar na construção de um vínculo, ou um elo de ligação, entre a decisão tomada no âmbito da cidade e a escola. Os delegados do OP-Criança são, sobretudo, sujeitos do processo de controle social e cidadão.

**Demanda ou proposta** — Políticas e serviços reivindicados pelos(as) alunos(as) e que são avaliados segundo o Regimento Interno do OP-Criança. Podem ser referentes somente à área de educação ou a toda a cidade.

**Grupo Faísca** — Grupo de crianças e adolescentes que contribui para explicar, despertar interesse, envolvimento e participação de todas as crianças da escola em relação às atividades do OP-Criança. Eles “faíscam” e espalham a proposta do OP-Criança.

**Grupo Motor** — É formado por funcionários públicos da rede municipal de Educação (professores, diretores, coordenadores pedagógicos, assistentes etc.) e representantes da comunidade, inclusive delegados(as) do OP da cidade. É o grupo responsável pela garantia das condições para que as crianças atuem nas atividades do OP-Criança.

**Orçamento Participativo de São Paulo** — Assim como o OP-Criança, o Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo de participação direta e de exercício da cidadania em que a população discute e decide sobre o orçamento e as políticas públicas da cidade. É um instrumento de democratização, pois assegura a participação direta da população na definição das principais prioridades para os investimentos públicos.

**Regimento Interno** — É o conjunto de regras que define como o OP-Criança funciona.

## ANEXO II

### Regimento do Orçamento Participativo Criança

Artigo 1º — Este Regimento Interno (as presentes regras internas) organiza o Orçamento Participativo Criança da Cidade de São Paulo de 2004.

Artigo 2º — Até fevereiro de 2005 o Conselho do Orçamento Participativo Criança de São Paulo revisará e atualizará o presente Regimento.

Artigo 3º — O processo de assembleias do OP-Criança (reuniões entre os alunos para decidirem sobre propostas e delegados) ocorrerá em cada uma das Unidades Educacionais com Ensino Fundamental da rede municipal. O OP-Criança se estenderá também a todas as crianças e adolescentes da cidade, em assembleias a serem realizadas em outros espaços públicos, desde que essas sejam previamente autorizadas pela Coordenadoria do Orçamento Participativo da Prefeitura de São Paulo (COP/PMSP). Destas assembleias sairão as propostas dos alunos e alunas para área de Educação e para o Orçamento Participativo da Cidade a serem acompanhadas, sistematizadas e defendidas pelo Conselho do OP-Criança.

Artigo 4º — Do processo do OP-Criança — As assembleias do OP-Criança serão realizadas por Unidade Educacional com Ensino Fundamental do município, durante o período de aulas. Nas assembleias, todas as crianças e adolescentes poderão fazer suas propostas, debater as demandas e votar na prioridade para a

Educação e para o OP da Cidade. Além disso, as crianças e adolescentes elegem, nas assembleias da UE, os 2 delegados titulares (1 menino e 1 menina) e seus respectivos suplentes que representam a escola na plenária por Coordenadoria de Educação.

Parágrafo único — As assembleias e reuniões do OP-Criança são organizadas nas UEs em três etapas:

I — Assembleia por Unidade Educacional — Tem por objetivos elaborar e votar propostas para a Educação e para o OP da Cidade e eleger 2 delegados titulares (1 menino e 1 menina) e seus suplentes (1 menino e 1 menina). Participam da Assembleia todos(as) os(as) alunos(as) da Unidade Educacional.

II — Plenária por Coordenadoria de Educação (por subprefeitura) — Tem por objetivo eleger os 2 conselheiros (1 menino e 1 menina) e seus suplentes (1 menino e 1 menina) que farão parte do Conselho do OP-Criança. Participam da plenária todos(as) os(as) delegados(as) eleitos(as) nas assembleias por unidade educacional, de cada Coordenadoria de Educação. Terão direito a voto os(as) delegados(as) titulares (1 delegado e 1 delegada de cada UE).

III — Plenária da Cidade — Tem por objetivo eleger os 2 conselheiros (1 menino e 1 menina) e seus suplentes (1 menino e 1 menina) que irão para o Conselho do OP da Cidade. Participam da plenária todos os conselheiros do OP-Criança da cidade. Terão direito a voto os(as) conselheiros(as) titulares (um conselheiro e uma conselheira de cada Coordenadoria da Educação)

Artigo 5º — Das propostas — As crianças e adolescentes poderão votar em propostas para a área de Educação e para o Orçamento Participativo da cidade.

Parágrafo 1º — As propostas para a Educação no OP-Criança — Com o objetivo de se chegar à proposta prioritária da Educação para toda a cidade serão totalizadas as demandas apresentadas nas assembleias realizadas nas escolas de cada uma das 31 coordenadorias existentes nas subprefeituras. Para essa etapa de totalização, será feita uma agregação segundo critérios apresentados durante o processo. Isso servirá para se chegar à proposta mais

votada para a coordenadoria, em primeiro lugar e, em segundo lugar, para o conjunto das escolas da cidade.

Parágrafo 2º — As propostas para o OP da Cidade — As propostas para a cidade serão sistematizadas por cada Coordenadoria de Educação e encaminhadas para o OP da Cidade e a decisão sobre elas será objeto de deliberação no Conselho do Orçamento Participativo da Cidade e dependerá dos critérios técnicos e distributivos do seu Regimento Interno e demais disposições do OP da Cidade.

Artigo 6º — Dos delegados e delegadas — As crianças e adolescentes de cada escola elegem dois representantes (um delegado e uma delegada e seus suplentes) que acompanham, nas Coordenadorias da Educação em cada Subprefeitura, a agregação das propostas. Os(as) delegados(as) elegem, também por Coordenadoria de Educação, um conselheiro e uma conselheira e seus suplentes.

Parágrafo único: No caso de assembleias em outros espaços públicos, previamente autorizados pela COP, a proporção de delegados eleitos será:

- até 50 participantes na assembleias: 2 delegados titulares (um menino e uma menina) e 2 suplentes (um menino e uma menina);
- de 50 a 100 participantes: 4 delegados titulares (dois meninos e duas meninas) e 4 suplentes (dois meninos e duas meninas);
- de 100 a 150 participantes: 6 delegados titulares (três meninos e três meninas) e 6 suplentes (três meninos e três meninas), e assim por diante.

Artigo 7º — Do CONOP-Criança (Conselho do OP-Criança) — O Conselho do OP-Criança é o órgão máximo de representatividade das crianças e adolescentes que participam do processo do OP-Criança. Para sua composição devem ser levados em conta os conselheiros eleitos nas coordenadorias e aqueles indicados no parágrafo segundo do presente regimento.

Parágrafo 1º — O CONOP-Criança é composto por 62 conselheiros(as) titulares (31 meninos e 31 meninas) e 62 conselheiros(as) suplentes (31 meninos e 31 meninas), sendo 2 representantes titulares (1 menino e 1 menina) e 2 representantes suplentes (1 menino e 1 menina) de cada uma das 31 Coordenadorias de Educação da cidade. Esses(as) conselheiros(as) são eleitos(as) pelos 2 delegados titulares de cada Unidade Educacional em suas respectivas plenárias por Coordenadoria de Educação.

Parágrafo 2º — Nas plenárias que reunirão as delegadas e delegados eleitos nas assembleias de outros espaços públicos, a proporção para eleição de conselheiros(as) será:

- Plenárias com até 40 delegados(as): um conselheiro e uma conselheira
- Plenárias de 40 a 80 delegados(as): 2 conselheiros e 2 conselheiras
- Plenárias de 81 a 120 delegados(as): 3 conselheiros e 3 conselheiras
- Plenárias de 121 a 160 delegados(as): 4 conselheiros e 4 conselheiras, e assim por diante.

Parágrafo 3º — Através do CONOP-Criança, os(as) conselheiros(as) podem acompanhar a sistematização e o encaminhamento das propostas feitas nas Unidades Educacionais e nas outras assembleias, e saber quais são as prioridades eleitas para a Educação, no âmbito da cidade, bem como as prioridades para o OP Cidade. O CONOP-Criança também tem a responsabilidade de eleger seus dois representantes que terão assento no Conselho do Orçamento Participativo da Cidade (CONOP), de acordo com o artigo 6º, alínea e, do Regimento Interno do Conselho do Orçamento Participativo da Cidade.

Artigo 8º — O mandato dos(as) delegados(as) e dos(as) conselheiros(as) do OP-Criança acompanha o período do ano letivo e termina com a eleição e posse do novo Conselho do OP-Criança.

## ANEXO

## Metodologia para distribuição dos recursos disponíveis

1. A distribuição dos recursos para atendimento às demandas do OP-Criança será feita conforme a combinação dos seguintes critérios, cuja soma poderá atingir a nota 10:

1. Ordem de votação das propostas (até nota 4)
2. Número de crianças beneficiadas pelo serviço demandado (até nota 3)

3. Abrangência de demanda (até nota 3)

2. Forma de aplicação dos critérios:

2. Ordem de votação

- Primeira proposta mais votada: nota 4
- Segunda proposta mais votada: nota 3
- Terceira proposta mais votada: nota 2
- Quarta proposta mais votada: nota 1

3. Número de crianças beneficiadas pelo serviço demandado

A Coordenadoria do Orçamento Participativo e a Secretaria Municipal de Educação definirão, antes da instalação do CONOP-Criança, esses critérios com base na distribuição das demandas entre as faixas populacionais.

4. Abrangência (cumulativa)

- Só um ciclo = nota 1
- Até dois ciclos = nota 2
- Atendimento à comunidade = nota 3

### ANEXO III

## Resultados do OP-Criança por Coordenadoria de Educação (Sub-prefeitura)

A seguir, especificamos os resultados do Orçamento Participativo Criança divididos por Coordenadoria de Educação (Sub-prefeitura) da Cidade de São Paulo:

#### RESULTADOS DAS ASSEMBLÉIAS POR COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

<b>1. ARICANDUVA</b> Total de assembléias: 3 Total de participantes: 1.017 Total de delegados(as) eleitos(as): 13  Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 209 votos Construção de pista de skate: 109 votos Construção de piscina: 100 votos  Prioridades para o OP Cidade Ampliação do transporte público: 201 votos Construção de quadras: 148 votos	<b>16. LAPA</b> Total de assembléias: 6 Total de participantes: 1.371 Total de delegados(as) eleitos(as): 20  Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 286 votos Construção de piscina: 149 votos Implantação de atividades culturais e esportivas: 132 votos  Prioridades para o OP Cidade Segurança urbana: 156 votos Construção de áreas de lazer: 98 votos Implantação de programas sociais: 91 votos
--	--

<p><b>2. BUTANTÃ</b>            Total de assembleias: 28            Total de participantes: 10.482            Total de delegados(as) eleitos(as): 119</p> <p>Prioridades para a Educação            Reforma e cobertura da quadra: 1.378 votos            Implantação de atividades culturais e esportivas: 1.173 votos            Implantação de material escolar: 590 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade            Segurança urbana: 1.558 votos            Construção de áreas de lazer: 611 votos            Ampliação da iluminação: 545 votos</p>	<p><b>17. M'BOI MIRIM</b>            Total de assembleias: 19            Total de participantes: 6.833            Total de delegados(as) eleitos(as): 81</p> <p>Prioridades para a Educação            Reforma e cobertura da quadra: 2.054 votos            Construção de piscina: 555 votos            Implantação de atividades culturais e esportivas: 538 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade            Construção de áreas de lazer: 939 votos            Segurança urbana: 757 votos            Programas de emprego e renda: 595 votos</p>
<p><b>3. CAMPO LIMPO</b>            Total de assembleias: 31            Total de participantes: 10.655            Total de delegados(as) eleitos(as): 125</p> <p>Prioridades para a Educação            Reforma e cobertura da quadra: 2.972 votos            Construção de piscina: 903 votos            Instalação de informática: 727 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade            Segurança urbana: 1.761 votos            Construção de área de lazer: 1.568 votos            Construção de clube da cidade: 509 votos</p>	<p><b>18. MOÓCA</b>            Total de assembleias: 12            Total de participantes: 2.878            Total de delegados(as) eleitos(as): 50</p> <p>Prioridades para a Educação            Reforma e cobertura da quadra: 648 votos            Instalação de armários para alunos: 412 votos            Implantação de atividades culturais e esportivas: 356 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade            Construção de pista de skate: 577 votos            Construção de área de lazer: 313 votos            Segurança urbana: 204 votos</p>
<p><b>4. CAPELA DO SOCORRO</b>            Total de Assembleias: 25            Total de participantes: 9.867            Total de delegados(as) eleitos(as): 101</p> <p>Prioridades para a Educação            Reforma e cobertura de quadra: 1.927 votos            Implantação de atividades culturais e esportivas: 1424 votos            Reforma da escola: 762 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade            Construção de áreas de lazer: 1.751 votos            Programas de emprego e renda: 1.189 votos            Segurança urbana: 947 votos</p>	<p><b>19. PARELHEIROS</b>            Total de assembleias: 4            Total de participantes: 748            Total de delegados(as) eleitos(as): 12</p> <p>Prioridades para a Educação            Construção de piscina: 155 votos            Reforma e cobertura da quadra: 90 votos            Instalação de informática: 63 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade            Ampliação da pavimentação: 207 votos            Construção de hospital: 80 votos            Segurança urbana: 69 votos</p>

<p>5. CASA VERDE Total de assembléias: 12 Total de participantes: 3.601 Total de delegados(as) eleitos(as): 48</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 582 votos Construção de piscina: 422 votos Implantação de playground: 245 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Segurança urbana: 352 votos Construção de área de lazer: 338 votos Programas de emprego e renda: 272 votos</p>	<p>20. PENHA Total de assembléias: 11 Total de participantes: 3.760 Total de delegados(as) eleitos(as): 44</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 803 votos Instalação de armários para alunos: 793 votos Implantação de laboratório: 243 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de área de lazer: 498 votos Segurança urbana: 360 votos Construção de praças: 320 votos</p>
<p>6. CIDADE ADEMAR Total de assembléias: 13 Total de participantes: 5.035 Total de delegados(as) eleitos(as): 53</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 990 votos Construção de escola: 410 votos Implantação de atividades culturais e esportivas: 372 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de área de lazer: 446 votos Segurança urbana: 421 votos Programas de emprego e renda: 268 votos</p>	<p>21. PINHEIROS Total de assembléias: 3 Total de participantes: 1.021 Total de delegados(as) eleitos(as): 10</p> <p>Prioridades para a Educação Instalação de armários para alunos: 218 votos Reforma e cobertura da quadra: 197 votos Implantação de atividades culturais e esportivas: 169 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Segurança urbana: 171 votos Melhoria do serviço de limpeza: 128 votos Implantação de atividades esportivas: 99 votos</p>
<p>7. CIDADE TIRADENTES Total de assembléias: 16 Total de participantes: 5.035 Total de delegados(as) eleitos(as): 53</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 1.393 votos Implantação de Sala de Jogos: 471 votos Construção de Piscina: 335 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de clube da cidade: 812 votos Construção de parques: 405 votos Construção de CDM: 391 votos</p>	<p>22. PIRITUBA Total de assembléias: 27 Total de participantes: 9.452 Total de delegados(as) eleitos(as): 111</p> <p>Prioridades para a Educação Implantação de atividades culturais e esportivas: 1.368 votos Reforma e cobertura da quadra : 1.207 votos Reforma da Escola: 668 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Segurança urbana: 1.036 votos Construção de áreas de lazer: 954 votos Construção de UBS: 414 votos</p>

<p>8. ERMELINO MATARAZZO  Total de assembléias: 8  Total de participantes: 2.483  Total de delegados(as) eleitos(as): 29</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 371 votos  Instalação de armários para alunos: 341 votos  Melhoria da limpeza da escola: 227 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Construção de área de lazer: 371 votos  Segurança urbana: 349 votos  Construção de quadras: 302 votos</p>	<p>23. PERUS  Total de assembléias: 11  Total de participantes: 4.076  Total de delegados(as) eleitos(as): 47</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 682 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 351 votos  Implantação de Laboratório: 313 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Ampliação da pavimentação: 527 votos  Construção de hospital: 486 votos  Construção de área de lazer: 382 votos</p>
<p>9. FREGUESIA/BRASILÂNDIA  Total de assembléias: 17  Total de participantes: 4.619  Total de delegados(as) eleitos(as): 69</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 1.054 votos  Implantação de material escolar: 351 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 301 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Segurança urbana: 456 votos  Construção de áreas de lazer: 454 votos  Construção de clube da cidade: 307 votos</p>	<p>24. SANTANA/TUCURUVI  Total de assembléias: 11  Total de participantes: 5.569  Total de delegados(as) eleitos(as): 45</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 1.391 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 1.035 votos  Instalação de armários para alunos: 779 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Segurança urbana: 1.064 votos  Programas de emprego e renda: 446 votos  Construção de casa de cultura: 431 votos</p>
<p>10. GUAINASES  Total de assembléias: 10  Total de participantes: 2.972  Total de delegados(as) eleitos(as): 47</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 724 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 414 votos  Segurança na escola: 186 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Construção de área de lazer: 517 votos  Segurança urbana: 331 votos  Construção de clube da cidade: 243 votos</p>	<p>25. SANTO AMARO  Total de assembléias: 12  Total de participantes: 3.614  Total de delegados(as) eleitos(as): 48</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 1.479 votos  Instalação de armários para alunos: 450 votos  Construção de quadras: 310 votos</p> <p>Prioridades para o OP Cidade  Construção de área de lazer: 1.050 votos  Segurança urbana: 398 votos  Construção de CDM: 379 votos</p>

<p>11. IPIRANGA Total de assembléias: 15 Total de participantes: 5.191 Total de delegados(as) eleitos(as): 63</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 2.106 votos Implantação de laboratório: 375 votos Implantação de atividades culturais e esportivas: 346 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de área de lazer: 1088 votos Segurança urbana: 739 votos Ampliação da iluminação: 265 votos</p>	<p>26. SÃO MATEUS Total de assembléias: 23 Total de participantes: 8.290 Total de delegados(as) eleitos(as): 93</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma da escola: 1540 votos Implantação de atividades culturais e esportivas: 704 votos Implantação de laboratório: 688 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de área de lazer: 936 votos Segurança urbana: 710 votos Ampliação da pavimentação: 611 votos</p>
<p>12. ITAIM PAULISTA Total de assembléias: 19 Total de participantes: 6.723 Total de delegados(as) eleitos: 77</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 1.856 votos Reforma da escola: 594 votos Construção de escola: 569 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de áreas de lazer: 1.182 votos Programas de emprego e renda: 1.050 votos Segurança urbana: 565 votos</p>	<p>27. SÃO MIGUEL Total de assembléias: 18 Total de participantes: 8.078 Total de delegados(as) eleitos(as): 78</p> <p>Prioridades para a Educação Implantação de atividades culturais e esportivas: 1.388 votos Reforma e cobertura da quadra: 1.266 votos Reforma da Escola: 1.256 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de áreas de lazer: 993 votos Construção de pista de skate: 740 votos Construção de parque: 593 votos</p>
<p>13. ITAQUERA Total de Assembléias: 17 Total de participantes: 7.381 Total de delegados(as) eleitos(as): 98</p> <p>Prioridades para a Educação Reforma e cobertura da quadra: 2.674 votos Implantação de Laboratório: 744 votos Implantação de atividades culturais e esportivas: 448 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Construção de área de lazer: 1357 votos Segurança urbana: 769 votos Ampliação da pavimentação: 590 votos</p>	<p>28. SÉ Total de assembléias: 4 Total de participantes: 1.034 Total de delegados(as) eleitos(as): 16</p> <p>Prioridades para a Educação Implantação de atividades culturais e esportivas: 331 votos Reforma e cobertura da quadra: 171 votos Implantação de laboratório: 79 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade Segurança urbana: 217 votos Construção de áreas de lazer: 136 votos Programas de emprego e renda: 126 votos</p>

<p>14. JABAQUARA  Total de assembleias: 5  Total de participantes: 1.441  Total de delegados(as) eleitos(as): 20</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 239 votos  Implantação de material escolar: 178 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 135 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Programas de emprego e renda: 220 votos  Ampliação do serviço de transporte: 140 votos</p>	<p>29. VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA  Total de assembleias: 32  Total de participantes: 10.493  Total de delegados(as) eleitos(as): 125</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 2.872 votos  Construção de Piscina: 1.137 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 1.038 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Segurança urbana: 993 votos  Construção de área de lazer: 903 votos  Programas de emprego e renda: 563 votos</p>
<p>15. JAÇANÃ/TREMembÉ  Total de assembleias: 11  Total de participantes: 4.496  Total de delegados(as) eleitos(as): 43</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 741 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 576 votos  Instalação de armários para alunos: 468 votos</p> <p>Prioridades do OP-Cidade  Construção de áreas de lazer: 632 votos  Segurança urbana: 393 votos  Construção de biblioteca: 252 votos</p>	<p>30. VILA MARIANA  Total de assembleias: 3  Total de participantes: 982  Total de delegados(as) eleitos(as): 12</p> <p>Prioridades para a Educação  Instalação de armários para alunos: 191 votos  Reforma e cobertura da quadra: 176 votos  Construção de Piscina: 110 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Segurança urbana: 123 votos  Construção de áreas de lazer: 121 votos  Programas de emprego e renda: 77 votos</p>
<p>31. VILA MARIA/VILA GUILHERME  Total de Assembleias: 15  Total de participantes: 4.071  Total de delegados(as) eleitos(as): 61</p> <p>Prioridades para a Educação  Reforma e cobertura da quadra: 1.410 votos  Implantação de atividades culturais e esportivas: 699 votos  Instalação de armários para alunos: 249 votos</p> <p>Prioridades para o OP-Cidade  Construção de áreas de lazer: 606 votos  Segurança urbana: 537 votos  Clube da cidade: 392 votos</p>	



## Equipes do OP-Criança

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Secretária Municipal de Educação: Maria Aparecida Perez

Chefe de Gabinete: Enéas Rodrigues Soares (2003) Elizabeth de  
Lourdes Avelino (2004)

Rua Borges Lagoa, 1.230 — 04038-003 — Vila Clementino —

Tel: (11) 5549-7399, ramal 112 — Fax: (11) 5549-6584

E-mail: smegab@prefeitura.sp.gov.br

### **DOT — DIRETORIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA**

Diretora: Marívia Torelli

Rua Dr. Diogo de Faria, 1.247 — 04037-004 — Vila Clementino

— Tel.: (11) 5080-5108 — Fax: (11) 5080-5107

Coordenação do Projeto OP-Criança em DOT — Aparecida Maria  
Sonvesso

Equipe do OP-Criança — Fátima D'Agostinho, Luciana Miranda,  
Maria Silvia Cavasin Matanó

### **EQUIPE DA SME-SP QUE ACOMPANHOU AS ASSEMBLÉIAS DO OP-CRIANÇA**

Aparecida Maria Sonvesso	Irany de Araújo Silva
Luciana Miranda	João Queiroz
Ana Silvia de Almeida Kajiwara	Maria Silvia Cavasin Matano
Clarinda Conceição Rocha de Sousa	Maria de Fatima D'agostino
Esmeria Lucia Melo Ribeiro	Maria Helena Teixeira Borges
	Sueli Aparecida Mancini

**Equipe de apoio Logístico ao OP-Criança em SME-SP (telefones das escolas, inscrição dos professores para os cursos, separação e distribuição dos materiais, coordenação da saída dos carros, recebimento dos registros das assembleias):**

Ana Lúcia Favieri

Maria Regina dos Anjos Venturini

Maria Augusta Cardoso Luz Córdoba

**Colaborou na organização de atividades culturais para o lançamento do OP-Criança:** Maria Antonia Pires de Oliveira Cichini

#### **COORDENADORIAS DE EDUCAÇÃO**

Aricanduva/Vila Formosa — Coordenador: João Carlos Rolim Rosa

Butantã — Coordenadora: Lívia Maria Antongiovani

Campo Limpo — Coordenador: Marcelo Rinaldi

Capela do Socorro — Coordenadora: Maria Terezinha Ferreira Dias

Casa Verde — Coordenadora: Eliana Pereira

Cidade Ademar — Coordenadora: Sônia Aparecida Marcon de Barros

Cidade Tiradentes — Coordenador: João Galvino

Ermelino Matarazzo — Coordenadora: Rita de Cássia Alves

Freguesia do Ó/Brasilândia — Coordenadora: Elza de Lourdes Ramello Naous

Guaianases — Coordenador: Pedro Geraldo Testi  
Ipiranga — Coordenadora: Marisa Ricca Ximenes  
Itaim Paulista — Coordenadora: Carla Scarchofoli  
Itaquera — Coordenador: Camilo José dos Santos Neto  
Jabaquara — Coordenadora: Maria Terezinha de Jesus Garcia  
Jaçanã/Tremembé — Coordenadora: Liliam Aparecida Eiras Burgiaca  
Lapa — Coordenador: Ítalo Del Monte  
M'Boi Mirim — Coordenadora: Juceleide Rodrigues Mauger  
Mooça — Coordenadora: Lélia Regina Cremona Rodrigues  
Parelheiros — Coordenador: Paulo Cesar Deloroso  
Penha — Coordenadora: Vânia de Azevedo Lage  
Perus — Coordenadora: Roseli de Fátima Arrojo  
Pinheiros — Coordenador: Pedro Luis Ferreira  
Pirituba/Jaraguá — Coordenadora: Fátima Aparecida Antônio  
Santana/Tucuruvi — Coordenador: Roselei Júlio Duarte  
Santo Amaro — Coordenadora: Maria Nilda de Almeida Teixeira Leite  
São Mateus — Coordenadora: Dalva de Souza Franco  
São Miguel Paulista — Coordenador: Marcos Mendonça  
Sé — Coordenador: Antônio João Tozzi  
Vila Maria/Vila Guilherme — Coordenadora: Maria Filomena de Freitas Silva  
Vila Mariana — Coordenador: Marcos Volpi  
Vila Prudente/Sapopemba — Coordenador: Edson Fazzani

#### **ENDEREÇOS E GESTORES DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS**

Alvarenga — Subprefeitura Cidade Ademar — Distrito Pedreira  
— Estrada do Alvarenga. Gestora: Selma Costa de Souza  
Aricanduva — Subprefeitura Itaquera — Distrito Cidade Líder —  
Av. Aricanduva, quadra 280. Gestora: Susete Rodrigues da Silva

Butantã — Subprefeitura Butantã — Distrito Rio Pequeno — Av. Eng. Heitor A Garcia. Gestora: Ana Cecília Koebcke de Magalhães Couto Simões

Cidade Dutra — Subprefeitura Socorro — Distrito Cidade Dutra — Av. Interlagos. Gestora: Geny Rodrigues da Silva

Inácio Monteiro — Subprefeitura Cidade Tiradentes — Distrito Cidade Tiradentes — Rua Barão Barros do Amazonas. Gestor: Manoel Araújo da Hora

Jambeiro (Guaianases) — Subprefeitura Guaianases — Distrito Lajeado — Rua Flores do Jambeiro. Gestor: Antonio Barbosa de Souza  
Meninos — Subprefeitura Ipiranga — Distrito Ipiranga — Rua Barbinos. Gestora: Fátima Aparecida Teixeira

Navegantes — Subprefeitura Socorro — Distrito Grajaú — Rua Maria Moassabi Barbour. Gestora: Claire Brito de Carvalho

Parque Veredas — Subprefeitura Itaim Paulista — Distrito Itaim Paulista — Rua Daniel Pedro Muller. Gestor: José Roberto Machado

Pêra-Marmelo-Subprefeitura Pirituba-Distrito Jaraguá — Rua Pera Marmelo x Rua Libero Teixeira Braga. Gestora: Maria José Garcia Batista

Perus — Subprefeitura Perus — Distrito Perus — Rua Bernardo José de Lorena. Gestor: Fernando José Mendonça de Araújo

Parque São Carlos — Subprefeitura São Miguel — Distrito Vila Jacuí — Rua Clarear — CH do CDHU. Gestora: Sonia Aparecida Martins Santana

Rosa da China — Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba — Distrito Sapopemba — Rua Clara Pretela. Gestora: Arleti Persoli

São Mateus — Subprefeitura São Mateus — Distrito Iguatemi — Av. Fco. de Melo Palheta. Gestor: Antonio Amaral da Silva

Três Lagos — Subprefeitura Socorro — Distrito Grajaú — Estrada do Barro Branco. Gestora: Luíza Maria Ferreira Ribeiro Pereira

Vila Atlântica (Jaraguá — Subprefeitura Pirituba — Distrito Jaraguá — Rua Florencio Pereira. Gestora: Andréa Maria de Fátima Zink Bezarría

Vila Curuçá — Subprefeitura Itaim — Distrito Vila Curuçá — Av. Marechal Tito, alt. 3.400. Gestor: Cristovo Rodrigues da Silva

São Rafael — Subprefeitura São Mateus — Distrito São Rafael — Rua Miguel Ferreira de Melo. Gestor: Paulo Roberto Martins da Silva

Da Paz (Freguesia do Ó) — Subprefeitura Freguesia do Ó — Distrito Vila Brasilândia — Rua Firminópolis. Gestora: Vera Lúcia Apolinário Borges

Capão Redondo — Subprefeitura Campo Limpo — Distrito Capão Redondo — Av. Carlos Lacerda, 678 (Clube Chácara São Pedro). Gestora: Ruth Casteliano Albuquerque

Monte Azul (Guarapiranga) — Subprefeitura Campo Limpo — Distrito Jd. S. Luis — Rua João Damasceno, 85. Gestora: Zuleide Antonio Risso

### **COORDENADORIA ESPECIAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

Coordenador do Orçamento Participativo: Félix Sánchez

Supervisão de Banco de Dados e Informações de Qualidade: Isabel C. Frontana

Coordenação do OP-Criança: Ricardo N. Serra. Equipe: Bruno Sendra de Assis, Chantal Vitória, Dylan Ribeiro Vivas Frontana, Lia N. Serra, Mariana Mota Medeiros e Nayana Brettas Nascimento.

### **EDUCADORES DO PROJETO OP CRIANÇA (EQUIPE DO OP-SP)**

Adriana A. Gaspar	Lívia Lima
Adriano A. Alves	Luanna Guedes
Afonso Araujo Jr.	Luciana Barbosa
Aline Teixeira	Luis Fernando Bokor
Ana de Francesco	Magali A. Pereira

Beatriz Gonçalves	Marcela Elena
Bruno Bastos	Marcia Araujo
Carlos Daniel F. da Silva	Maria de J. Oliveira
Carlos Sartorelli	Maria de L. Carneiro
Carolina Besse	Maria Joseli Santos
Carolina Melchor	Mariana Sonvesso
Clarissa Alves	Mariela Gonzales
Daniela Ayres Braga	Marina Mota
Diego Santos	Patrícia Nascimento
Eduardo D'Amato	Paulo André Panetta
Emerson Freire	Priscila Barbosa
Erica Pereira	Priscila Ferreira
Ericka Rocha	Rafaela Dantas
Fabio Falcão	Raphael Amaral
Fernanda Aurelino	Regiane Baldo
Fernanda Semino	Renata Saito
Frederico Silva	Renato Alves
Giovanna Bonavoglia	Renato Ferreira Silva
Giseli Domingues Gonçalves	Rita de Cássia Santos
Guidelia Silva	Rodrigo de Carvalho
Henrique Ricciardi	Rodrigo Veloso
Isabel Fonseca	Roseli Bonifácio
João Pires Jr.	Ruy Carlos Freitas
José Vito F. Neto	Sergio Porto Neto
Juan Teixeira	Silvana Gobbi Martinho
Julio César Silva	Sueli de Freitas
Karen Oliveira	Tatiana de Souza
Leandro Francisco	Tatiana M. Costa
Leandro Gouveia	Tháísa Senne
Leo Moreira Silva	Thiago Fontana
Linalva Rodrigues Santos	Vanderson Santos
	Vanessa Pechiaia

**INSTITUTO PAULO FREIRE**

Direção Geral: Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão

Direção Pedagógica: Ângela Antunes e Paulo Roberto Padilha

Coordenação de Relações Institucionais: Salete Valesan Camba

Coordenação do Movimento da Escola Cidadã: Luiz Carlos de Oliveira

Coordenação do projeto Orçamento Participativo Criança:  
Anderson Severiano Gomes e Delma Lúcia de Mesquita

Equipe interna (2004): Deucélia Nunes de Lima; Francisco Veiga de Moraes; Luciene Pereira Redondo; Silvana Aparecida Moretto; Solange de Lima Oliveira; Viviane Rosa Querubim

**DOCENTES GRUPO MOTOR**

Ana Cecilia Venci Bueno	Janaína Behling
Anderson Severiano Gomes	Maria Aparecida Diori
Cristiane dos Santos Mendes Alves	Maria Helena da Silva
Daniel Augusto de Figueiredo	Miriam Egle Torturelli
Emerson Zoppei	Nilson Luiz Batista
Lucia Adriana Braga da Costa	Raquel Quintino Oliveira
	Valeria Aparecida Formigoni Melo

**ESTAGIÁRIOS — EDUCADORES**

Adriana Cancian Emiliano	João Gabriel Idelbrando Curado
Adriana Scatena	José Everaldo Farias
Alex Ribeiro	Jonatas da Silva de Jesus
Alexander Gouvêa	Katia Santos Menezes
Alinde Andrés Rorigues	Laura Campanha Navarro
Amanda de Araujo	Leide Lys F. Reis
Ana Paula Caloni de Menezes	Lilian Priscila Ferreira
Ana Paula Camargo Castro	Lucélia Maria da Silva

Ana Paula Cordeiro Santos	Lucilene Ap. Lima Garcia
Ana Paula Hepers Euflausino	Lucília M. Souza Oliveira
Ana Paula Queiróz	Lucienne Carvalho Lacerda Soares
Andrea Margini Gomes	Luciana Aparecida Barros
Andreia Sales Ribeiro	Marcel Gonzáles
Bárbara Mercêz	Marcela Elena Varconte
Beatriz Correia	Marcia Cristiane Roma
Beatriz Simões	Marcos da Costa Pereira
Bruna Brito Carvalho	Maria Elza Siqueira
Camila Gomes	Mariane A. Cunha Freitas
Carolina Arruda Cabral	Marina Fernanda Menezes
Cassia Regina Souza Reis	Mario Flavio de Araújo
Cibele Alessandra Xavier	Marli R. Fernandes
Clarissa Nunes Teixeira da Silva	Michele Filgueira Oliveira
Claudia Moura	Natalie Palhares M. Hana
Cristiane Aparecida Costa	Patricia Aparecida Souza
Cristina S. Barreto	Priscila Lourenço da Silva
Daniel Augusto de Figueiredo	Rafael Vieira da Silva
Dayane Ana Teófilo	Regiane Castro Silva
Elaine Aparecida de Oliveira	Ricardo Venturin
Elaine C. Nascimento Santos	Rita de Cassia Cavalcante Lima
Elaine Mª V. Meneghini	Rogério Izaul Ramos Oliveira
Elisabete Maria de Souza	Rogério Mantovani Adriano
Erika de Kassia Souza Rocha	Sandro Luiz Casarini
Evelin Maria de Paula	Shirley Pacheco
Felipe Henrique G. Silva	Silmar da Silva Gama
Fabíola Ferreira	Silmara Pucetti
Felipe Leite Castilho Santos	Silvia Carolina Simonini
Fernanda Guinoza Matuda	Silvana Aparecida Moretto
Fernanda Meucci Petrikas	Simone de Fátima Costa
Fernando Marineli	Soraia Justino da Silva

Francisley Dias	Tania Regina G. Moreira
Geovani Gomes da Silva	Tatiana N. B. Masini
Guilherme G. Pallerosi	Tertulina Alves de Lima
Henrique Pignatari S. Valle	Thais A. Hessel
Ive Góes Sá	Thais Giantomaso
Isis Santana de Freitas	Vanda Monalisa Takata
Jefferson Guedes	Vanessa Rosa Bastos Silva
Joana Brunelli Justino	Vivian Correa
João Gabriel Idelbrando Curado	Viviane Rosa Querubim

#### **Equipe Apoio às Assembléias:**

Ana Paula Caloni de Menezes	Juliana Oki Gomes
Bianca Ferreira dos Santos Nascimento	Marcelo Aparecido Leandro do Nascimento
Débora Maclean	Mario Flavio de Araújo
Elias Paulo Silva Morais	Patrícia Regina Vanetti Veiga
Francisco Veiga de Moraes	Vecy Moreira Rocha
José Everaldo Farias	Thais Anholetto Medeiros
Juliana Andrade Oliveira	

#### **Equipe Interna do IPF:**

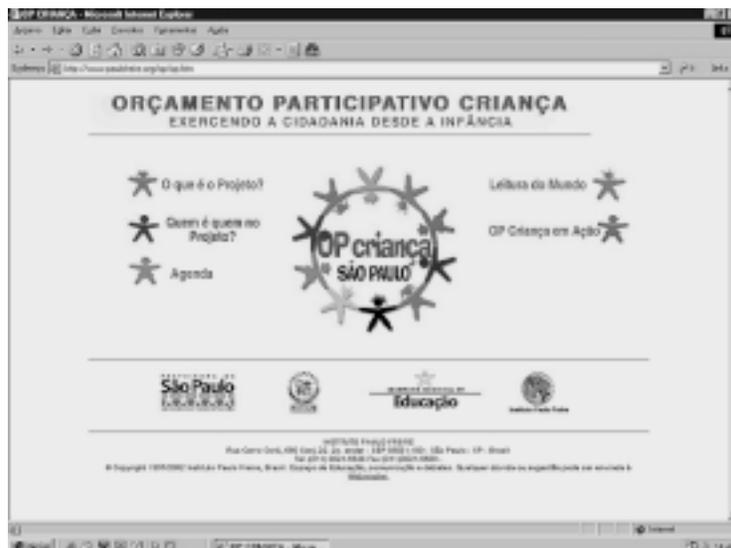
Deucélia Nunes de Lima	Maria Antonia de Jesus Santos
Edson Luiz Roque Bueno	Paulina Christov
Elias Paulo Silva Morais	Renata Paredes
Flávio Boleiz Junior	Silvana Aparecida Moretto
Francisco Veiga de Moraes	Solange de Lima Oliveira
Luciene Pereira Redondo	Viviane Rosa Querubim

**Pesquisadores/Assessores do IPF:**

Ica Oliveira de Almeida Viana

Luiza Christov

Rita Leite Oliveira

**Equipes de produção dos vídeos****Primeiro vídeo:** Daniel Brasil — VIATV**Segundo vídeo:** Coordenação-Geral: Prof. Dra. Marília Franco — ECA-USP, Produção e Coordenação pedagógica: Flávio Brito; Roteiro: Jocimar Lopes; Imagens: Amaury Ortegosa, Cláudio Yotaka, Matias Lancetti e Renato Tavares; Captação de Som: Flávia Barretti; Edição: Cláudio Yotaka e Renato Tavares.**Terceiro vídeo:** Júlio Wainer (Altermidia)**Página do OP-Criança na Internet** — responsável pela criação e inserção dos dados: Thais Reggiani (<http://www.paulofreire.org/op/op.htm>)

## Bibliografia

- ARAÚJO, Ulisses F. *Assembléia escolar: um caminho para a resolução de conflitos*. São Paulo: Moderna, 2004.
- AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- AZEVEDO, Sérgio de. *Orçamento Participativo e Gestão Popular: Reflexões Preliminares sobre a experiência de Betim*. Proposta, n. 62, 1994, pp. 44-48.
- BAVA, Silvio Caccia. *Orçamento Municipal de Participação Popular*. Proposta, n. 45, ago. 1990, pp. 34-37.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa. Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BORDENAVE, Juan Diaz (1994). *O que é participação?* 9ª ed., São Paulo: Brasiliense (Primeiros Passos).
- CEPAM. *Orçamento Participativo: por uma gestão democrática*. São Paulo: FPFL, Cepam, 1998.
- COP/PMSP. *Pesquisa: perfil dos participantes das plenárias de OP/SP* — Coordenação: Marisol Recamán, ago. 2001.
- COP/PMSP. *Orçamento participativo do Município de São Paulo: prestação de contas do processo de 2001*, out. 2001, 2001a.

- CRESPO, Carlos. *Construyendo comunidades educativas para la afectividad, la protección y la convivencia*. Red Humanista de Educación. Movimento Humanista: Ecuador, 2001.
- DE MARCO, Patrícia S. *Orçamento participativo: locus do fazer político-pedagógico*. In: Capacitação em Serviço Social e política social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/CEAD, 2000.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- DUTRA, Olívio e BENEVIDES, Maria Victoria. *Orçamento participativo e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FASE. *Orçamento Participativo na Gestão Luíza Erundina*. São Paulo: Fase, 1997.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial/IPPUR/FASE, 1997.
- FERREIRA, Maria Manuela Martinho. *A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos! — As crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um jardim de infância*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação. Porto: Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2002.
- FNPP. *Experiências de Orçamento Participativo no Brasil (1997-2000)*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS LOCAIS. *Balanço das experiências de orçamento participativo nos governos locais*. São Paulo: Instituto Polis, nº 4, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- \_\_\_\_\_. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'Água, 1995a.
- \_\_\_\_\_. "Educação e Participação Comunitária". *Inovação*, nº 9, pp. 305-315.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez Editora, 13ª ed., 2003.
- GAETANI, Francisco; GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira e BUVINICH, Manuel Rojas (coords.) (s.d.) Orçamento Público: orientando atividades de estudo. Manual de orientação do monitor para atividades básicas com a coleção Orçamento Público: construindo a cidadania, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, UNICEF.
- GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- \_\_\_\_\_. Eduardo Hughes. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra. 4. ed., 2002. (Tradução Galeano de Freitas.)
- GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- IPF/SME/COP/PMSP. *OP criança São Paulo: exercendo a cidadania desde a infância*. São Paulo: IPF. Março de 2004 (Caderno de Formação), 2004.

- LIMA, Licínio C. *Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governança democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez Editora/IPF, 2000 (Guia da Escola Cidadã, v. 4).
- MUÑOZ, César. *Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez Editora/IPF, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Vivir, educar: desde la seducción, el amor y la pasión*. Centro de Investigaciones Pedagógicas de Infancia, Adolescencia y Juventud, 2003.
- PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez Editora/IPF, 2001.
- PIRES, Valdemir. *Orçamento participativo: O que é, para que serve, como se faz*. Barueri: Manole, 2001.
- PMSP. *Orçamento Participativo: Desafio, esforço e resultado*. São Paulo: PMSP, 2001.
- PMSP. *Orçamento participativo São Paulo*. São Paulo: PMSP, s.d.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado*. São Paulo: PUC-SP (Tese de doutorado), 2000.
- PREFEITURA DE GOIÂNIA. Turma do OP: Orçamento Participativo das Crianças e dos Adolescentes. *Revista Turma do OP*. Goiânia: s.d., 18 p.
- PREFEITURA DO RECIFE. Orçamento participativo criança: impressões e expressões. Recife, 2002.
- \_\_\_\_\_. Orçamento participativo. *Folder explicativo sobre o Orçamento Participativo da cidade*. Recife, 2003.
- \_\_\_\_\_. Orçamento participativo. *Folder explicativo sobre o Orçamento Participativo OP Criança*. Recife, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Experiências de orçamento participativo no Brasil*. Petropolis: Vozes/Fórum Nacional de Participação Popular, 2003.
- SADER, Emir. *Governar para todos. Uma avaliação da gestão Luiza Erundina*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- SÁNCHEZ, Félix. *Orçamento Participativo: teoria e prática*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

- \_\_\_\_\_. *OP Trajetória paulistana de uma inovação democrática (2001-2003)*. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado), 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SME/PMSP. *Movimento de Reorientação Escolar — Problematização da escola: a visão dos educandos*. São Paulo: SME/PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Balanço Geral da SME — Projeção Trienal*. São Paulo: SME/PMSP, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Leitura do mundo, letramento e alfabetização: diversidade cultural, etnia, Gênero e sexualidade*. São Paulo: SME/ATP/DOT (Caderno Temático de Formação 1), 2003.
- \_\_\_\_\_. *Revista Educação 4: Cidade Educadora — Educação Inclusiva: um sonho possível*. São Paulo: SME/PMSP, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Plano de trabalho e proposta político-pedagógica*. São Paulo: SME/ATP/DOT (revista *Educação* 3), 2003b.
- \_\_\_\_\_. *Centro Educacional Unificado: proposta político-pedagógica*. São Paulo: SME, maio 2003 (versão preliminar), 2003c. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Caderno Temático de Formação II — Educação Infantil, Construindo a Pedagogia da Infância no Município de São Paulo*. São Paulo: SME/PMSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Concepção de educação para uma política pública da Cidade de São Paulo*. São Paulo: SME, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Revista Educação 5: Gestão, Currículo e Diversidade*. São Paulo: SME/PMSP, 2004b.
- SMED/PMPA. *Projeto Planejamento e Orçamento Participativo na Escola Cidadã*. Porto Alegre: SMED, 1997.
- SPOSATI, Aldaísa. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo do ano 2000*. São Paulo: Cortez Editora/PUC-SP, 2003.
- SUPLICY, Marta. *Atualidade da democracia participativa*. Porto Alegre, 10 de novembro de 1999. Mimeo.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: projeto de Ensino — aprendizagem e Projeto político — pedagógico — elementos metodológicos para a elaboração e realização*. 7ª ed., São Paulo: Libertad, 2000.

VIEIRA, Lizt. “Cidadania Global e Estado Nacional”. In: *DADOS — Revista de Ciências Sociais*, v. 42, nº 3, Rio de Janeiro, 1999, pp. 395 a 419.

VITALE, Denise. *Orçamento Participativo em São Paulo (2001-2002)*. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP, 2004.

VITÓRIA, Chantal. *A VOZ DAS CRIANÇAS — Trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Faculdade de Educação, PUC-SP, 2003.

# Escolha o seu Delegado.

1 Wagner	18 Amélia
2 Gustavo	19 Cileneia
3 Lora	20 Ana
4 Tairane	21 Luiz
5 Karina	22 Patrícia
6 Priscila	23 Angeliêc
7 Raiane	24 Eliana
8 Reimino	25 Maria
9 Rodrigo	26 Cleiton
10 Paula	27 Borissa
11 Teina	



Adolescente, olha!  
A vida é nova...  
A vida é nova e anda nua  
vestida apenas com o teu desejo.

Mário Quintana